



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

“EDITAL”	
Concorrência Eletrônica nº 03/2026	
PREÂMBULO	
Processo nº	20929/2025.
Fundamentação Legal:	Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dos Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022 e 078/2025, todos disponíveis no endereço eletrônico https://www.marica.rj.gov.br/legislacao/#1680545875520-3caa06af-21dd , e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Contratante:	Secretaria Municipal de Educação de Maricá - SEDUC
Objeto:	CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA OU CONSÓRCIO ESPECIALIZADO PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA E EXECUÇÃO DAS OBRAS E DEMAIS OPERAÇÕES NECESSÁRIAS À IMPLANTAÇÃO DA 1ª ETAPA DO CAMPUS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA TRANSFORMADORA – CEPT ESPRAIADO, NO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ.
Critério de Julgamento:	Técnica e preço - global (art. 36, § 1º, inciso IV da Lei n. 14133/2021).
Execução:	Indireta
Modalidade da Disputa:	Fechado
Valor da Contratação:	R\$ 257.685.567,98 (Duzentos e cinquenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e sete reais e noventa e oito centavos)
Data:	24/08/2026
Horário: (Horário de Brasília)	10H
Local de Realização:	https://www.gov.br/compras/pt-br

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O MUNICÍPIO DE MARICÁ, por meio da Secretaria Municipal de Educação, torna público que realizará licitação, autorizada pelas Portarias SGLC nº 013/2026 e nº 029/2026, na modalidade CONCORRÊNCIA, em sua forma eletrônica, com critério de julgamento por técnica e preço e adoção do modo de disputa fechado, visando à contratação integrada de empresa ou consórcio especializado para elaboração e desenvolvimento dos projetos básico e executivo de arquitetura



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

e engenharia, bem como para execução das obras e demais operações necessárias à implantação da 1ª etapa do Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT ESPRAIADO, no Município de Maricá/RJ, conforme condições, exigências, parâmetros técnicos e diretrizes estabelecidos neste Edital, no Anteprojeto e em seus anexos. A presente licitação rege-se por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo **Código de Defesa do Consumidor – Lei Federal nº 8.078/1990**, e pelos **Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022, 078/2025** bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

- 1.2. A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, utilizando o **Sistema COMPRAS.GOV**, disponível em <https://www.gov.br/compras/pt-br>, mantido pelo Governo Federal. As licitantes interessadas deverão providenciar o credenciamento no sistema para obtenção da chave de identificação e senha, antes da data estabelecida para a realização da Concorrência Eletrônica.
- 1.3. As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.
- 1.4. A licitação poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização, nos termos do art. 71, inciso II, e §2º, da **Lei nº 14.133/2021**.
- 1.5. As licitantes interessadas poderão obter o Edital e seus anexos no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, no Portal de Transparência do Município de Maricá (<https://www.marica.rj.gov.br>) ou pelo e-mail maricacpl@gmail.com.
- 1.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao **Agente de Contratação**, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, para o endereço maricacpl@gmail.com.
- 1.7. O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos em até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento, limitado ao último dia anterior à abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e anexos. As respostas serão divulgadas pelo sistema e vinculam participantes e Administração.
- 1.8. Os interessados poderão formular impugnações em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçadas ao correio maricacpl@gmail.com.
- 1.9. Caberá ao Agente de Contratação, com auxílio dos responsáveis pela elaboração do Edital e anexos, decidir sobre a impugnação em até 3 (três) dias úteis, contado do recebimento, limitado



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

ao último dia anterior à abertura do certame.

- 1.9.1. A impugnação possui efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.
- 1.9.2. Caso acolhida, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 1.10. A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Após as respostas da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.7 ou 1.8, salvo designação expressa de outra data pelo Agente de Contratação, a ser divulgada pelos mesmos meios do Edital.
- 1.11. O valor global estimado da contratação e o detalhamento do orçamento serão devidamente divulgados, integrando o instrumento convocatório e seus anexos, em observância aos princípios da transparência e publicidade previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurado o amplo acesso aos licitantes, interessados e órgãos de controle.
- 1.12. A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, sob regime de contratação integrada, nos termos do art. 46, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, cabendo à contratada a elaboração dos projetos básicos e executivos de arquitetura e engenharia, bem como a execução integral das obras, mediante preço global, assumindo responsabilidade técnica, gerencial e operacional pelo empreendimento até a sua completa entrega em condições plenas de funcionamento, observada a sistemática de medição e pagamento vinculada ao cumprimento das etapas do cronograma físico-financeiro e das metas de resultado, nos termos do § 9º do referido artigo.
- 1.13. O certame será processado em **lote único**, considerando a natureza integrada, indivisível e interdependente do objeto, sendo exigida a apresentação de proposta abrangendo a totalidade do objeto, vedada a apresentação parcial.
- 1.14. Para fins de habilitação, a comprovação da capacidade técnica restringir-se-á às **parcelas de maior relevância técnica e valor significativo**, conforme definido no Termo de Referência, nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, devendo o licitante apresentar proposta para a integralidade do objeto.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

- 2.1. Autorização do Secretário de Educação conforme art. 2º da Lei Complementar nº 398/2025 e art. 3º c/c art. 73 do Decreto Municipal nº 078/2025, constante do Processo Administrativo nº 20929/2025 de 09/10/2025.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

- 3.1. No dia **24 de agosto de 2026, às 10:00h**, o Agente de Contratação iniciará a sessão pública da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº **03/2026** no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal de Compras do Governo Federal).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

- 3.2. No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Agente de Contratação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

4. OBJETO

- 4.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA OU CONSÓRCIO ESPECIALIZADO PARA ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA E EXECUÇÃO DAS OBRAS E DEMAIS OPERAÇÕES NECESSÁRIAS À IMPLANTAÇÃO DA 1ª ETAPA DO CAMPUS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA TRANSFORMADORA – CEPT ESPRAIADO, NO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ**, conforme condições, especificações, parâmetros técnicos e diretrizes estabelecidos neste Edital, no Anteprojeto e nos demais anexos integrantes da contratação.

- 4.2. A inaplicabilidade do benefício fundamenta-se no art. 4º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e no art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que a adoção de cota comprometeria a unidade técnica, a responsabilidade contratual e a adequada execução do objeto, contrariando o interesse público.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 5.1. Os recursos necessários à execução do objeto correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

[SECRETARIA DE EDUCAÇÃO]

PROGRAMA DE TRABALHO: 17.01.12.361.0008.1398

ELEMENTO: 449051

CÓDIGO DE DESPESA: _____

FONTE DE RECURSO: 1573

- 5.2. O demonstrativo contendo o orçamento estimado, encontra-se no Anexo IX, totalizando a importância de **R\$ 257.685.567,98 (Duzentos e cinquenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e sete reais e noventa e oito centavos)**. O orçamento estimado tem por base a Tabela de Preços do Sistema de Custos para Obras e operações de Engenharia - EMOP nos termos do Decreto Municipal nº 078/2025.

6. VISITA TÉCNICA

- 6.1. A visita técnica ao local de execução do objeto será facultativa, podendo ser realizada pelo licitante por meio de profissional(is) habilitado(s), com o objetivo de contribuir para a adequada compreensão das condições locais para a elaboração da proposta e futura execução contratual.
- 6.2. A possibilidade de realização de visita técnica justifica-se em razão da natureza complexa, integrada e de grande porte do empreendimento, que envolve múltiplas disciplinas técnicas, interferências físicas relevantes e condicionantes específicas de implantação, as quais podem não



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

ser integralmente aferidas por meio exclusivo da documentação disponibilizada no processo licitatório, ainda que composta por estudos preliminares, anteprojeto e demais elementos técnicos.

- 6.3. Considerando o regime de contratação integrada, no qual a futura contratada será responsável pela elaboração dos projetos básico e executivo, bem como pela execução integral das obras, o conhecimento direto das condições reais do local pode contribuir para a adequada formulação das propostas técnicas e comerciais, a correta alocação de riscos e a exequibilidade do objeto contratado.
- 6.4. Não obstante, a Administração disponibiliza informações técnicas suficientes para a elaboração das propostas, razão pela qual a visita técnica não será exigida como condição de habilitação, de modo a preservar a competitividade do certame.
- 6.5. As visitas técnicas poderão ser realizadas a partir do dia seguinte à publicação do edital até o dia anterior à data marcada para a realização do certame, no horário de 8h (oito horas) às 17h (dezessete horas), em dias úteis. Para agendar a visita, as licitantes deverão entrar em contato pelos e-mails: coordenacaodecompras.sme@educ.marica.rj.gov.br / financaseducacao@educ.maricarj.gov.br ou telefone (21) 2637-8817 – Ramal 920.
- 6.6. A visita poderá contemplar, no mínimo:
- I – Verificação das condições de acesso e do entorno;
 - II – Avaliação visual do terreno, relevo e condições aparentes do solo;
 - III – identificação de interferências existentes;
 - IV – Avaliação de riscos ambientais e urbanos;
 - V – Registro fotográfico e elaboração de relatório técnico de inspeção.
- 6.7. A visita técnica, quando realizada, deverá ser conduzida por profissional(is) habilitado(s), sendo recomendável o acompanhamento de responsável técnico devidamente qualificado, a fim de assegurar a adequada análise das condições locais e subsidiar a elaboração da proposta.
- 6.8. A comprovação da realização da visita técnica, quando efetuada, dar-se-á mediante a apresentação da Declaração de Realização da Visita Técnica, conforme modelo constante dos anexos deste Edital, devidamente assinada por representante legal e/ou responsável técnico da licitante.
- 6.9. A não realização da visita técnica não implicará inabilitação da licitante, permanecendo sob sua exclusiva responsabilidade a elaboração da proposta e a assunção dos riscos decorrentes do eventual desconhecimento das condições locais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

- 6.10. A adoção da visita técnica facultativa fundamenta-se na busca pela ampliação da competitividade, sem prejuízo da adequada compreensão do objeto, assegurando a isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa e a mitigação de riscos técnicos, operacionais e financeiros associados à contratação integrada.
- 6.11. Para fins de padronização e segurança jurídica, será disponibilizado nos anexos do Termo de Referência o modelo de declaração.

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 7.1. O critério de julgamento da presente licitação será o de técnica e preço, sob o regime de empreitada por preço global, considerando a maior pontuação obtida a partir da ponderação entre as propostas técnica e comercial, nos termos do art. 36 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2. A avaliação das propostas observará a seguinte ponderação:
Proposta técnica: 70% (setenta por cento);
Proposta de preço: 30% (trinta por cento).
- 7.3. A adjudicação será realizada pelo valor global, considerando a natureza integrada, indivisível e interdependente do objeto, que envolve a elaboração dos projetos e a execução da obra sob responsabilidade única do contratado, nos termos do art. 46 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.4. A adoção da solução global mostra-se tecnicamente necessária, uma vez que o parcelamento do objeto comprometeria a coerência técnica, a gestão contratual, a alocação de riscos e a adequada execução do empreendimento, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, em atendimento ao art. 18, §1º, incisos VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

8. PRAZOS

- 8.1. A execução do objeto dar-se-á sob o regime de contratação integrada, nos termos do art. 46, §3º, da Lei nº 14.133/2021, cabendo à CONTRATADA a elaboração, apresentação e aprovação dos projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, bem como a execução integral das obras, observados os prazos estabelecidos neste Edital e no contrato.
- 8.2. O prazo de vigência do contrato será de **21 (vinte e um) meses**, contados da data de sua assinatura, compreendendo o período necessário à execução do objeto, fiscalização, testes, comissionamento, recebimento provisório e definitivo, bem como o cumprimento das demais obrigações contratuais.
- 8.3. O prazo máximo de execução do objeto será de até **15 (quinze) meses**, contados da emissão da Ordem de Início dos Serviços, devendo a CONTRATADA observar rigorosamente o cronograma físico-financeiro elaborado pela Administração, constante como anexo do instrumento convocatório e do contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

- 8.4. O cronograma físico-financeiro fornecido pela CONTRATANTE deverá ser integralmente observado pela CONTRATADA, constituindo instrumento vinculante para fins de execução contratual, acompanhamento, fiscalização, medição das etapas executadas, liberação de pagamentos e aplicação das penalidades cabíveis, observado o disposto neste Contrato, na Lei nº 14.133/2021 e na Matriz de Alocação de Riscos.
- 8.5. O cronograma contempla, no mínimo, as seguintes etapas e prazos máximos:
- I – Projeto Básico:** elaboração, entrega e aprovação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da emissão da Ordem de Início da execução contratual;
- II – Projeto Executivo:** elaboração, entrega e aprovação no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da aprovação do Projeto Básico;
- III – Execução das Obras:** execução integral, incluindo instalação, testes, comissionamento e entrega final do objeto em condições plenas de funcionamento, no prazo máximo de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias, contados da aprovação do Projeto Executivo ou da autorização formal para início das obras.
- 8.6. O cronograma físico-financeiro integrará o Contrato como instrumento vinculante, constituindo referência para o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, a medição das etapas executadas, a liberação dos pagamentos devidos e a aplicação das penalidades cabíveis, observado o disposto neste Contrato, na Lei nº 14.133/2021 e na Matriz de Alocação de Riscos.
- 8.7. Eventuais alterações nos prazos e no cronograma físico-financeiro somente serão admitidas nas hipóteses previstas em lei, mediante decisão formal da Administração, devidamente justificada e compatível com a matriz de alocação de riscos.
- 8.8. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato será considerado mantido desde que atendidas as condições pactuadas, respeitadas as disposições da MATRIZ DE RISCOS e observadas as hipóteses legais de alteração contratual.
- 8.9. O prazo de execução das obras poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.10. As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data da realização da licitação.
- 8.11. Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.
- 9. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 9.1. Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto ao provedor do sistema (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

- 9.1.1. Não será permitida a participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), conforme art. 49, III, da Lei Complementar nº 123/2006, devido à elevada complexidade técnica e gerencial do empreendimento, ao regime de contratação integrada e à necessidade de execução coordenada de todas as etapas (projetos, licenças, obras e entrega final). A exclusão visa garantir eficiência, segurança e integralidade na execução do contrato, preservando o interesse público, justificativa apresentada no Termo de Referência.
- 9.2. Para participação na Concorrência Eletrônica, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 9.3. A participação no certame fica condicionada à declaração, pela licitante, da inexistência de fato impeditivo à sua participação na licitação ou à futura contratação, de pleno conhecimento e aceitação das regras e condições do sistema eletrônico adotado e de sua responsabilidade pela adequada execução do objeto contratado, compreendendo a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, a execução das obras e demais operações necessárias à implantação do empreendimento, em conformidade com o Edital, o Anteprojeto, os projetos aprovados, as especificações contratuais, as normas técnicas aplicáveis e os demais documentos integrantes da contratação, assegurando a regularidade técnica, legal e administrativa da proposta apresentada.
- 9.4. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados na Concorrência Eletrônica por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- 9.5. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada Concorrência Eletrônica.
- 9.6. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 9.7. Não serão admitidas empresas suspensas do direito de licitar ou declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, nem empresas ou sócios majoritários que tenham sido proibidos de contratar com a Administração, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.
- 9.8. Não será permitida a participação de sociedades cooperativas, em razão da natureza do objeto do presente certame.
- 9.9. Será permitida a participação em consórcio, **limitada a 3 (três) empresas**, conforme justificativa técnica constante do Estudo Técnico Preliminar – ETP, sujeita às seguintes regras:
- (a) As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de constituição de consórcio, indicando a empresa líder, responsável principal perante a **Secretaria Municipal de Educação**, pelos atos praticados pelo consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

estabelecida na alínea (d). A empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

- (b) Apresentação conjunta, porém individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista. Os quantitativos técnicos não poderão ser somados, mas os quantitativos econômico-financeiros poderão ser somados na proporção da participação no consórcio, exceto índices financeiros.
- (c) As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem integrar mais de um consórcio.
- (d) As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados, na fase de licitação e execução do contrato.
- (e) O consórcio vencedor deverá promover sua constituição e registro antes da assinatura do contrato.

9.10. A limitação do número de empresas consorciadas fundamenta-se na necessidade de preservação da governança contratual, da adequada alocação de riscos, da rastreabilidade das responsabilidades e da eficiência da execução integrada do empreendimento, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

9.11. As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou participantes de consórcio, bem como alterações na composição do consórcio, deverão ser submetidas à análise da **Secretaria Municipal de Educação** para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de impactos sobre o objeto do contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

9.11.1. A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela **Secretaria de Educação** e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados à ocasião do certame.

9.12. Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou integrantes do quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, incluindo ocupantes de cargos de 1º e 2º escalões nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a este requisito.

9.13. A subcontratação parcial será admitida de forma limitada e tecnicamente justificada, restrita a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, sendo vedada para parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e a Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

- 9.14. Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.
- 9.15. Não será permitida a participação de licitantes que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 9.16. Todas as documentações solicitadas deverão ser apresentadas pelas licitantes com data anterior ou equivalente à data da realização do certame.

10. CREDENCIAMENTO

- 10.1. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.– Para julgamento e classificação das propostas
- 10.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema COMPRAS.GOV.
- 10.1.2. O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 10.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes à Concorrência.
- 10.1.4. É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou à Secretaria de Educação promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 10.1.5. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

11. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO

- 11.1. Na presente licitação, adotada a modalidade concorrência, com critério de julgamento por técnica e preço, a fase de habilitação será realizada após as fases de apresentação das propostas e de julgamento, nos termos do art. 17 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta técnica e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

a proposta de preço global, conforme o Anexo X - Critério de Julgamento, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

- 11.3. As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas inseridas no sistema, em até à abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.
- 11.4. Os documentos que compõem as propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de julgamento, observado o sigilo legalmente previsto.
- 11.5. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado, em formato digital, após a convocação do anexo pelo agente de contratação.
- 11.6. O agente de contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada no sistema e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.
- 11.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 11.6, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no sistema.
- 11.8. No preço proposto serão computadas todas as despesas para a entrega do(s) bem(ns), incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.
- 11.9. O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.
- 11.10. O valor devido título de contraprestação pela execução das obras será obtido mediante a dedução do valor total da proposta do montante do valor devido a título de contribuição previdenciária, o qual deverá ser recolhido à entidade competente, na forma da legislação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

- 11.11. Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.
- 11.12. Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todo o objeto contratado.
- 11.13. As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A Secretaria de Educação em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.
- 11.14. Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 11.15. As licitantes que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, deverão apresentar declaração na forma do Anexo III.
- 11.16. A falsidade das declarações prestadas sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

12. ABERTURA DAS PROPOSTAS

- 12.1. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta automaticamente via sistema COMPRAS.GOV.
- 12.2. O licitante deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, todos os documentos que compõem a proposta técnica, em formato digital legível, até a data da sessão pública, observados os requisitos constantes do Anexo X – Critério de Julgamento.
- 12.3. A proposta de preço deverá ser apresentada exclusivamente sob a forma de preço global, por meio do preenchimento do campo próprio do sistema eletrônico, até a data da sessão pública.
- 12.4. O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta de preço, Garantia da Proposta, no valor correspondente a 1% (um por cento) do preço global ofertado em sua proposta, admitidas quaisquer das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, com vigência



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta.

- 12.5. Encerrada a licitação, a Garantia da Proposta será liberada às licitantes não vencedoras nos prazos legais, observado o resultado definitivo do certame, à homologação, o término da validade da proposta ou a eventual revogação ou anulação da licitação.
- 12.6. A Garantia da Proposta poderá ser convertida em Garantia de Execução Contratual, devendo ser complementada, se necessário, nos termos do contrato.
- 12.7. O preço global deverá ser expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência.
- 12.8. Todas as especificações constantes da proposta vinculam o licitante.
- 12.9. No preço global ofertado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais e quaisquer outros necessários à execução integral do objeto.
- 12.10. Os preços ofertados são de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear alterações sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro fundamento.
- 12.11. Caso o regime tributário da empresa implique recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação deverá refletir a média dos recolhimentos efetivos dos últimos 12 (doze) meses.
- 12.12. Independentemente dos percentuais informados, os tributos legalmente exigíveis serão retidos na fonte, conforme a legislação vigente.
- 12.13. A apresentação das propostas implica compromisso irrevogável da licitante com a execução integral do objeto, nos termos do Edital e de seus anexos, incluindo a elaboração dos projetos básico e executivo, a execução completa da obra e a disponibilização de todos os recursos humanos, materiais, equipamentos e ferramentas necessários para a entrega do empreendimento em condições plenas de operação, conforme especificações do Termo de Referência e dos projetos aprovados.
- 12.14. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data de sua apresentação.
- 12.15. Será desclassificada a proposta cujo preço global seja superior ao orçamento estimado da Administração, devidamente divulgado como parte integrante do instrumento convocatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 12.16. O descumprimento das disposições legais relativas à formação de preços poderá ensejar a responsabilização dos agentes públicos e da CONTRATADA, inclusive perante os órgãos de controle, nos termos da legislação aplicável.
- 12.17. Será adotado o modo de disputa fechado, sendo vedada a apresentação de lances, permanecendo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

as propostas inacessíveis até a abertura da sessão pública, quando serão divulgadas na forma prevista no Edital, assegurada a transparência do certame.

- 12.18. As propostas deverão ser elaboradas em conformidade com o cronograma físico-financeiro elaborado pela Administração, constante como anexo do instrumento convocatório, o qual deverá ser rigorosamente observado para fins de formulação do preço global e posterior execução contratual.
- 12.19. A veracidade e autenticidade dos documentos apresentados são de inteira responsabilidade do licitante.
- 12.20. A Agente de Contratação poderá solicitar a apresentação dos documentos originais para conferência, a qualquer tempo, se entender necessário.
- 12.21. A ausência de documentos exigidos ou a apresentação de documentos ilegíveis ou incompletos poderá acarretar a desclassificação da proposta.
- 12.22. É de inteira responsabilidade do licitante garantir a compatibilidade de seus arquivos digitais com os sistemas da plataforma eletrônica de licitação.
- 12.23. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação informará no sistema o prazo para atribuição das notas às propostas técnica e de preço, bem como a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos deste Edital e da Lei nº 14.133/2021.
- 12.24. Eventual postergação de prazos será comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação por meio do sistema eletrônico.
- 12.25. O sistema eletrônico disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes, assegurada a confidencialidade das propostas até o momento de sua abertura.
- 12.26. Quando a desconexão do sistema eletrônico por parte do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação formal aos licitantes.
- 12.27. O Agente de Contratação procederá à verificação das condições de participação dos licitantes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante consulta aos cadastros oficiais pertinentes.
- 12.28. Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será considerado inabilitado.
- 12.29. A análise das propostas terá início pelo exame das propostas técnicas, conforme critérios definidos no Anexo correspondente, sendo atribuída a Nota da Proposta Técnica (NT).
- 12.30. Concluída a avaliação técnica, será realizada a análise das propostas de preço.
- 12.31. Para fins de julgamento, será desclassificada a proposta cujo valor global seja superior ao orçamento estimado da Administração, devidamente divulgado no instrumento convocatório.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

- 12.32. A análise de exequibilidade poderá envolver a solicitação de comprovação de custos, insumos e encargos, bem como a realização de diligências para verificação da viabilidade técnica e econômica da proposta, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 12.33. A inexecutabilidade será reconhecida após diligência que comprove a incompatibilidade do valor ofertado com a execução do objeto.
- 12.34. Na hipótese de propostas com valores significativamente inferiores ao estimado, poderá ser exigida garantia adicional, nos termos da legislação aplicável.
- 12.35. Na contratação integrada, o licitante vencedor será convocado a apresentar, quando solicitado pela Administração:
- planilhas de quantitativos e custos unitários;
 - detalhamento do BDI e encargos sociais;
- 12.36. Os documentos apresentados serão utilizados para fins de acompanhamento e fiscalização, sendo vedada a alteração do preço global contratado.
- 12.37. Erros materiais no preenchimento da proposta não ensejarão desclassificação, desde que não impliquem alteração do valor global e seja comprovada a exequibilidade.
- 12.38. Será atribuída ao licitante a Nota da Proposta de Preço (NP), conforme critérios estabelecidos no Edital.
- 12.39. A Nota Final será obtida por meio de média ponderada entre as notas técnica e de preço.
- 12.40. Encerrado o julgamento, o sistema divulgará a classificação final dos licitantes.
- 12.41. Em caso de empate, serão aplicados os critérios previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 12.42. Encerrada a fase de julgamento, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante mais bem classificado, nos termos da legislação.
- 12.43. O licitante vencedor será convocado a apresentar a proposta final ajustada no prazo estabelecido no Edital.

13. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

- 13.1. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de técnica e preço, observada a ponderação estabelecida neste Edital e no Anexo X - Critério de Julgamento, sendo considerada mais bem classificada a licitante que obtiver a maior pontuação final, desde que sua proposta seja tecnicamente aceitável e compatível com o orçamento estimado da Administração, devidamente divulgado no instrumento convocatório, nos termos da legislação aplicável.
- 13.2. Caso não venham a ser ofertados ajustes, a classificação das propostas será realizada com base



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

nos valores originalmente apresentados, permanecendo o critério de julgamento pela maior pontuação final, observado o atendimento aos requisitos técnicos mínimos e à compatibilidade com o orçamento estimado.

- 13.3. O agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada no sistema e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.
- 13.4. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 13.5. Serão desclassificadas as propostas:
- a) cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no Edital;
 - b) que contenham vícios insanáveis;
 - c) que apresentem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
 - d) que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
 - e) que apresentem desconformidade insanável com o Edital;
 - f) que apresentem elementos que permitam a identificação do licitante, quando vedado;
 - g) que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
 - h) que não atendam às exigências técnicas previstas no Termo de Referência;
 - i) A desclassificação será devidamente fundamentada e registrada no sistema.
- 13.6. A análise das propostas observará a verificação de exequibilidade, podendo a Administração realizar diligências para comprovação da viabilidade técnica e econômica da proposta, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 13.7. Na hipótese de empate, serão aplicados os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.8. Encerrado o julgamento, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, nos termos da legislação aplicável, sem alteração das condições essenciais do Edital.
- 13.9. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, com registro dos atos praticados.
- 13.10. A licitante mais bem classificada será convocada a apresentar proposta final ajustada no prazo estabelecido no Edital.
- 13.11. Encerradas as negociações e considerada aceitável a proposta, o Agente de Contratação procederá à análise da habilitação, podendo realizar diligências e consultas aos cadastros oficiais pertinentes.
- 13.12. Constatado o atendimento aos requisitos, a licitante será habilitada e declarada vencedora.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

- 13.13. Caso a proposta não seja aceitável ou a licitante não atenda às exigências de habilitação, serão analisadas as propostas subsequentes, observada a ordem de classificação.
- 13.14. Todos os atos do julgamento serão registrados em sistema eletrônico e disponibilizados para consulta pública.
- 13.15. Da sessão, o sistema gerará termo de julgamento em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 13.16. Encerrada a sessão pública, a licitante declarada vencedora deverá apresentar, ao Agente de Contratação, a documentação de habilitação que foi apresentada em cópia simples ou sem informações para comprovação de autenticidade, antes encaminhada por meio do Sistema Compras.gov, a via física original ou autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis.
- 13.17. O critério de julgamento de avaliação das propostas encontra-se no Anexo X do Edital.

14. HABILITAÇÃO

Julgamento Da Habilitação

14.1.O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 13 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à qualificação jurídica;
- (B) Documentação relativa à qualificação econômico–financeira;
- (C) Documentação relativa à qualificação fiscal;
- (D) Documentação relativa à qualificação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.
- (F) Declarações:
 - Declaração de responsabilização Civil e administrativa;
 - Declaração de Inexistência de nepotismo;
 - Declaração art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - Declaração ref. ao emprego de menor;
 - Declaração para fins de habilitação – art. 63, inciso I e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - Declaração de cumprimento de reserva de cargos do art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - Declaração de cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho;
 - Modelo de Declaração de Visita



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

- 14.1.1. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.2. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.
- 14.3. Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.
- 14.4. Não serão aceitos pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que vise substituir os exigidos, exceto nos casos permitidos por lei.
- 14.5. Certificados, Declarações, Registros e Certidões sem validade explícita devem ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias antes da data da licitação.
- 14.6. A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (D) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município, à exceção dos seguintes documentos, que deverão ser apresentados independentemente de terem sido cadastrados no SICAF:
1. Contrato Social ou Estatuto Social consolidado, com alterações registradas e documentos de eleição/designação de administradores;
 2. Procuração (se houver representantes legais fora da administração);
 3. Certidões negativas específicas de falência, recuperação judicial ou insolvência civil, emitidas pelo distribuidor da sede da licitante;
 4. Comprovação de habilitação técnica, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, certidões de execução de contratos anteriores ou declarações de desempenho, que comprovem a execução de obras de engenharia de complexidade compatível com o objeto da licitação, incluindo projeto, planejamento, execução e entrega de empreendimentos em condições plenas de operação, conforme especificações técnicas e normas aplicáveis.
 5. Declarações obrigatórias exigidas pelo edital, incluindo:
 - Responsabilidade civil e administrativa;
 - Inexistência de nepotismo;
 - Cumprimento do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;
 - Emprego de menor;
 - Cumprimento de reserva de cargos do art. 63, IV da Lei 14.133/2021;
 - Normas de saúde e segurança do trabalho;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

6. Certidões municipais, quando a licitante possuir filial ou sede em município distinto da sede do órgão licitante (ex.: IPTU, ISS).

14.7.O agente de contratação poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no sistema e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

14.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 14.7, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no sistema.

14.8.HABILITAÇÃO JURÍDICA

14.8.1. A documentação relativa à habilitação jurídica será exigida exclusivamente do licitante melhor classificado, após o julgamento das propostas, em conformidade com os arts. 17, inciso II, 62 a 70 e 64 da Lei nº 14.133/2021.

14.8.2. Tal exigência visa comprovar a regularidade jurídica do licitante selecionado, garantindo a sua capacidade legal para celebrar o contrato, sem prejuízo das demais exigências previstas neste edital.

14.8.3. O licitante convocado deverá apresentar, conforme sua natureza jurídica:

(A.1) Registro comercial, se empresário individual.

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo para sociedades simples, com prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.7) Declaração formal de que atende às disposições do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, na forma do Anexo III.

14.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

(B.1) Apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um). Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$\text{Índice de Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

(B.1.b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um). Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{Índice de Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

(B.1.c) Índice de Solvência (IS) menor ou igual a 1 (um). Será considerado Índice de Solvência o quociente obtido pela divisão do Ativo Total dividido pelo quociente do Passivo circulante somado ao Passivo não circulante.

$$\text{Índice de Solvência} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

(B.1.1) – A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.2.2.2) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item B.1 limitar-se-ão ao último exercício.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.2.1) Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. As licitantes sediadas em demais comarcas do Estado do Rio de Janeiro, que não a do Município de Maricá, ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(B.3.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

(B.4) Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Anexo IX do Edital de Concorrência Eletrônica nº 03/2026.

(C) QUALIFICAÇÃO FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.4) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS.

(D) DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores,



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo III, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, na forma do Anexo III.

(E) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Exigências de Qualificação Técnica

(E.1.1) As exigências de qualificação técnica a serem previstas no edital decorrem de motivação circunstanciada e pormenorizada, fundamentada na natureza, na complexidade técnica e na relevância do objeto da contratação, em estrita observância ao disposto no art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021. Considerando que a contratação envolve a elaboração de projetos e a execução integrada de obra de engenharia de elevado grau de complexidade, torna-se necessário assegurar que os licitantes detenham capacidade técnica compatível com a adequada execução do empreendimento.

(E.1.2) Nesse contexto, a exigência de atestados de capacidade técnica relativos à execução de obras com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto justifica-se pela necessidade de comprovação de experiência prévia em atividades que demandam elevado nível de coordenação e domínio de soluções construtivas. Tal exigência fundamenta-se no art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, limitando-se às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, identificadas como componentes que impactam diretamente o desempenho global, a segurança e a qualidade da infraestrutura pública.

(E.2) Justificativa – Vedação do somatório dos atestados para cada item

(E.2.1) A vedação ao somatório de atestados para um mesmo item visa assegurar que a licitante demonstre experiência prévia efetiva e integrada na execução de atividades com características, complexidade técnica e dimensões compatíveis com aquelas exigidas no objeto licitado. A fragmentação da experiência, por meio da soma de múltiplos atestados de menor porte, pode mascarar a ausência de capacidade técnico-operacional para execução de empreendimento de elevada complexidade, como o CEPT – Campus de Educação Pública Transformadora.

(E.2.2) Tal medida busca garantir que a futura contratada possua capacidade técnico-operacional comprovada



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

em situações reais comparáveis, reduzindo riscos de inexecução contratual, atrasos ou necessidade de readequações durante a execução do objeto.

(E.2.3) Tal exigência encontra amparo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir comprovação de capacidade técnico-operacional compatível com o objeto licitado, desde que observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

(E.2.4) Adicionalmente, a restrição está alinhada ao entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, no sentido de que:

- A Administração pode restringir o somatório de atestados quando houver justificativa técnica que demonstre que a execução do objeto demanda experiência anterior não fragmentada;
- Deve-se evitar que a habilitação técnica seja atendida por meio de experiências pulverizadas que não reflitam a real capacidade de execução do objeto.

(E.2.5) No caso específico de participação em consórcios, a limitação a um único atestado por item, proveniente de uma das consorciadas, visa assegurar a clareza na atribuição de responsabilidades técnicas, evitando a diluição da capacidade entre múltiplos integrantes e garantindo que ao menos uma das empresas possua experiência integral e comprovada naquele item específico.

(E.2.6) Importante destacar que a medida não impede a formação de consórcios, tampouco restringe indevidamente a competitividade, uma vez que:

- Permite a formação de consórcio de até 3 empresas;
- Permite que diferentes consorciadas comprovem distintos itens da planilha;
- Apenas exige que, para cada item relevante, haja comprovação robusta e individualizada de experiência.

(E.2.7) A medida busca, apenas, garantir que todos os proponentes possuam a capacidade mínima e individual para a execução de uma obra deste porte, com especificidades importantes.

(E.2.8) A motivação das exigências observa os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da vinculação ao objeto, restringindo-se aos requisitos estritamente necessários para assegurar a execução eficiente, segura e sustentável da contratação, vedada a imposição de condições excessivas ou dissociadas das necessidades concretas do empreendimento.

(E.2.9) A exigência de equipe técnica especializada decorre da necessidade de garantir adequada responsabilidade técnica, supervisão contínua e conformidade com as normas técnicas, regulatórias e ambientais aplicáveis, especialmente no contexto da contratação integrada, em que o contratado assume papel central na concepção e na execução da solução.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

(E.2.10) Em razão do regime de contratação adotado, a contratada assumirá responsabilidade integral pela entrega do objeto, abrangendo o cumprimento das normas técnicas vigentes, das exigências de segurança do trabalho, das diretrizes de sustentabilidade ambiental e dos padrões de qualidade definidos pela Administração, bem como a adequada coordenação entre projeto e execução.

(E.2.11) A elaboração e a entrega dos projetos executivos deverão observar critérios de compatibilidade com o planejamento integrado da contratação, admitindo-se, quando tecnicamente aplicável e devidamente justificado, a utilização de plataformas de Modelagem da Informação da Construção (BIM), como instrumento de aprimoramento da qualidade técnica, compatibilização entre disciplinas e mitigação de riscos de execução.

(E.2.12) Dessa forma, as exigências relativas à qualificação técnica e às responsabilidades da contratada encontram-se devidamente motivadas, vinculadas às características do objeto e alinhadas ao critério de julgamento por técnica e preço, contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa e para a execução do empreendimento com elevados padrões de desempenho, segurança e eficiência, em conformidade com os princípios que regem as contratações públicas.

(E.3) Qualificação Técnica e Parcelas de Maior Relevância

(E.3.1) No que se refere à qualificação técnica da contratada, a Administração deverá estabelecer, no instrumento convocatório, exigências compatíveis com a natureza, a complexidade e os riscos do objeto, observando-se o disposto no art. 18, inciso IX, e no art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

(E.3.2) As exigências de qualificação técnica serão motivadas de forma circunstanciada e pormenorizada, limitando-se à comprovação de aptidão para a execução das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, assim entendidas aquelas atividades ou conjuntos de atividades que concentram maior complexidade técnica, impacto funcional, risco de execução ou relevância para o desempenho global do empreendimento.

(E.3.3) Considerando o regime de contratação integrada, a definição das parcelas de maior relevância observará critérios funcionais, operacionais e de desempenho, sendo vedada a vinculação a métodos construtivos, soluções técnicas específicas, materiais ou tecnologias previamente determinadas, de modo a preservar a liberdade de concepção da solução pelo contratado e a ampla competitividade do certame.

(E.3.4) As parcelas de maior relevância serão identificadas com base, entre outros aspectos, nos seguintes critérios:

Complexidade técnica da etapas;

Impacto financeiro sobre o custo total do empreendimento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Risco associado à execução inadequada;

Potencial de comprometimento da integralidade do objeto em caso de falhas;

Relevância social e funcional, especialmente em edificações públicas destinadas à educação.

(E.3.5) A exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional das parcelas de maior relevância do objeto fundamenta-se em critérios técnicos diretamente relacionados à complexidade, porte e criticidade do empreendimento, em conformidade com o art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021.

(E.3.6) O objeto consiste na implantação do Campus Educacional CEPT, infraestrutura educacional de grande porte, com aproximadamente 25.086,99 m² de área construída, contemplando parcelas estruturais essenciais, como concreto armado moldado in loco, fundações profundas e sistemas extensivos de vedação, dentre outros elementos de elevada complexidade. Tais parcelas possuem impacto direto na segurança, estabilidade, funcionalidade e desempenho global da edificação, exigindo experiência prévia compatível com a escala e a complexidade do empreendimento.

(E.3.7) Para assegurar a adequada capacidade técnica dos licitantes, a comprovação de experiência foi estruturada com base nas parcelas de maior relevância do objeto.

(E.3.8) Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, os quantitativos relativos às parcelas de maior relevância deverão ser atendidos por meio de atestados individualizados, não sendo admitido o somatório de atestados para um mesmo item. Tal diretriz visa assegurar que a experiência comprovada reflita a efetiva execução de atividades com características, dimensões e complexidade compatíveis com o objeto licitado, evitando a fragmentação da experiência e garantindo maior segurança quanto à capacidade operacional do futuro contratado.

(E.2.9) A vedação ao somatório de atestados encontra fundamento no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e está alinhada ao entendimento consolidado dos órgãos de controle, no sentido de que a Administração Pública pode estabelecer critérios que assegurem a comprovação de experiência prévia efetiva e não fragmentada, desde que devidamente justificados e proporcionais ao objeto.

(E.3.10) No caso de participação em consórcio, a comprovação da capacidade técnico-operacional deverá observar as mesmas diretrizes, de modo que cada parcela de maior relevância seja comprovada integralmente por uma única empresa consorciada, vedada a soma de atestados entre diferentes integrantes para o atendimento de um mesmo item, assegurando-se, assim, a clareza na atribuição de responsabilidades e a efetiva demonstração de capacidade técnica.

(E.3.11) A definição das parcelas de maior relevância e das respectivas exigências de comprovação técnica



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

contribui para a seleção de licitantes efetivamente aptos à execução do objeto, mitigando riscos de inexecução contratual, atrasos, falhas construtivas e necessidade de aditivos, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade, da segurança jurídica e do interesse público.

(E.3.12) Na sequência, apresentam-se as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, com os respectivos quantitativos mínimos a serem exigidos para fins de habilitação técnico-operacional:

a) Elaboração do Projeto Básico

A elaboração do Projeto Básico foi caracterizada como parcela de maior relevância técnica em função de seu papel estruturante no âmbito da contratação integrada.

Nesse regime, o Projeto Básico constitui o principal instrumento orientador da solução a ser desenvolvida e executada pelo contratado, sendo determinante para a definição de custos, prazos, metodologias construtivas e desempenho global do empreendimento. Sua adequada concepção reduz incertezas, mitiga riscos e assegura maior previsibilidade à execução contratual.

Sua classificação como parcela relevante fundamenta-se, especialmente, nos seguintes aspectos:

- Elevada complexidade técnica, sobretudo em empreendimentos que demandam soluções integradas de arquitetura, estrutura e sistemas prediais;
- Necessidade de compatibilização multidisciplinar entre projetos de arquitetura, estruturas, instalações elétricas, hidrossanitárias, climatização, acessibilidade e segurança;
- Planejamento funcional alinhado às demandas operacionais de um campus educacional, contemplando ambientes como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, auditórios e áreas de convivência;
- Forte correlação com a estimativa orçamentária, considerando que inconsistências podem acarretar sobrecustos, aditivos contratuais e atrasos;
- Elevado risco sistêmico, uma vez que falhas nesta etapa repercutem diretamente em todas as fases subsequentes da execução.

Dessa forma, trata-se de parcela típica de maior relevância em empreendimentos complexos, especialmente em obras públicas institucionais e educacionais de grande porte.

b) Construção de Edificações Não Residenciais

A execução de edificações não residenciais em quantitativo significativo foi igualmente definida como parcela de maior relevância, em razão de seu elevado impacto financeiro, complexidade executiva e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

criticidade para a entrega do objeto.

A exigência de comprovação fundamenta-se na necessidade de aferir a capacidade técnico-operacional do licitante para execução de obras de porte equivalente, abrangendo:

- Execução de sistemas estruturais de maior responsabilidade técnica;
- Implantação e gestão de canteiro de obras de grande escala;
- Coordenação simultânea de múltiplas frentes de serviço;
- Atendimento a requisitos de desempenho, segurança, durabilidade e qualidade construtiva.

Assim, sua definição como parcela de maior relevância visa assegurar que os licitantes possuam experiência comprovada em obras de complexidade e porte compatíveis, mitigando riscos de execução e garantindo a adequada entrega do objeto contratual, em consonância com o interesse público.

c) Elaboração de Projeto Básico e/ou Executivo de Esgotamento Sanitário com ETE

A elaboração de projetos de esgotamento sanitário, incluindo estação de tratamento de esgoto (ETE), foi definida como parcela de maior relevância em razão de sua elevada complexidade técnica, impacto ambiental e essencialidade para a operação do empreendimento.

Tal enquadramento fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- Necessidade de atendimento rigoroso à legislação ambiental e sanitária vigente, incluindo normas de lançamento de efluentes e padrões de qualidade;
- Complexidade no dimensionamento hidráulico-sanitário, envolvendo análise de vazões, cargas orgânicas, eficiência de tratamento e seleção de processos;
- Integração com os sistemas prediais e infraestrutura externa, exigindo compatibilização com redes coletoras, unidades de tratamento e pontos de lançamento;
- Impacto direto na sustentabilidade e operacionalidade do empreendimento, especialmente em equipamentos públicos de grande porte;
- Risco ambiental e operacional elevado, considerando que falhas de projeto podem resultar em passivos ambientais, sanções legais e comprometimento do funcionamento da edificação.

Dessa forma, a exigência de comprovação de experiência prévia nessa tipologia de projeto visa garantir que o licitante possua domínio técnico compatível com a criticidade dos sistemas de esgotamento sanitário previstos.

d) Execução de Edificação Não Residencial com Sistema Fotovoltaico



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

A execução de sistemas de geração de energia fotovoltaica integrados a edificações não residenciais foi caracterizada como parcela de maior relevância em razão de sua especificidade técnica, impacto na eficiência energética e necessidade de integração com os sistemas elétricos da edificação.

Tal definição fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- Necessidade de conhecimento técnico especializado para dimensionamento, instalação, comissionamento e operação do sistema fotovoltaico;
- Integração com as instalações elétricas convencionais, incluindo sistemas de proteção, inversores, quadros elétricos e interface com a rede de distribuição;
- Atendimento às normas técnicas e regulatórias do setor elétrico (como requisitos de conexão à rede e segurança operacional);
- Contribuição direta para a eficiência energética e redução de custos operacionais do empreendimento;
- Risco associado à execução inadequada, podendo comprometer o desempenho do sistema, a segurança das instalações e a confiabilidade do fornecimento energético.

Nesse contexto, a exigência de comprovação de experiência prévia na execução de sistemas fotovoltaicos em edificações não residenciais assegura que o licitante possua capacitação técnica suficiente para implementar soluções eficientes, seguras e plenamente compatíveis com os requisitos do empreendimento.

(E.4) Capacidade Técnica Comprovada

Exigência: Apresentação de atestados de execução de obras e operações de complexidade similar aos itens de maior relevância apresentados abaixo.

Justificativa: Considerando a magnitude e a complexidade técnica do CEPT, é essencial que a empresa demonstre experiência em obras integradas, assegurando qualidade, segurança e eficiência na execução.

(E.4.1) Posto isso, a capacidade técnica necessária para a comprovação deve seguir os parâmetros da tabela abaixo.

PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA				
Item	Descrição	Total	% mínimo necessário	Quantitativo mínimo
1	Elaboração de projeto básico e/ou executivo de edificações não residenciais, contendo no mínimo as	25.086,99 m ²	50,00 %	12.543,49 m ²



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

	disciplinas de arquitetura, fundações, estrutural, climatização, incêndio, exaustão, sonorização, tratamento acústico, elétrica e hidrossanitário.			
2	Elaboração de projeto básico e/ou executivo de esgotamento sanitário em edificações não residenciais, incluindo estação de tratamento de esgoto	25.086,99 m ²	50,00 %	12.543,49 m ²
3	Construção de edificação não residencial.	25.086,99 m ²	50,00 %	12.543,49 m ²
4	Execução de obra de edificação não residencial com a implantação de sistema de geração de energia fotovoltaica.	25.086,99 m ²	50,00 %	12.543,49 m ²

(E.4.2) A exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional das parcelas de maior relevância do objeto fundamenta-se em critérios técnicos diretamente relacionados à complexidade, porte e criticidade do empreendimento, em conformidade com o art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021. O objeto envolve a execução de infraestrutura educacional de grande porte, com aproximadamente 25.086,99 m² de área construída, contemplando serviços estruturais essenciais, como concreto armado moldado in loco, fundações profundas e sistemas extensivos de vedação. Tais parcelas possuem impacto direto na segurança, estabilidade e desempenho global da edificação, exigindo experiência prévia compatível em escala relevante.

(E.4.3) O percentual determinado representa um patamar técnico mínimo capaz de demonstrar que a licitante possui experiência concreta na execução de obras de porte significativo, incluindo gestão de equipes, logística de canteiro, controle tecnológico e coordenação entre disciplinas. Ao mesmo tempo, a exigência não impõe a comprovação integral do objeto, preservando a competitividade do certame e permitindo a participação de empresas que possuam experiência relevante, ainda que não idêntica à totalidade do empreendimento, observando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

(E.4.4) Adicionalmente, a fixação desse percentual contribui para a mitigação de riscos contratuais e operacionais, reduzindo a probabilidade de falhas técnicas, atrasos ou necessidade de aditivos decorrentes de insuficiência de capacidade executiva. A jurisprudência dos órgãos de controle admite a exigência de quantitativos mínimos desde que restrita às parcelas de maior relevância e devidamente justificada, como no presente caso. Dessa forma, a exigência de 50% mostra-se adequada, proporcional e alinhada ao interesse público, assegurando a seleção de licitantes com capacidade efetiva para a execução segura e eficiente do objeto.

(E.4.5) A exigência de comprovação de experiência anterior limitar-se-á à demonstração de execução de empreendimentos de natureza, porte e complexidade equivalentes, não se admitindo restrições indevidas à competição, em estrita observância aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, isonomia e julgamento objetivo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

(E.5) Equipe Especializada

Exigência: Disponibilidade de profissionais qualificados, incluindo engenheiros, arquitetos, ou equivalentes, com experiência comprovada em projetos de grande porte.

Justificativa: A execução integrada exige coordenação simultânea de projetos e obras, sendo indispensável equipe capacitada para assegurar compatibilização técnica, cronograma e padrões de qualidade.

(E.5.1) Posto isso, a equipe técnica necessária para a comprovação deve seguir a tabela abaixo.

Profissional	Atuação
Engenheiro Civil ou Arquiteto	Coordenador Geral de Projetos
Engenheiro Civil ou Arquiteto	Responsável por Projeto de Arquitetura
Engenheiro Civil	Responsável por Projeto Estrutural
Engenheiro Civil	Responsável por Projeto Hidrossanitário
Engenheiro Civil	Responsável por Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio
Engenheiro Mecânico	Responsável por Projeto de Climatização (HVAC)
Engenheiro	Coordenador da Execução de Obras
Engenheiro	Especialista em Sistemas de Esgotamento Sanitário (incluindo ETE)
Engenheiro	Especialista em Execução de Sistemas de Combate a Incêndio
Engenheiro Eletricista	Responsável pelas Instalações Elétricas (com subestação)
Engenheiro Mecânico	Responsável pela Execução dos Sistemas de Climatização

(E.5.2) A exigência de equipe técnica multidisciplinar justifica-se pela complexidade, porte e natureza do empreendimento, que envolve a elaboração de projetos básicos e executivos integrados, bem como a execução de obras de grande escala.

(E.5.3) No âmbito dos projetos, a participação de profissionais habilitados em arquitetura, estrutura e instalações é essencial para assegurar a adequada compatibilização entre as disciplinas, evitando interferências, retrabalhos e inconsistências técnicas. A presença de responsáveis específicos para cada sistema (estrutural, hidrossanitário, elétrico, climatização e combate a incêndio) garante que os projetos sejam desenvolvidos em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, além de possibilitar a adoção de soluções eficientes, seguras e economicamente viáveis.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

(E.5.4) Quanto à execução da obra, a exigência de profissionais com experiência comprovada em empreendimentos de porte similar visa assegurar a adequada condução das operações, com controle de qualidade, prazos e custos. A coordenação técnica da execução é fundamental para garantir a fiel observância dos projetos, a correta aplicação dos materiais e a integração entre os diversos sistemas construtivos, especialmente em obras que envolvem instalações complexas, como subestações elétricas, sistemas de climatização e redes de esgotamento com tratamento.

(E.5.5) Adicionalmente, a exigência de profissionais especializados em sistemas específicos, como combate a incêndio, esgotamento sanitário e climatização, justifica-se pela criticidade desses subsistemas para o funcionamento seguro e eficiente da edificação. Tais sistemas demandam conhecimento técnico específico tanto na fase de projeto quanto na execução, sendo indispensáveis para atendimento às exigências normativas e à obtenção das licenças e aprovações junto aos órgãos competentes, assegurando, assim, a plena operacionalidade do empreendimento após sua conclusão.

(E.6) Qualificação Técnico-Profissional

(E.6.1) A licitante deverá apresentar o REGISTRO ou INSCRIÇÃO DO(S) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S) indicado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme legislação profissional dos respectivos conselhos vigente.

(E.6.2) Apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, em nome do profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), suficientes para a comprovação do acompanhamento e/ou execução das operações com características semelhantes, compatíveis com o objeto desta licitação e com o conselho profissional de origem.

(E.6.3) O(s) Atestados devem conter, no mínimo, as informações do objeto do contrato, nome do(s) profissional(is) responsável(is) pela(s) obra e operações, quantificação principal, local, data de emissão do atestado, período de execução, além do nome e assinatura do signatário, contemplando os seguintes serviços:

Técnico-Profissional
Estruturas de concreto armado moldadas in loco
Estaca hélice contínua
Alvenaria de vedação em blocos cerâmico

(E.6.4) Comprovar a qualificação do(s) profissional(is) de nível superior, ou outro devidamente reconhecido



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

pela entidade competente, detentor(es) do(s) Acervo(s) de Responsabilidade Técnica, com a comprovação de pertencer ao quadro permanente do licitante, conforme disposto abaixo:

(E.6.5) Profissional **Engenheiro Civil ou equivalente** devidamente habilitado pelo conselho profissional competente, detentor do(s) Acervo(s) ou Registro(s) de Responsabilidade Técnica pela execução dos serviços referentes emitido(s) pelo seu respectivo conselho de origem;

(E.6.6) Profissional **Arquiteto ou equivalente** devidamente habilitado pelo conselho profissional competente, detentor do(s) Acervo(s) ou Registro(s) de Responsabilidade Técnica pela execução dos serviços referentes emitido(s) pelo seu respectivo conselho de origem;

(E.6.7) A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

- Carteira de Trabalho;
- Certidão do CREA;
- Certidão do CAU;
- Contrato Social;
- Contrato de prestação de serviços;
- Contrato de Trabalho registrado na DRT; e
- Termo, por meio do qual o(s) profissional(is) assumam a responsabilidade técnica pela obra licitada e o compromisso de integrar(em) o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser adjudicado.

(E.6.8) Nos casos em que a licitante não possuir em seu quadro permanente o(s) profissional(is) exigidos, a Licitante deverá apresentar a Declaração de Compromisso de Contratação Futura referente ao(s) profissional(is) – Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista ou profissional com habilitação técnica equivalente conforme modelo.

(E.6.9) A referida Declaração deverá conter a indicação (nome do profissional, nº CREA e/ou CAU) a ser contratado, bem como deverá conter a anuência do mesmo (assinatura). Nos casos de apresentação de Compromisso de Contratação Futura será exigido da licitante, no ato da assinatura do Contrato, a comprovação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

de efetivação de vínculo do profissional devidamente registrado junto ao seu respectivo conselho.

(E.6.10) O(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverá(ão) participar da obra ou operações objeto da licitação.

(E.6.11) Deverá ser apresentado, no mínimo, um acervo técnico do(s) profissional(is), devidamente acervado(s) pelo CREA e/ou pelo CAU, conforme conselho de origem, com a comprovação da execução das atividades de forma clara e legível.

(E.6.12) Apresentar a(s) Certidão(ões) de Registro de Pessoa Física com a regularidade do(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade.

(E.6.13) Declaração formal da licitante, indicando o responsável técnico – Engenheiro Civil ou Arquiteto - para execução e acompanhamento da obra. O responsável técnico pelo objeto da licitação deverá ser o mesmo da comprovação de atestado técnico-profissional.

(E.6.14) Declaração de vistoria informando a realização de visita técnica ao(s) local(is) de implantação do empreendimento, ou declaração formal de que a licitante assume integralmente os riscos decorrentes da não realização dessa faculdade.

(E.6.15) Declaração formal informando a disponibilidade de máquinas, ferramentas, equipamentos, sistemas e pessoal técnico especializado considerados essenciais ao adequado cumprimento do objeto da licitação.

(E.6.16) Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico relativo aos profissionais constantes dos documentos de comprovação da capacidade técnico-profissional da CONTRATADA, bem como do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento indicados para a realização do objeto da licitação, bem como de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

14.10.DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

14.10.1. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, conforme Anexo III - Modelo de Declarações, atestando que:

- está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Licitações e seus anexos;
- não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;
- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- não possui pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

14.10.2. Nos termos do que estabelece o artigo 64 da Lei 14.133/2021, após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

14.10.3. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação, com o auxílio da equipe de apoio poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.10.4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

14.10.5. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.10.6. Os documentos exigidos neste Edital poderão não ser aceitos, quando apresentados mediante cópias ilegíveis ou com datas rasuradas, sendo que ao licitador, reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário fazer a devida diligência, nos termos da lei, facultando ainda, tomar as medidas necessárias, no caso de fraude ou má fé.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

- 14.10.7. Os documentos cujos arquivos apresentem-se corrompidos, impossibilitando sua visualização serão considerados como não entregues.
- 14.10.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.
- 14.10.9. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após declarada sua habilitação.
- 14.10.10. O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.
- 14.10.11. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

15. MEDIÇÕES

- 15.1. As medições das etapas da obra serão realizadas pela Fiscalização, conforme inciso I do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante solicitação formal da CONTRATADA ao Órgão, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contendo:
- 15.1.1. Relatório escrito e fotográfico das etapas executadas;
- 15.1.2. Cronograma físico-financeiro refletindo o andamento da obra;
- 15.1.3. Comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS dos funcionários vinculados ao contrato;
- 15.1.4. Planilhas contendo a discriminação das etapas executadas, quantitativos aferidos, preços unitários contratados e respectivas memórias de cálculo, acompanhadas, quando cabível, de desenhos, catálogos, especificações técnicas e demais elementos elucidativos necessários à adequada verificação da execução contratual.
- 15.2. As medições serão acompanhadas por representantes do CONTRATANTE e da CONTRATADA, e eventuais divergências serão registradas e solucionadas pelo representante do CONTRATANTE. As medições poderão ser totais ou parciais, de acordo com o avanço físico constatado “in loco” pelo fiscal ou responsável técnico da Secretaria Municipal de Educação.
- 15.3. Pagamento Parcial
- 15.3.1. Com base na medição aprovada, a CONTRATADA poderá emitir a correspondente Nota Fiscal/Fatura relativa às etapas executadas no período, devendo constar a chave PIX vinculada ao CNPJ do favorecido, bem como os comprovantes de regularidade e recolhimento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e sociais exigíveis.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

- 15.3.2. O pagamento parcial somente será realizado após o ateste da Fiscalização, observadas as condições estabelecidas neste Contrato e na legislação aplicável.

16.RECURSOS

- 16.1.Divulgada a vencedora, o sistema informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso.
- 16.2.A falta de manifestação imediata da licitante importará a decadência do direito de recurso.
- 16.3. As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 16.4. A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.
- 16.5. A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.
- 16.6. Os recursos serão dirigidos ao agente de contratação, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.
- 16.7. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.
- 16.9. No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.10. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá proceder na forma dos incisos I a III do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, ou adjudicar o objeto e homologar a licitação, quando verificada a regularidade do procedimento

17. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 17.1. As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

17.2. Caso o Sistema da Concorrência Eletrônica fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

17.2.1. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública da concorrência eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

17.3. A eventual desconexão do Agente de Contratação durante qualquer fase da concorrência eletrônica não prejudicará a regularidade do certame. Caso o sistema permaneça acessível aos licitantes para o envio de propostas, estas continuarão a ser recebidas normalmente. O Agente de Contratação retomará suas atribuições tão logo seja possível, sem prejuízo dos atos praticados durante sua ausência, garantindo a continuidade do procedimento e a transparência da licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

17.3.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

18. GARANTIA

18.1. A ADJUDICATÁRIA prestará garantia de 1% (um por cento) do valor total do Contrato, até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.1.1. A garantia contratual poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- Seguro-garantia;
- Fiança bancária, nos termos do art. 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

18.1.2. Nas contratações de obras realizadas sob o regime de contratação integrada, com prazo de execução superior a 1 (um) ano, o valor da garantia contratual será calculado com base no valor atualizado do contrato, abrangendo eventuais alterações quantitativas, qualitativas, revisões, reajustamentos, reequilíbrios ou prorrogações que impliquem modificação de seu valor, devendo a CONTRATADA promover a correspondente atualização da garantia, nos prazos e condições estabelecidos neste Contrato e na legislação aplicável.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

- 18.1.3. No caso de seguro–garantia, a prestação da garantia pelo contratado será efetuada em no mínimo um mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.
- 18.1.4. Em relação ao seguro–garantia, o instrumento deverá contemplar a possibilidade de sua renovação no período compreendido entre a data de assinatura do Contrato e a data de encerramento da sua execução e incluir a cobertura dos valores relativos a multas eventualmente aplicadas.
- 18.1.5. No caso de fiança bancária, deverá ser observado o padrão estabelecido pelo Art. 96 da Lei Nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 18.2. A Secretaria de Educação utilizará a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a essa, inclusive, para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir–se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações.
- 18.3. Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
- 18.4. Em caso de extinção decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.
- 18.5. Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela Secretaria de Educação o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.
- 18.6. Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia para que seja mantido o percentual de 1% (Um por cento) do valor do Contrato.
- 18.7. Sempre que houver reajuste ou alteração do valor do Contrato, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso.
- 18.8. Os reforços do valor da garantia poderão ser igualmente prestados em uma das modalidades



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

previstas no art. 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 18.9. A garantia contratual somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da CONTRATADA.

19. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

- 19.1. Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a autoridade competente da Secretaria Municipal de Educação adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.
- 19.2. Integra o presente Edital, sob a forma de Anexo VI, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a Secretaria Municipal de Educação e a ADJUDICATÁRIA.
- 19.3. Uma vez homologado o resultado da licitação pelo(a) ordenador(a) de despesa da Secretaria Municipal de Educação, será a licitante vencedora convocada, com antecedência mínima de dois dias úteis, pela Secretaria Municipal de Educação, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.
- 19.3.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Secretaria Municipal de Educação.
- 19.3.2. Nas contratações de grande vulto, o licitante vencedor deverá comprovar a implantação de programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, na forma do § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 19.4. Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o Agente de Contratação, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação.
- 19.5. A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital, incluindo a comprovação da continuidade do Programa de Integridade, quando exigido.
- 19.6. A CONTRATADA será integralmente responsável, nos termos do Contrato, pela qualidade de toda a obra, incluindo elaboração dos projetos básico e executivo e execução contratual, devendo atender às especificações do Termo de Referência, aos projetos aprovados e às normas da ABNT e demais normas técnicas aplicáveis, bem como aos parâmetros de desempenho, durabilidade,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

segurança e funcionalidade exigidos para o empreendimento; a fiscalização da obra será exercida pelos fiscais do contrato, podendo incluir inspeções, medições, ensaios e análise de documentação técnica, e quaisquer desconformidades identificadas deverão ser imediatamente corrigidas ou refeitas pela CONTRATADA, sem ônus para a Secretaria Municipal de Educação e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis previstas em lei e no contrato.

- 19.7. A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que causar a terceiros, inclusive concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.
- 19.8. No momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar, quando couber, relação nominal de seus empregados, com a devida documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto nas políticas de inclusão estabelecidas na legislação em vigor.
- 19.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não implica sua aceitação automática e não exime a CONTRATADA das responsabilidades legais e contratuais relacionadas à qualidade das etapas executadas, à solidez, segurança, funcionalidade e adequação técnica da obra, nem das obrigações previstas neste Contrato, na legislação aplicável e nas normas técnicas pertinentes.
- 19.10. A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à Secretaria de Educação.

20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 20.1. Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data de adimplemento da parcela correspondente, obedecido o disposto na legislação.
- 20.2. O pagamento à CONTRATADA será realizado com base na execução efetiva da obra e no cumprimento das etapas correspondentes, devidamente atestadas pela fiscalização do contrato, de acordo com o cronograma físico-financeiro elaborado pela Administração, constante como anexo do instrumento convocatório e do contrato.
- 20.3. As medições observarão os marcos e eventos previstos no referido cronograma físico-financeiro, constituindo este instrumento vinculante para fins de apuração dos valores devidos.
- 20.4. A Administração não estará obrigada a efetuar o pagamento do valor total do contrato caso as etapas e obrigações não tenham sido integralmente executadas e formalmente aceitas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 20.5. No caso de erro em eventuais documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

CONTRATADA para retificação ou substituição.

- 20.6. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no Setor de Tesouraria da Secretaria Municipal de Educação e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.
- 20.7. O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no Setor de Tesouraria da Secretaria Municipal de Educação.
- 20.8. O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

21. REAJUSTE

- 21.1. O reajustamento dos preços contratuais somente será admitido após o decurso de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado, observada a Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, podendo ser aplicado índice setorial oficial pertinente, nos termos dos arts. 25, §7º, e 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021, de forma a assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 21.2. Os preços serão reajustados de acordo com a variação do INCC, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I - Io) / Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice mensal relativo ao mês do orçamento estimado;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

- 21.3. Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 22.1. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando às penalidades previstas no subitem 22.2, “d”;
- 22.2. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o órgão requisitante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:
- (a) Advertência;
 - (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
 - (c) Multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
 - (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
 - (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 22.3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:
- 22.3.1. Multa moratória: de 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) por dia útil, incidente sobre o valor da etapa em atraso, em caso de atraso na execução das etapas previstas no cronograma físico-financeiro, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis.
 - 22.3.2. Após o décimo quinto dia útil, e a critério da Administração, o atraso poderá ensejar a não aceitação da etapa executada, configurando, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, com aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.
 - 22.3.3. Multa por inadimplemento: de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor da etapa em atraso, nos casos de atraso superior ao prazo estabelecido no item anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e no contrato.
 - 22.3.4. O percentual de 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e
 - 22.3.5. A multa prevista nas alíneas “b” e “c” do item 22.2 será aplicada conforme as infrações cometidas e o nível de gravidade respectivo, indicados na matriz de risco e tabela a seguir:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

I M P A C T O	Alto	6 (4%)	8 (8%)	9 (10%)
	Médio	3 (1,5%)	5 (3%)	7 (6%)
	Baixo	1 (0,5%)	2 (1%)	4 (2%)
		BAIXO	MÉDIO	ALTO
		PROBABILIDADE		

ITEM	DESCRIÇÃO	NÍVEL	MIN.	MÁX.
1	Deixar de manter, durante todo o período de vigência contratual, quaisquer das condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação.	9	10%	20%
2	Não entregar o objeto dentro dos prazos estabelecidos e na forma prevista neste Termo de Referência.	9	10%	20%
3	Não executar quaisquer das obrigações descritas no item 6 deste Termo de Referência.	9	10%	20%
4	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato.	9	10%	20%
5	Deixar de disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.	8	8%	20%
6	Deixar de dispor de serviço de plantão telefônico 24 (vinte e quatro) horas por dia durante todos os dias da semana, inclusive fim de semana e feriados.	8	8%	20%
7	Se recusar a corrigir os erros nos documentos emitidos em razão da execução do objeto do contrato apontados pela Fiscalização.	8	8%	20%
8	Deixar de responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus colaboradores e por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE e a terceiros.	8	8%	20%
9	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto.	8	8%	20%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

10	Deixar de se responsabilizar pelos encargos trabalhista, fiscal e comercial, pelos seguros de acidente e quaisquer outros encargos resultantes da prestação do serviço.	7	6%	20%
11	Deixar de encaminhar documentos fiscais e todas as documentações determinadas pelo fiscal do contrato para efeitos de atestar a entrega do objeto do contrato (etapas) e comprovar regularizações.	6	4%	20%
12	Deixar de se responsabilizar pelas informações, documentos e relatórios entregues, bem como deixar de assinar os documentos, atas e relatórios produzidos.	6	4%	20%
13	Caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras.	6	4%	20%
14	Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do cumprimento de suas obrigações sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE	6	4%	20%
15	Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.	5	3%	20%
16	Deixar de relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do fiscal do Contrato ou pessoa designada pelo Secretário da pasta.	4	2%	20%
17	Deixar de se sujeitar à fiscalização do CONTRATANTE, tais como, mas não limitados a, resposta de e-mails, telefonemas, atendimento às orientações do fiscal do contrato e a prestação dos esclarecimentos formulados.	3	1,5%	20%
18	Deixar de relatar à CONTRATANTE toda e quaisquer irregularidades ocorridas, que impeça, altere ou retarde a execução do Contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento.	3	1,5%	20%
19	Deixar de comparecer às reuniões agendadas, sem prévia comunicação	3	1,5%	20%

22.3.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

22.4. Na gradação das multas administrativas serão observadas as seguintes regras:

22.4.1. Se o infrator, cumulativamente, não for reincidente na prática de infrações administrativas, não tiver agido com dolo e não tiverem ocorrido circunstâncias agravantes, o valor da multa será aplicado no mínimo previsto na tabela anterior;

22.4.2. São circunstâncias que sempre agravam a penalidade, quando não constituem ou qualificam a infração:

- a) Reincidência nas infrações;
- b) A ausência de comunicação imediata, pela CONTRATADA, de situações que representem risco de danos a pessoas, bens, instalações, à segurança da execução contratual ou à continuidade da implantação do empreendimento.
- c) Ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária ou por outro motivo torpe, ou coagindo outrem para a execução material da infração,
- d) Afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente;
- e) Causando danos à propriedade alheia;
- f) Mediante fraude ou abuso de confiança;
- g) No interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais;

22.5. A sanção prevista na alínea "d" do item 22.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.6. A sanção prevista na alínea "e" do item 22.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 155 da Lei 14.133, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.7. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

22.8. As sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do item 22.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "b" e "c", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

- 22.9. As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 22.2 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 22.10. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.
- 22.11. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.
- 22.12. A aplicação das sanções previstas no item 22.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 22.13. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 22.14. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nas alíneas “d” e “e” do item 22.2, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial de Maricá - DOM.
- 22.15. O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser direcionados à autoridade competente e entregues, mediante recibo, no setor de protocolo do Contratante, localizado na(o) Rua Nossa Senhora do Amparo, 196 - Centro, Maricá - RJ, 24900-000, Maricá-RJ, ou por e-mail para financaseducacao@educ.marica.rj.gov.br.

23. FORO

- 23.1. Fica eleito o Foro de Maricá para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 24.1. Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.
- 24.2. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

em dias de expediente.

- 24.3. As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.
- 24.4. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o disposto neste Edital.
- 24.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação.
- 24.6. Este Edital contém 42 (quarenta e duas) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.
- 24.7. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Proposta Detalhe - Técnica;

Anexo II – Proposta Detalhe - Preço;

Anexo III - Modelo de Declarações;

Anexo IV - Anteprojeto;

Anexo V - Termo de Referência;

Anexo VI - Minuta do contrato;

Anexo VII - Matriz de Risco;

Anexo VIII - Eventograma;

Anexo IX - Cronograma Físico Financeiro

Anexo X - Critério de Julgamento das Propostas;

Anexo XI - Modelo de Composição de BDI;

Anexo XII - Planilha de Quantidades.

Anexo XIII – Orçamento estimado (Resumo)

Anexo XIV – Plantas

Maricá, ____ de ____ de ____.

RODRIGO DE MOURA SANTOS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
MATRÍCULA: 6364



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO I – PROPOSTA DETALHE - TÉCNICA

I - PROPOSTA DETALHE -

**CAMPUS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA
TRANSFORMADORA - CEPT**

CE N.º ____ / ____

A Realizar-se em

Processo: 20929/2025

**A firma ao lado mencionada propõe
Prestar Serviço a Secretaria Municipal
de Educação de Maricá, pelos preços
abaixo assinalados, obedecendo
rigorosamente às condições estipuladas
constantes do EDITAL CE n.º
____ / ____.**

CARIMBO DA FIRMA

A sociedade empresária abaixo indicada se propõe a fornecer o objeto deste edital, conforme discriminado no Anteprojeto – Anexo IV, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Empresa Proponente: _____

Endereço: _____ Cidade: _____

Estado: ____ CEP: _____ Telefone: _____ Fax: _____

E-mail: _____ CNPJ: _____

Insc. Estadual: _____ Insc. Munic. _____

Item	Especificação	Valor Total
01	Contratação integrada de empresa especializada para a elaboração dos projetos básicos e executivos de arquitetura e engenharia, bem como para a execução das obras e serviços necessários à implantação da 1ª etapa do campus de educação pública transformadora – CEPT do Espraiado, no município de Maricá/RJ.	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

OBS: Todos os custos do fornecimento, equipamentos, materiais, logística e transporte serão considerados inclusos na proposta de preços ofertada, não podendo a CONTRATADA alegar desconhecimento ou negligências por desconhecimento do presente item;

1 - DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

1.1 - O prazo de validade desta proposta comercial é de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, prorrogável a pedido da administração.

Maricá, / / 2026.

PROPOSTA COMERCIAL

assinar e carimbar





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES

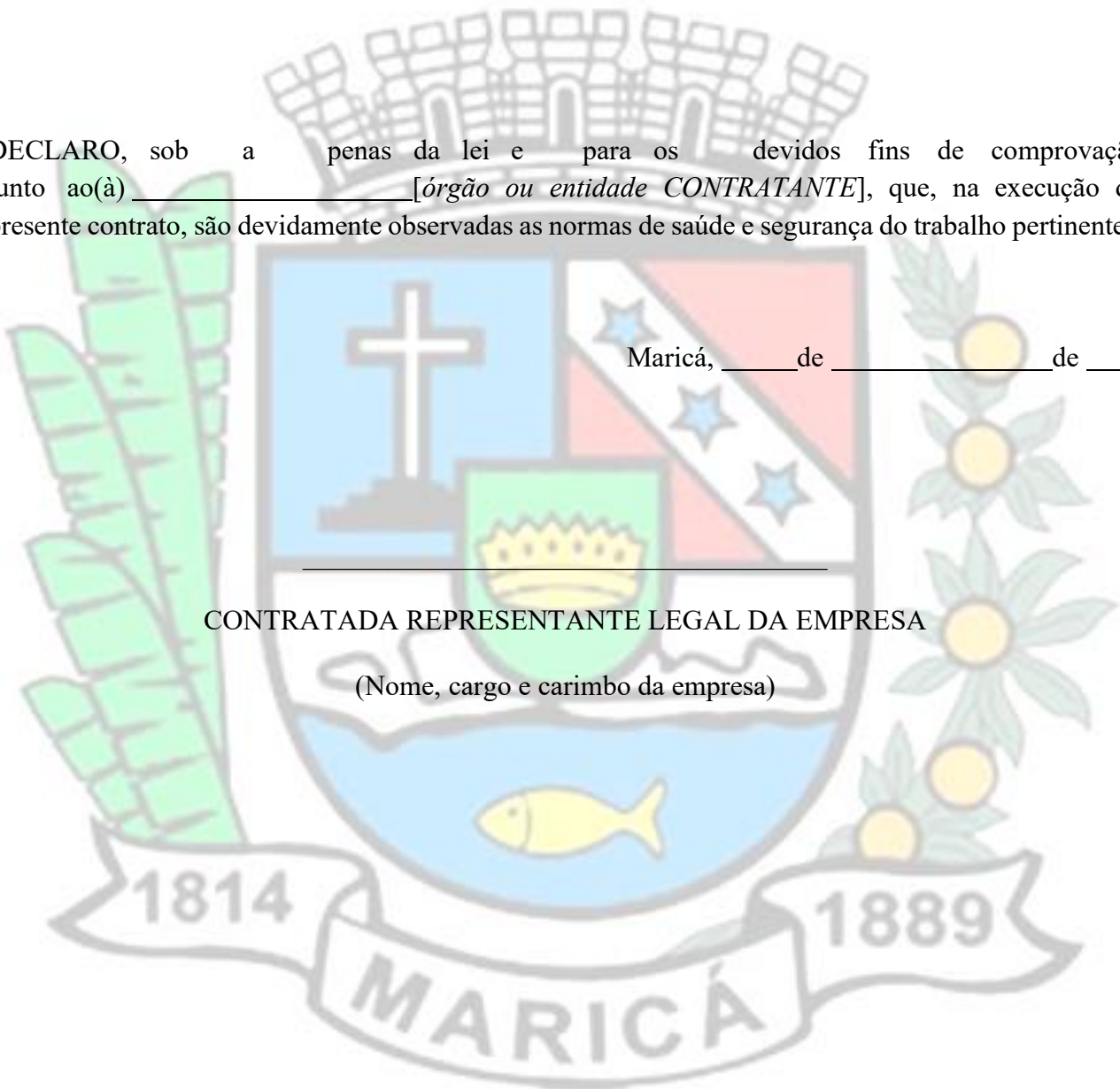
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto ao(a) _____ [órgão ou entidade CONTRATANTE], que, na execução do presente contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Maricá, de de .

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Maricá, de de .

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº .

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Maricá, de de .

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

DECLARAÇÃO REF. EMPREGO DE MENOR

(em papel timbrado da empresa)

_____ [órgão ou entidade licitante] Ref. Licitação nº _____ /
_____ [denominação/razão social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de
Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(sua) representante legal o(a)
Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade
nº _____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____,
DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Maricá, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

DECLARAÇÃO – ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº .

[endereço da sociedade empresarial]

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Maricá, de de .

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
(em papel timbrado da empresa)**

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº .

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Maricá, de de .

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº .

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Maricá, de de .

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

MODELO DE INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº .

[endereço da sociedade empresarial]

Informamos que as instalações dedicadas ao desempenho das nossas atividades relacionadas ao cumprimento do contrato objeto desta licitação estão localizadas na _____

_____, [endereço das instalações], acompanhando a presente declaração cópia do respectivo Alvará de Funcionamento.

Maricá, de de .

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA

(em papel timbrado da empresa) [denominação/razão social da sociedade empresarial]
Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº .

[endereço da sociedade empresarial]

Em atendimento à previsão legal contida no art. 67, VI da Lei Federal nº 14.133/2021, _____ [nome completo do representante legal da empresa],
DECLARO que o(a) Sr(a). _____ [nome completo do profissional indicado da empresa], profissional indicado por essa empresa, realizou visita para fins de vistoria técnica ao _____ [local ou equipamento visitado], acompanhado do respectivo responsável, tendo tomado ciência de todas as condições locais para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da licitação na modalidade _____, nº _____ / _____, as quais serão consideradas quando da elaboração da proposta que vier a ser apresentada.

Maricá, de de .

Agente Público

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Profissional indicado pela Empresa (Nome, cargo e carimbo da empresa)

Representante Legal da Empresa (Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE RECEBEU TODOS OS DOCUMENTOS E
INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO**

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: (identificação da licitação)

(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, sediada _____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que recebeu todos os documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO IV - ANTEPROJETO DE ENGENHARIA

CONTRATAÇÃO INTEGRADA PARA ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA E EXECUÇÃO DAS OBRAS E DEMAIS OPERAÇÕES NECESSÁRIAS À IMPLANTAÇÃO DA 1ª ETAPA DO CAMPUS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA TRANSFORMADORA – CEPT ESPRAIADO

INTRODUÇÃO

O presente Anteprojeto de Engenharia é elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente com o disposto nos arts. 18, 46 e 47, bem como nos demais dispositivos legais aplicáveis às contratações realizadas sob o regime de contratação integrada. Constitui-se como documento técnico orientador da futura licitação, contendo os elementos necessários e suficientes para caracterização da solução de engenharia pretendida, servindo de base para a elaboração e desenvolvimento dos projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, bem como para a execução das obras e demais operações necessárias à implantação da 1ª etapa do Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT ESPRAIADO, no Município de Maricá/RJ.

Nos termos do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, o presente anteprojeto constitui documento técnico destinado à caracterização da obra e à definição da solução de engenharia a ser adotada, contendo os elementos necessários e suficientes para subsidiar a elaboração das propostas pelos licitantes e o posterior desenvolvimento dos projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, assegurando a viabilidade técnica do empreendimento, a adequada avaliação dos impactos ambientais, a definição dos métodos construtivos e a estimativa dos custos globais e dos prazos de execução.

A adoção do regime de contratação integrada justifica-se pela complexidade técnica e pela natureza multidisciplinar do empreendimento, que demanda soluções integradas de arquitetura e engenharia, bem como pela conveniência administrativa de concentrar, em um único contratado, a responsabilidade pela elaboração e desenvolvimento dos projetos básico e executivo e pela execução das obras e demais operações necessárias à implantação do empreendimento, nos termos do art. 46 da Lei nº 14.133/2021. Tal regime contratual favorece a integração funcional, técnica e urbanística da solução, proporcionando maior eficiência na execução contratual, racionalização dos procedimentos executivos e adequada observância das normas técnicas, ambientais e de acessibilidade aplicáveis.

OBJETO

Contratação integrada de empresa ou consórcio especializado para elaboração e desenvolvimento dos projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia e execução das obras e demais operações necessárias à implantação da 1ª etapa do Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT ESPRAIADO, no Município de Maricá/RJ, compreendendo, inclusive, a implantação e adequação dos acessos viários, operacionais, de pedestres e de acessibilidade universal, bem como das áreas externas, sistemas de infraestrutura, circulação interna, urbanização, paisagismo, fornecimento, instalação e comissionamento de equipamentos, conforme condições, especificações, parâmetros técnicos e diretrizes estabelecidos no Anteprojeto e nos demais documentos técnicos integrantes da contratação, assegurada a integração funcional, técnica e urbanística do empreendimento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

FINALIDADE

O presente Anteprojeto tem por finalidade:

- Definir as diretrizes técnicas, funcionais, arquitetônicas e de desempenho do empreendimento;
- Estabelecer os requisitos mínimos obrigatórios a serem observados pela futura contratada;
- Assegurar a compatibilidade entre concepção, execução, custo, prazo e desempenho esperado;
- Servir como base técnica para o Termo de Referência e para a licitação na modalidade de contratação integrada.

JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal de Maricá identificou a necessidade de implantação da 1ª etapa do Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT do Espraiado, no Município de Maricá/RJ, como parte de uma política pública estruturante voltada à qualificação, expansão e modernização da rede municipal de ensino, com foco na promoção da educação integral, na redução das desigualdades sociais e no desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões. A presente intervenção refere-se à Fase 01 do empreendimento, concebida em nível de anteprojeto arquitetônico, a qual estabelece as diretrizes conceituais, espaciais e operacionais que orientarão o desenvolvimento das etapas subsequentes de projeto executivo e implantação.

O Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT do Espraiado configura-se como um equipamento educacional de grande porte, a ser implantado em terreno com área aproximada de 65.520,56 m² e área construída estimada em cerca de 25.000,00 m² nesta primeira fase. O empreendimento é composto, em sua concepção global, por 13 blocos distintos, dos quais a Fase 01 contempla a implantação inicial de seis unidades principais (Administração, Biblioteca, Ensino Fundamental I e II, Refeitório, além da Horta e da Fazendinha) estruturadas de forma integrada e articulada. Esses elementos são organizados a partir de critérios de setorização funcional, fluxos bem definidos e integração com os espaços livres, promovendo um ambiente educacional contínuo, inclusivo e conectado à paisagem.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Figura 01: Localização do terreno de Implantação da 1ª Etapa do CEPT no Espraiado.



A concepção do campus adota princípios contemporâneos de planejamento educacional e urbanístico, priorizando a racionalidade dos percursos, a clareza na organização espacial e a articulação entre usos pedagógicos, administrativos e de convivência. Destaca-se, nesse contexto, a incorporação de espaços de aprendizagem ao ar livre, como a horta e a fazendinha, concebidos como ambientes pedagógicos complementares voltados à educação ambiental, à sustentabilidade e à integração entre teoria e prática. A organização do conjunto privilegia ainda a criação de eixos verdes, áreas de permanência e espaços de convivência, reforçando o caráter integrado e multifuncional do equipamento.

O Município de Maricá vem se destacando nacionalmente pela implementação de políticas públicas inovadoras nas áreas social e educacional, inserindo-se em um contexto de crescimento populacional contínuo e acelerado. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo 2022), verifica-se aumento expressivo da população residente, com significativa representatividade de crianças, adolescentes e jovens em idade escolar. Esse cenário demográfico, associado à expansão urbana em curso, especialmente em regiões como o bairro do Espraiado, evidencia a pressão crescente sobre a infraestrutura educacional existente, a qual se mostra insuficiente para atender, de forma adequada e equitativa, às demandas contemporâneas por educação pública de qualidade.

Além do crescimento quantitativo da população, observa-se também a necessidade de qualificação da oferta educacional, de modo a superar desafios estruturais historicamente presentes na educação pública brasileira, tais como a desigualdade de acesso a equipamentos educacionais de qualidade, as defasagens nos processos de ensino-aprendizagem e a fragmentação entre escola, território e comunidade. Nesse contexto, a inexistência, na região do Espraiado, de um equipamento educacional de grande porte, concebido de forma integrada e articulado com outras políticas públicas, limita a capacidade de implementação de um modelo educacional contemporâneo,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

pautado na interdisciplinaridade, na formação integral e na ampliação da jornada escolar.

A implantação da 1ª etapa do CEPT do Espraiado insere-se, portanto, como resposta estratégica a essas demandas, propondo a criação de um equipamento educacional multifuncional, capaz de integrar atividades de ensino, cultura, esporte, inovação e convivência comunitária, promovendo não apenas o acesso à educação formal, mas também a ampliação de oportunidades de desenvolvimento social e cidadania. Trata-se de iniciativa alinhada aos princípios estabelecidos no art. 2º e seguintes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), especialmente no que se refere à garantia do direito à educação de qualidade e à formação integral do educando, bem como às diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014), em especial previstas no art. 2º, IV, contribuindo diretamente para o alcance de metas relacionadas à ampliação da jornada escolar, à expansão da rede física, à promoção da equidade e à valorização da diversidade.

Sob a perspectiva territorial, o empreendimento apresenta elevada aderência às diretrizes urbanísticas municipais. O terreno destinado à implantação da 1ª etapa do CEPT está localizado no bairro do Espraiado, inserido majoritariamente na Zona de Comércio e Serviços de Bairro – ZC2 e parcialmente na Zona de Comércio e Serviços da RJ-106 – ZC5, cujos parâmetros urbanísticos admitem a implantação de equipamentos públicos voltados à educação, cultura, lazer e serviços, evidenciando a adequação locacional do empreendimento e seu potencial indutor de requalificação urbana e dinamização socioeconômica da região.

Adicionalmente, a implantação do CEPT do Espraiado apresenta potencial significativo de impacto positivo sobre o território, ao promover a integração entre políticas públicas educacionais, culturais e sociais, fortalecer o sentimento de pertencimento da comunidade local e ampliar o acesso da população a serviços públicos essenciais. A ausência, no território, de equipamento com essas características limita o alcance das ações governamentais voltadas à inclusão social, à permanência escolar e à formação cidadã, reforçando a necessidade de intervenção planejada e estruturante por parte da Administração Pública.

Diante desse cenário, evidencia-se que a implantação da 1ª etapa do Campus de Educação Pública Transformadora do Espraiado constitui medida necessária, adequada e alinhada ao interesse público, contribuindo para a ampliação da capacidade de atendimento da rede municipal de ensino, para a melhoria da qualidade da educação ofertada e para a redução de desigualdades territoriais.

OBJETIVO DO ANTEPROJETO

O presente Anteprojeto tem por objetivo apresentar, de forma resumida e exemplificativa, as principais características técnicas, funcionais e construtivas do empreendimento **Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT** do Espraiado, no Município de Maricá/RJ.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

O empreendimento compreenderá a implantação da 1ª etapa do Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT ESPRAIADO, incluindo a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, bem como a execução das obras e demais operações necessárias à plena operacionalização da unidade, conforme condições, especificações, parâmetros técnicos e diretrizes estabelecidos no Anteprojeto e nos demais documentos técnicos integrantes da contratação. Assim temos como escopo preliminar:

- Acessos viários e operacionais, calçadas, circulação de pedestres e infraestrutura de acessibilidade universal;
- Áreas externas, urbanização, paisagismo e circulação interna;
- Sistemas de infraestrutura, incluindo redes elétricas, hidráulicas e de dados;
- Fornecimento, instalação e comissionamento de equipamentos destinados à finalidade educacional;
- Integração funcional, técnica e urbanística de todos os elementos do campus.

A Figura abaixo representa a solução integrada do campus, incluindo os acessos, áreas externas, sistemas de infraestrutura, circulação interna, urbanização, paisagismo e equipamentos educacionais, evidenciando a integração funcional e técnica do empreendimento.

Figura 02: Implantação da 1ª Etapa do CEPT no Espraiado.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

PRAZO DE ENTREGA

Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente com os arts. 6º, inciso XXIV, 18, 22, 42 e 46, § 2º, o presente Anteprojeto estabelece as diretrizes gerais relativas aos prazos e ao cronograma de entrega dos produtos vinculados à contratação integrada, a serem detalhados e propostos pela futura contratada, observado o prazo máximo global definido pela Administração.

A CONTRATADA será responsável pela elaboração e desenvolvimento dos projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, bem como pela execução das obras e demais operações necessárias à implantação da 1ª etapa do Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT ESPRAIADO, devendo observar cronograma físico-financeiro compatível com a complexidade do empreendimento, com as etapas de licenciamento, com as condicionantes ambientais e com os marcos de acompanhamento e controle estabelecidos pela Administração.

O cronograma deverá contemplar, no mínimo, as seguintes etapas:

- I – elaboração, apresentação e aprovação do Projeto Básico, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da emissão da Ordem de Início;
- II – elaboração, entrega e aprovação do Projeto Executivo, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da aprovação do projeto básico;
- III – execução das obras e demais operações necessárias à implantação do empreendimento, incluindo fornecimento, instalação, testes, comissionamento e entrega final da unidade em plenas condições de funcionamento, no prazo máximo de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias, contados da aprovação do Projeto Executivo ou da emissão da autorização formal para início da execução, conforme definido contratualmente.

Os prazos acima indicados deverão ser detalhados no cronograma físico-financeiro a ser apresentado pela CONTRATADA, o qual ficará sujeito à análise e aprovação da Administração, devendo demonstrar compatibilidade e coerência entre as etapas de elaboração e desenvolvimento dos projetos, mobilização, suprimentos, licenciamento, execução das obras e demais atividades necessárias à adequada implantação do empreendimento.

O cronograma aprovado passará a integrar o contrato como instrumento vinculante, constituindo referência para o acompanhamento da execução contratual, a medição das etapas executadas, os pagamentos e a aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo das hipóteses legais de revisão, reequilíbrio ou ajuste contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Matriz de Alocação de Riscos.

Eventuais alterações nos prazos e no cronograma somente serão admitidas nas hipóteses legalmente previstas, devidamente justificadas e compatíveis com a matriz de riscos, não ensejando reequilíbrio econômico-financeiro quando decorrentes de riscos alocados à contratada.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Conforme definido no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que embasa a presente contratação, após análise das alternativas técnicas disponíveis e levantamento de mercado, foi selecionada como solução mais adequada a execução da edificação em estrutura de concreto armado associada à alvenaria convencional, por atender de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

forma satisfatória aos requisitos de desempenho, durabilidade, viabilidade técnica e compatibilidade com a realidade construtiva local.

A solução escolhida compreende um conjunto de etapas construtivas iniciadas pela mobilização do canteiro de obras e locação da edificação, garantindo a implantação adequada conforme projeto. Na sequência, são realizados os serviços de terraplenagem e escavações, preparando o terreno para a execução das fundações, que são dimensionadas conforme as características geotécnicas do solo e executadas de acordo com as normas técnicas aplicáveis.

Após as fundações, procede-se à execução da estrutura em concreto armado, composta por pilares, vigas e lajes, seguida pela vedação em alvenaria convencional, que exerce função exclusivamente de fechamento. Na continuidade, são implantadas as instalações prediais elétricas, hidrossanitárias e complementares, atendendo às normas específicas, e executados os revestimentos internos e externos, a cobertura e os acabamentos, assegurando proteção, funcionalidade e desempenho da edificação.

Por fim, são realizados os serviços de fachadas e urbanização, integrando a edificação ao entorno, seguidos das etapas de testes, comissionamento e entrega, que verificam o pleno funcionamento dos sistemas. A obra é entregue com garantia mínima de 5 anos, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme a legislação vigente, assegurando a durabilidade, segurança e adequada operação da edificação ao longo de sua vida útil.

Essa metodologia trata-se de um sistema construtivo amplamente consolidado no setor da construção civil brasileira, caracterizado pela separação entre os elementos estruturais e os elementos de fechamento. Nesse sistema, a estrutura em concreto armado é responsável pela estabilidade global da edificação, absorvendo e transmitindo as cargas atuantes às fundações, enquanto a alvenaria desempenha exclusivamente função de vedação, sem participação estrutural.

CARACTERÍSTICAS GERAIS

Área estimada construída: 25.086,99 m²

Área total do terreno: 65.520,56 m²

As seguintes macro etapas deverão fazer parte do escopo da execução da obra, não se limitando a estas.

Serviços Preliminares e Implantação do Canteiro

Compreende a mobilização de equipes, equipamentos e instalações provisórias necessárias ao início da obra, incluindo montagem do canteiro, ligações temporárias de água, energia e esgoto, além de tapumes, sinalização e controle de acesso. Inclui ainda a locação topográfica geral dos blocos e elementos externos, bem como a limpeza e preparação inicial do terreno.

Terraplenagem e Infraestrutura do Terreno

Envolve os serviços de movimentação de terra, cortes, aterros, regularização e compactação do subleito, preparando o terreno para receber as edificações e áreas externas. Contempla também a execução das redes enterradas de drenagem, esgoto, abastecimento de água e infraestrutura elétrica externa, além da preparação das bases para vias internas, calçadas, pátios e para a implantação do lago artificial.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Fundações e Contenções

Abrange a execução das fundações de todos os blocos edificadas, conforme projeto estrutural específico, incluindo sapatas, blocos, vigas baldrame ou outras soluções técnicas adotadas. Inclui ainda contenções simples necessárias, como nas áreas da horta, bem como infraestrutura estrutural para reservatórios e áreas técnicas.

Estruturas

Compreende a execução das estruturas em concreto armado convencional dos blocos de Administração, Biblioteca, Ensino Fundamental I e II e Refeitório, incluindo pilares, vigas e lajes. Engloba também as estruturas metálicas das coberturas especiais (curvas, pixeladas e pétalas), das estruturas leves dos pátios e da estufa da horta, além das estruturas em madeira da Fazendinha e da alvenaria estrutural em tijolo maciço aparente neste bloco específico.

Vedações e Fechamentos

Inclui a execução das alvenarias de vedação em blocos cerâmicos tradicionais, bem como a alvenaria estrutural aparente da Fazendinha. Contempla ainda a instalação de fachadas em parede cortina com vidro fumê, painéis de policarbonato, painéis de vidro da estufa e elementos de controle solar, como brises metálicos verticais e horizontais.

Coberturas e Impermeabilizações

Abrange a execução das lajes simples impermeabilizadas, laje sobre sistema steel deck, coberturas com isotelhas térmicas tipo sanduíche e teto verde da Biblioteca. Inclui também as coberturas metálicas leves dos pátios e percursos acessíveis (Pixelada e Pétala), a cobertura translúcida da estufa e todos os sistemas de impermeabilização necessários, inclusive do lago artificial.

Instalações Prediais

Compreende as instalações elétricas internas, quadros de distribuição e sistemas de iluminação, além das instalações hidrossanitárias de água fria, esgoto sanitário e drenagem. Inclui a execução do sistema de iluminação externa viária e pedonal com tecnologia LED, bem como a implantação dos reservatórios e casa técnica localizada na laje do refeitório.

Pavimentação e Acessibilidade

Envolve a execução das vias internas, calçadas, percursos acessíveis cobertos e travessias elevadas, em conformidade com os princípios do desenho universal. Inclui a instalação de piso tátil direcional e de alerta em piso cimentício amarelo, pavimentação em bloquetes intertravados, pisos internos em granilite, concreto industrial polido na Fazendinha e demais soluções necessárias ao atendimento integral às normas ABNT NBR 9050:2020 e ABNT NBR 16537:2024.

Revestimentos, Acabamentos e Materialidade

Abrange os serviços de pintura acrílica externa conforme especificação cromática de cada bloco, instalação de brises metálicos coloridos, forros em WPC amadeirado, aplicação de granilite e execução de esquadrias e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

fachadas especiais. Esta etapa consolida a identidade arquitetônica do conjunto por meio das cores, texturas e materiais definidos em projeto.

Paisagismo e Urbanização

Compreende o plantio de espécies arbóreas, arbustivas e palmáceas adequadas ao clima local, além da implantação do lago artificial como elemento ambiental e simbólico próximo ao acesso principal. Inclui também tratamento paisagístico dos pátios, áreas verdes como grama amendoim e execução de cercamentos em mourões de eucalipto tratados.

Elementos Especiais

Envolve a implantação completa da horta, incluindo estufa metálica com fechamento em vidro e área aberta com hortas elevadas e de piso, bem como a execução da Fazendinha com suas características construtivas específicas. Inclui ainda a implementação das coberturas especiais de caráter modular e orgânico e demais estruturas de sombreamento previstas no conjunto.

Testes, Comissionamento e Entrega

Consiste na realização de testes e verificações das instalações elétricas, hidrossanitárias e sistemas de iluminação externa, bem como inspeção das impermeabilizações e condições de acessibilidade. Inclui limpeza final da obra, ajustes necessários e entrega técnica do empreendimento.

PROGRAMA DE NECESSIDADES

O empreendimento deverá atender, no mínimo, ao seguinte programa de necessidades, a ser detalhado e complementado tecnicamente na fase de projeto:

BLOCO ADMINISTRAÇÃO	
Ambiente	Área (m²)
CIRC. 1	6,01
SL. ENFERM. 2	25,31
CIRC. 4	6,01
SL. SECRET. 2	59,64
SL. DIRET. 2	20,28
SL. REUNIÃO 1	20,24
ATENDIMENTO 4	15,2



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

BLOCO ADMINISTRAÇÃO	
Ambiente	Área (m²)
ATENDIMENTO 5	15,2
ATENDIMENTO 6	14,88
PLANEJAM. 2	73,39
SL. ASSIST. SOCIAL 2	14,89
SL. PSICOL. 2	15,02
ALMOX. 2	19,82
D.M.L. 2	10,03
SL. ESPERA 2	37,67
CIRC. 6	26
SAN. FEM. 2	14,03
SAN. MASC. 2	14,03
SL. SECRETARIA 1	59,64
SL. DIRET. 1	20,28
SL. ASSIST SOCIAL 1	14,89
D.M.L. 1	10,01
ALMOX. 1	19,78
CIRC. 3	26
SAN. MASC. 1	14,06
SAN. FEM. 1	14,06
SL. ESPERA 1	37,67



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

BLOCO ADMINISTRAÇÃO	
Ambiente	Área (m²)
SL. PSICOL. 1	15,02
ATENDIMENTO 3	14,88
ATENDIMENTO 2	15,2
ATENDIMENTO 1	15,2
SL. REUNIÃO 2	20,24
SL. ENFERM. 1	25,31
HALL PRINCIPAL	169,65
PLANEJAM. 1	73,39
CIRC. 5	4,45
CIRC. 2	4,45
ENTRADA PRINCIPAL	63,8
SAN. ACESS. 1	3,06
SAN. ACESS. 2	3,02
SAN. ACESS. 3	3,05
SAN. ACESS. 4	3,03
SL. XEROX 2	14,92
SL. OE. 2	19,85
SL. OP. 2	22,82
PLANEJAMENTO 4	59,51
SL. REUNIÃO 4	25,27



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

BLOCO ADMINISTRAÇÃO	
Ambiente	Área (m²)
SL. CENT. DADOS 2	24,83
SL. PROFESSORES 1	120,86
SL. OP. 1	22,82
PLANEJAMENTO 3	59,51
SL. REUNIÃO 3	25,27
SL. CENT. DADOS 1	24,83
SL. XEROX 1	14,92
SL. MULTIUSO	15,07
SAN. MASC. 3	14,16
SAN. FEM. 3	16,2
SL. PROFESSORES 2	120,86
SL. ESPERA 3	36,57
ESPAÇO CAFÉ	35,1
REUNIÃO 3	64,77
DESCANSO PROFESSOR	54,39
REUNIÃO 2	25,47
SL. OE. 1	19,85
SL. ESPERA 4	36,26
CIRC. 12	5,79
CIRC. 9	29,38



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

BLOCO ADMINISTRAÇÃO	
Ambiente	Área (m²)
CIRC. 10	5,79
SL. MULTIUSO	15,07
SAN. MASC. 4	14,16
SAN. FEM. 4	14,16
REUNIÃO 1	25,47
CIRC. 7	55,43
CIRC. 8	55,43
SAN. ACESS. 5	3,08
SAN. ACESS. 6	3,09
SAN. ACESS. 8	3,09
SAN. ACESS. 7	3,08
BLOCO BIBLIOTECA	
Ambiente	Área (m²)
WC ACESSÍVEL	4,00 m²
WC ACESSÍVEL	4,00 m²
D.M.L.	6,71 m²
D.M.L.	6,72 m²
ÁTRIO	20,83 m²
ALMOXARIFADO	23,88 m²



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

BLOCO BIBLIOTECA	
Ambiente	Área (m²)
WC MASC.	28,08 m²
WC FEM.	28,08 m²
RECEPÇÃO / CONTROLE	84,52 m²
RECEPÇÃO / CONTROLE	84,53 m²
LEITURA	86,92 m²
ACERVO	225,14 m²
BLOCO ENSINO FUNDAMENTAL I E II	
Ambiente	Área (m²)
SAN. PROF. 1	3,33
SAN. ACESS. 4	3,34
SAN. ACESS. 3	3,34
SAN. ACESS. 2	3,34
SAN. PROF. 4	3,35
SAN. PROF. 3	3,35
SAN. PROF. 2	3,35
SAN. ACESS. 1	3,37
D.M.L. 1	3,7
D.M.L. 2	3,7
JARDINEIRA 4	15,72



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

BLOCO ENSINO FUNDAMENTAL I E II	
Ambiente	Área (m²)
JARDINEIRA 1	15,79
JARDINEIRA 2	17,46
JARDINEIRA 3	17,46
SAN. FEM. 1	24,64
SAN. FEM. 2	24,65
SAN. MASC. 2	24,73
SAN. MASC. 1	24,73
ABRIGO DOS RESERVATÓRIOS 1	39,84
ABRIGO DOS RESERVATÓRIOS 2	39,97
SL. DE AULA 4	67,01
SL. DE AULA 5	67,03
SL. DE AULA 13	67,1
SL. DE AULA 12	67,11
SL. DE AULA 2	67,47
SL. DE AULA 3	67,47
SL. DE AULA 6	67,48
SL. DE AULA 7	67,48
SL. DE AULA 15	67,57
SL. DE AULA 14	67,57
SL. DE AULA 11	67,57



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

BLOCO ENSINO FUNDAMENTAL I E II

Ambiente	Área (m²)
SL. DE AULA 10	67,57
SL. DE AULA 8	68,01
SL. DE AULA 1	68,16
SL. DE AULA 16	68,24
SL. DE AULA 9	68,24
CIRCULAÇÃO EXTERNA	483,37

BLOCO REFEITÓRIO

Ambiente	Área (m²)
CIRC. FUNC. 1	21,32
AÇOUGUE	25,32
SAN. FUNC. FEM. 1	16,43
SAN. FUNC. MASC. 1	16,35
SAN. ACESS. 1	6,21
SAN. ACESS. 2	6,21
SAN. ACESS. 3	6,21
SAN. ACESS. 4	6,21
CÂMARA AÇOUGUE	18,39
CÂMARA FRIGORÍFICA	20,2
SALÃO DIREITO	1019,76



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

BLOCO REFEITÓRIO	
Ambiente	Área (m²)
CIRC. FUNC. 2	78,83
CIRC. FUNC. 3	18,58
COCÇÃO	112,73
COPA	19,18
DEP. GÁS	3,45
DEP. NÃO PERECÍVEIS	30,78
DEP. PERECÍVEIS	25,4
DEP. LIXO SECO	10,76
DEP. UTEN.COZINHA	18,81
DESCONGELAMENTO	17,81
D.M.L. 1	10,23
D.M.L. 2	19,13
D.M.L. 3	19,19
D.M.L. 4	9,61
DOCAS	73,13
HALL DE ENTRADA	206,53
HIGIENIZ. SALADA	25,36
HIGIENIZ. PRATOS	48,19
LAVANDERIA	15,12
LIXO	8,01



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

BLOCO REFEITÓRIO	
Ambiente	Área (m²)
NUTRICIONISTA	10,45
PRÉ-PREPARO	27,82
RECEB. PRÉ LAV.	16,25
SALÃO ESQUERDO	1022,34
SAN. FEM. 1	40,12
SAN. MASC. 2	39,89
SAN. MASC. 1	39,93
SAN. FEM. 2	40,01
VEST. FEM.	10,62
VEST. MASC.	10,62
ÁREA EXTERNA	375,19
CASA DE RESERVATÓRIOS	110,05
BLOCO HORTA	
Ambiente	Área (m²)
ESTUFA	324,39
HORTA DE PISO	263,86
HORTA ELEVADA	246,25



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

BLOCO FAZENDINHA	
Ambiente	Área (m²)
ÁREA DE ENSINO/APOIO	55,23
GALINHEIRO	21,36
DEPÓSITO	2,16
CURRAL 1	44,14
CURRAL 2	67,15
CURRAL 3	67,11
BEBEDOURO	16,01

- Ambientes funcionais principais (a serem especificados);
- Ambientes administrativos e de apoio;
- Áreas técnicas e operacionais;
- Áreas de circulação e convivência;
- Infraestrutura para acessibilidade universal;
- Sistemas de segurança, prevenção e combate a incêndio;
- Infraestrutura predial completa (elétrica, hidráulica, sanitária, drenagem, lógica, climatização, entre outras).

Observação: O detalhamento quantitativo e qualitativo dos ambientes será objeto de complementação técnica posterior, sem prejuízo da observância integral das diretrizes aqui estabelecidas.

PARÂMETROS DE DESEMPENHO

O empreendimento deverá ser concebido e executado com base em parâmetros objetivos de desempenho, nos termos do art. 42 da Lei nº 14.133/2021, incluindo, no mínimo:

1. Desempenho estrutural e segurança;
2. Desempenho térmico, acústico e lumínico;
3. Eficiência energética e racionalização do consumo de água;
4. Durabilidade e vida útil dos sistemas construtivos;
5. Facilidade de operação e manutenção;
6. Atendimento às normas técnicas da ABNT e às legislações setoriais aplicáveis.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Os parâmetros deverão ser comprovados por meio de memoriais técnicos, simulações, ensaios ou outros meios tecnicamente aceitos.

ELEMENTOS FIXOS E ELEMENTOS FLEXÍVEIS

Elementos Fixos

São considerados elementos fixos do Anteprojeto, não passíveis de alteração sem prévia e expressa anuência da Administração:

1. Finalidade institucional do empreendimento;
2. Área mínima global e requisitos funcionais essenciais;
3. Parâmetros mínimos de desempenho;
4. Diretrizes de sustentabilidade, acessibilidade e segurança;
5. Matriz de riscos definida neste documento.

Elementos Flexíveis

Poderão ser objeto de soluções técnicas propostas pela contratada:

1. Soluções arquitetônicas específicas;
2. Métodos construtivos;
3. Tecnologias e sistemas prediais, desde que atendidos os parâmetros de desempenho;
4. Arranjos funcionais internos, respeitado o programa de necessidades.

Matriz de Riscos

Nos termos do art. 22 e do art. 103 da Lei nº 14.133/2021, a contratação será acompanhada de matriz de riscos, na qual serão alocados, de forma objetiva, os riscos previsíveis entre a Administração e a contratada.

A matriz de riscos deverá contemplar, no mínimo:

1. Riscos de projeto;
2. Riscos geotécnicos;
3. Riscos ambientais e de licenciamento;
4. Riscos de interferências físicas;
5. Riscos de variação de custos e prazos;
6. Riscos decorrentes de fatos supervenientes previsíveis.

Nota: A alocação detalhada dos riscos será complementada tecnicamente no Termo de Referência e no contrato.

Diretrizes Arquitetônicas

O projeto arquitetônico deverá observar as seguintes diretrizes gerais:

1. Adequação à função pública do empreendimento;
2. Integração com o entorno urbano e paisagístico;
3. Adoção de soluções arquitetônicas que privilegiem funcionalidade, conforto e sustentabilidade;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

4. Atendimento integral às normas de acessibilidade universal;
5. Flexibilidade de uso dos espaços, quando tecnicamente viável.

As diretrizes aqui previstas não impedem a proposição de soluções inovadoras, desde que compatíveis com os objetivos do empreendimento e previamente aprovadas pela Administração.

Critérios de Aprovação do Projeto Básico e Executivo

O Projeto Básico deverá demonstrar, de forma clara, completa e tecnicamente fundamentada:

- I. Conformidade integral com as diretrizes, premissas, parâmetros urbanísticos, arquitetônicos e funcionais estabelecidos no Anteprojeto;
- II. Atendimento pleno ao programa de necessidades e às exigências operacionais do empreendimento;
- III. Comprovação do atendimento aos requisitos de desempenho aplicáveis, inclusive aqueles previstos em normas técnicas pertinentes;
- IV. Compatibilização preliminar entre arquitetura, estrutura, fundações, instalações e demais disciplinas técnicas;
- V. Observância às normas da ABNT, legislações federais, estaduais e municipais, códigos de obras, normas de acessibilidade, segurança contra incêndio e demais exigências dos órgãos competentes;
- VI. Apresentação de soluções tecnicamente justificadas, acompanhadas de memoriais descritivos, especificações técnicas e estudos necessários à perfeita compreensão da proposta;
- VII. Coerência entre as soluções adotadas, os quantitativos estimados, o orçamento preliminar e o cronograma físico-financeiro;
- VIII. Indicação das premissas de construtibilidade, metodologia executiva e diretrizes para a etapa executiva.

A aprovação do Projeto Básico não exime a Contratada da responsabilidade técnica integral pelas soluções adotadas, nem implica validação automática de eventuais inconsistências técnicas, permanecendo sob sua inteira responsabilidade a precisão das informações, dimensionamentos e especificações apresentadas.

O Projeto Executivo deverá desenvolver e detalhar integralmente o Projeto Básico aprovado, apresentando nível de precisão e detalhamento suficientes para a perfeita execução da obra, sem necessidade de complementações posteriores.

Para sua aprovação, deverão ser atendidos, no mínimo, os seguintes requisitos:

- I. Completa compatibilização interdisciplinar, com eliminação de interferências entre sistemas e comprovação mediante relatórios de compatibilização;
- II. Detalhamento construtivo integral, incluindo cortes, elevações, ampliações, detalhes executivos, especificações de materiais, métodos construtivos e padrões de acabamento;
- III. Memorial descritivo consolidado e especificações técnicas definitivas;
- IV. Planilhas orçamentárias analíticas compatíveis com os projetos executivos e com os quantitativos aferidos;
- V. Cronograma executivo coerente com as soluções técnicas adotadas;
- VI. Atendimento às exigências dos órgãos licenciadores e concessionárias, incluindo protocolos, aprovações e/ou documentos necessários à execução;
- VII. Emissão das Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) correspondentes a todas as disciplinas envolvidas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

A aprovação do Projeto Executivo pela Administração constitui ato de controle formal e não implica assunção de responsabilidade técnica sobre os projetos, permanecendo a Contratada responsável pela solidez, segurança, funcionalidade, desempenho, compatibilidade e exequibilidade das soluções adotadas, bem como por eventuais correções que se façam necessárias, ainda que identificadas após a aprovação.

Regras de Alteração Contratual

As alterações contratuais observarão estritamente o disposto nos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, sendo admitidas apenas nas hipóteses legais e desde que devidamente justificadas.

Na contratação integrada:

1. Alterações decorrentes de riscos alocados à contratada não ensejarão reequilíbrio econômico-financeiro;
2. Alterações solicitadas pela Administração deverão respeitar os limites legais e a matriz de riscos;
3. Qualquer alteração deverá preservar o interesse público, a economicidade e a finalidade do contrato.

Estimativa Global de Investimento

A estimativa global de investimento será apresentada de forma compatível com o Estudo Técnico Preliminar e demais documentos da fase preparatória, observada a decisão administrativa quanto à publicidade do orçamento no instrumento convocatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empreendimento atenderá às Normas Técnicas aplicáveis, legislações ambientais e critérios de segurança.

Para a concepção e detalhamento do presente Anteprojeto do **Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT** do Espreado, foram consideradas as legislações municipais aplicáveis, em especial o Plano Diretor vigente do município de Maricá (Lei Complementar nº 145/2006), sua revisão prevista para 2025, bem como a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Maricá (Lei nº 3.431/2023).

Este Anteprojeto possui caráter preliminar e referencial, destinado a orientar a contratação integrada, servindo de base para a elaboração detalhada dos projetos básico e executivo e para a execução das obras, que serão de responsabilidade da empresa contratada.

As diretrizes aqui apresentadas buscam assegurar a integração funcional, urbanística e ambiental do empreendimento, compatibilidade com o entorno e conformidade com as normas municipais vigentes.

O terreno encontra-se inserido em duas zonas urbanas, a Zona de Comércio e Serviços de Bairro - ZC2, que abrange a maior parte do terreno, e a Zona de Comércio e Serviços da RJ-106 - ZC5, que compreende uma faixa de aproximadamente 30 m a partir das margens da rodovia, com parâmetros construtivos mais permissivos.

Para a ZC5 são permitidas edificações uni e multifamiliares por lote, hotéis e pousadas, parques, praças ou pontos de encontro, estabelecimentos de venda por atacado, depósitos de gás, de reciclagem, grandes galpões, aqueles destinados à prestação de serviços em níveis adequados de ruídos, vibrações e de poluição ambiental (incluindo postos de abastecimento e lavagem de veículos, as oficinas mecânicas de reparo e pintura de veículos e as oficinas de reparo em geral), espaços, estabelecimentos e instalações destinados à educação, saúde, lazer,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

cultura, assistência social, culto religioso, comunicação e associativismo e indústria de médio e pequeno porte conforme especificação do órgão ambiental competente.

Para um maior aproveitamento da área, entretanto, indica-se que a fachada de acesso seja voltada para a RJ-106, dado seus parâmetros urbanísticos que poderão ser replicados por todo o terreno, conforme abaixo, apresentados com o objetivo de justificar as soluções técnicas adotadas e restrições encontradas durante o processo de desenvolvimento deste projeto.

A tabela seguinte contempla aspectos essenciais, como os parâmetros construtivos a serem respeitados, que atuam como um referencial para garantir a conformidade legislativa durante todas as fases da sua construção. Esses parâmetros são fundamentais para a limitação do zoneamento projetual e o cumprimento dos requisitos de segurança das faixas protetoras do lote em relação à cidade contidas no Plano Diretor Urbanístico de Maricá (2025) – condições de uso, ocupação e parcelamento do solo para o município de Maricá:

Quadro 01 – Índices do Zoneamento Urbano de Maricá

PARÂMETROS	ZC2 – Zona de Comércio e Serviços de Bairro	ZC5 – Zona de Comércio e Serviços da RJ-106
TO – Taxa de Ocupação (%)	60	60
TP – Taxa de Permeabilidade (%)	20	20
TV – Taxa de Vegetação(%)	5	5
IAA – Índice de Aproveitamento de Área (fator)	1,5	2,5
AF – Afastamento Frontal (m)	3	3
Testada Mínima	20 metros	-
Área mínima	1.000	-

Fonte: PDU Maricá, 2025; Lei de Uso e Ocupação do Solo de Maricá, 2023. Quanta Consultoria, 2026.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

TERMO REFERÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO

O presente Termo de Referência (TR) tem por finalidade disciplinar e orientar a contratação integrada, tendo como base o Anteprojeto do Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT do Espraiado.

A contratação será realizada sob o regime de contratação integrada, nos termos do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, concentrando em um único contratado a responsabilidade pela elaboração e desenvolvimento dos projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, bem como pela execução das obras e demais operações necessárias à implantação da 1ª etapa do Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT Espraiado, no Município de Maricá/RJ, conforme condições e diretrizes estabelecidas no Anteprojeto. .

O presente Termo de Referência visa fornecer os elementos administrativos, jurídicos e procedimentais que permitirão o adequado planejamento, execução e fiscalização da contratação, sem constituir projeto técnico definitivo, mantendo o caráter preliminar e referencial do Anteprojeto.

2. OBJETIVO

Contratar empresa ou consórcio especializado para elaboração e desenvolvimento dos projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia e execução das obras e demais operações necessárias à implantação da 1ª etapa do Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT ESPRAIADO, no Município de Maricá/RJ.

O objeto inclui, de forma integrada:

- Elaboração de projeto básico e executivo;
- Implantação e adequação dos acessos viários, operacionais, de pedestres e de acessibilidade universal;
- Execução das áreas externas, sistemas de infraestrutura, circulação interna, urbanização e paisagismo;
- Fornecimento, instalação e comissionamento de equipamentos necessários;
- Observância das condições, especificações e diretrizes técnicas definidas no Anteprojeto e demais documentos técnicos;
- Garantia da integração funcional, técnica e urbanística do empreendimento, destinado à finalidade educacional.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

O objeto da presente contratação consiste em contratação integrada destinada à elaboração e desenvolvimento dos projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia e à execução das obras e demais operações necessárias à implantação da 1ª etapa do Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT ESPRAIADO, no Município de Maricá/RJ, não se tratando de aquisição de bens de consumo.

A contratação será regida pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, em especial pelo disposto no art. 6º, inciso XXXII, e no art. 46, bem como pelos demais normativos aplicáveis à Administração Pública Municipal, conforme disciplinado pelos Decretos Municipais nº 881/2022, nº 882/2022, nº 914/2022, nº 921/2022, nº 922/2022 e nº 078/2025, além das demais legislações vigentes.

O prazo para a conclusão do objeto será detalhado no cronograma físico-financeiro a ser apresentado pela contratada, contado a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços, em conformidade com as diretrizes técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

O contrato prevê a Matriz de Alocação de Riscos, que define a responsabilidade pelas consequências de eventos supervenientes durante a execução. A CONTRATADA será responsável pelos riscos que lhe forem atribuídos, nos termos da legislação vigente, assegurando o adequado gerenciamento e mitigação dos impactos.

Caso ocorram fatos supervenientes que impactem o escopo do contrato, poderá haver dilatação do prazo inicialmente previsto e eventual alteração de valores, mediante autorização formal da autoridade competente, conforme o art. 111 da Lei nº 14.133/2021, observadas as demais hipóteses legais aplicáveis.

Os quantitativos das etapas executadas encontram-se demonstrados em planilha de quantidades referencial, anexa aos documentos licitatórios, servindo como subsídio para a formulação das propostas, sem prejuízo da responsabilidade integral da CONTRATADA pela solução técnica adotada, em razão do regime de contratação integrada.

A contratação será realizada na modalidade concorrência, na forma eletrônica, com critério de julgamento por técnica e preço, sob o regime de contratação integrada e modo de disputa aberto e fechado, nos termos dos arts. 28, inciso II, 29, 33, inciso IV, 46, 56, inciso II, e 6º, inciso XXXII, da Lei nº 14.133/2021.

A contratação será realizada na modalidade concorrência, na forma eletrônica, com critério de julgamento técnico e preço, sob o regime de execução por contratação integrada, nos termos do Art. 28, II, Art. 29 e Art. 6º, XXXII da Lei nº 14.133/2021.

O critério de julgamento Técnica e Preço é adotado em razão do valor estimado do empreendimento, bem como da sua complexidade técnica e funcional, enquadrando-se como obra de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XII, combinado com o art. 33, inciso IV, e art. 37, §2º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que envolve a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

elaboração e o desenvolvimento de projetos de natureza predominantemente intelectual e soluções técnicas específicas compatíveis com empreendimentos de alta complexidade, inclusive com características de edificação inteligente.

Art. 37. Para os fins desta Lei, consideram-se:

§ 2º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual [...] o julgamento será por:

(...)

II – técnica e preço.

O Estudo Técnico Preliminar apresenta, de forma detalhada, as justificativas técnicas, operacionais e econômicas que fundamentam a escolha do regime de contratação integrada e do critério de julgamento técnica e preço, em atendimento ao art. 18, IX e art. 36, § 1º, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

Este procedimento licitatório admite a subcontratação parcial, excetuadas as parcelas que componham a qualificação técnica exigida, nos termos do art. 122, §1º, da Lei nº 14.133/2021, desde que previamente aprovada pela Administração a capacidade técnica do subcontratado, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução do objeto.

A previsão para a conclusão do empreendimento observará o cronograma físico-financeiro elaborado pela Administração, constante como anexo deste Termo de Referência, que estabelecerá os prazos, etapas e marcos de execução, contados da emissão da Ordem de Início da Execução Contratual.

A execução do objeto deverá observar rigorosamente o referido cronograma, que possui caráter vinculante, devendo a CONTRATADA cumprir integralmente os prazos e condições estabelecidos, em conformidade com as diretrizes técnicas, as boas práticas e as normas de engenharia aplicáveis.

O contrato de obras será celebrado sob o regime de contratação integrada, sendo as etapas executadas remuneradas conforme o cronograma físico-financeiro da Administração, mediante a efetiva execução e aprovação das etapas correspondentes.

Eventuais alterações no cronograma somente serão admitidas nas hipóteses legalmente previstas, mediante justificativa e prévia aprovação formal da Administração.

O contrato estabelecerá a sequência de execução, os prazos para medição, atesto, faturamento e pagamento, em conformidade com a legislação aplicável.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Após a aprovação das medições pelo órgão contratante, o pagamento será efetuado pelo setor financeiro da Administração, observados os prazos e condições estabelecidos no Edital e no contrato.

A contratação será realizada na modalidade Concorrência, sob a forma eletrônica, com critério de julgamento por Técnica e Preço, sob o regime de contratação integrada, nos termos dos arts. 28, inciso II, 29, 33, inciso IV, 46 e 6º, inciso XXXII, da Lei nº 14.133/2021, sendo as demais informações necessárias à seleção da futura CONTRATADA disciplinadas no instrumento convocatório.

O orçamento global estimado da contratação possui caráter público, tendo sido elaborado com base em parâmetros técnicos e referências de mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, sendo disponibilizado integralmente aos licitantes como parte integrante do instrumento convocatório.

A divulgação do orçamento estimado observa os princípios da transparência, publicidade e controle previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a ampliação da competitividade, a adequada formulação das propostas e a mitigação de riscos de sobrepreço ou inexecutabilidade.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A contratação se faz necessária para atender à crescente demanda por infraestrutura educacional de qualidade no município de **Maricá/RJ**, especialmente no bairro do **Espraiado**, que apresenta expansão urbana e concentração significativa de crianças e adolescentes em idade escolar. O **Campus de Educação Pública Transformadora (CEPT) do Espraiado** tem como objetivo implementar um modelo de educação integral inovador, capaz de superar desafios históricos da rede pública, como desigualdade de acesso, defasagem de aprendizagem e fragilidade nos vínculos entre escola e comunidade.

O projeto foi concebido considerando o **ciclo de vida completo do objeto**, garantindo que cada fase – planejamento, execução, operação e manutenção – esteja integrada e atenda às exigências legais, pedagógicas e urbanísticas. O ciclo de vida contempla:

1. **Planejamento e projetos** – elaboração dos projetos básico e executivo, estudos técnicos, análise de impacto urbano e pedagógico, adequações às normas de acessibilidade, segurança e sustentabilidade, garantindo que todas as etapas subsequentes possam ser executadas de forma eficiente.
2. **Execução da obra e implantação da infraestrutura** – construção dos espaços educacionais, instalações físicas, equipamentos e mobiliário, implementação de sistemas de segurança, tecnologia e sustentabilidade, assegurando que a obra esteja pronta para operação plena.
3. **Operação e entrega final** – entrega do campus em condições completas de uso, com garantia de funcionalidade pedagógica, técnica e administrativa, incluindo articulação de currículo, práticas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

pedagógicas colaborativas e integração com a comunidade local.

4. **Sustentabilidade e manutenção** – projetos concebidos para durabilidade, eficiência energética, facilidade de manutenção e baixo impacto ambiental, assegurando a longevidade do campus e a continuidade da prestação de serviços educacionais de qualidade.

A adoção da **contratação integrada** justifica-se pela necessidade de uma responsabilidade única da CONTRATADA em todas as fases do ciclo de vida do objeto, garantindo:

- **Elaboração completa dos projetos básico e executivo**, incluindo todos os estudos, memoriais, especificações, desenhos, cálculos e demais documentos técnicos necessários à execução integral do empreendimento;
- **Execução integral da obra e implantação da infraestrutura**, garantindo a conformidade com os projetos aprovados, normas técnicas aplicáveis e parâmetros de qualidade estabelecidos;
- **Prestação de todas as atividades complementares necessárias à plena operacionalização do empreendimento**, incluindo obtenção de licenças, testes, comissionamento e treinamento de pessoal, quando aplicável;
- **Entrega de um equipamento educacional funcional, seguro, sustentável e plenamente operacional**, integrado ao desenvolvimento urbano do município, observando critérios de eficiência, acessibilidade e sustentabilidade.

Além disso, o projeto atende às exigências legais de planejamento e qualidade da educação, em conformidade com a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996, art. 2º)** e o **Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014, art. 2º, IV)**, contribuindo para a construção de unidades educacionais **inclusivas, funcionais, sustentáveis e integradas ao território**.

O atendimento a essas necessidades justifica a adoção da contratação integrada, garantindo à CONTRATADA a responsabilidade integral pela elaboração e desenvolvimento dos projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, execução das obras, implantação da infraestrutura necessária e realização das demais atividades complementares indispensáveis à entrega do empreendimento em plenas condições de operação, funcionalidade, segurança e conformidade técnica.

Figura 1- Implantação do CEPT - Fase 01



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	



Fonte: Quanta Consultoria, 2026.

Localizado estrategicamente no bairro do Espraiado, território de relevância ambiental, histórica e cultural, o campus contribuirá para a requalificação urbana e social, fortalecendo o sentimento de pertencimento e o protagonismo da comunidade.

A implantação do CEPT demanda soluções de engenharia de alta complexidade, incluindo a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, bem como a execução das obras e demais operações necessárias à adequada integração funcional, técnica e urbanística do empreendimento. Tal necessidade é reforçada pela impossibilidade de a Administração realizar internamente tais atividades, diante da insuficiência de quadro técnico especializado para atendimento das exigências técnicas previstas no Anteprojeto.

Adicionalmente, a contratação encontra respaldo na Lei Complementar Municipal nº 398/2024, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Maricá e define as competências dos órgãos municipais envolvidos na implementação das políticas públicas educacionais e de infraestrutura necessárias à implantação do empreendimento. Nesse contexto, a execução de obra pública de grande porte destinada à implantação do CEPT do Espraiado insere-se no âmbito das atribuições institucionais da Administração Municipal, observadas as competências técnicas e administrativas dos órgãos envolvidos e as normas municipais



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

aplicáveis.

Especificação Do Objeto

Elaboração dos projetos básicos e executivos de engenharia, execução de levantamento topográfico planialtimétrico, execução de ensaios laboratoriais e sondagens complementares, implantação do canteiro de obras, mobilização de pessoal e equipamentos e execução das obras da primeira fase da CEPT.

- **Estudo de Viabilidade Técnica e Estudos Preliminares Integrados**

O Estudo de Viabilidade Técnica constitui etapa essencial da contratação integrada e deverá demonstrar a viabilidade técnica, urbanística, ambiental, funcional e operacional da implantação da 1ª etapa do Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT do Espraiado, em Maricá/RJ, conforme diretrizes estabelecidas no Anteprojeto.

Deverão compor o Estudo de Viabilidade Técnica, no mínimo, os seguintes itens:

- **Memorial Descritivo do Empreendimento:**

Apresentação conceitual do CEPT, objetivos institucionais, caracterização do uso educacional, estimativa de áreas construídas e externas, capacidade de atendimento, localização geográfica, acessos, condicionantes urbanísticas, ambientais e legais, diretrizes arquitetônicas e de engenharia, cronograma preliminar e principais conclusões técnicas.

- **Análise e Implantação Preliminar do Campus:**

Estudo da ocupação do terreno com definição preliminar de setorização funcional (ensino, administração, áreas comuns, esportes, serviços e áreas externas), acessos viários e de pedestres, circulação interna, acessibilidade universal e integração urbana.

- **Estudos Técnicos Preliminares de Engenharia:**

Avaliação conceitual das soluções estruturais, sistemas construtivos, infraestrutura elétrica, hidrossanitária, drenagem, telecomunicações, segurança, prevenção e combate a incêndio, eficiência energética e sustentabilidade.

- **Estudos Ambientais Preliminares:**

Análise de restrições ambientais, cobertura vegetal, áreas sensíveis, necessidade de licenciamento, impactos potenciais e diretrizes de mitigação, com base em dados públicos e inspeção técnica em campo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

• **Estudos Geotécnicos e Hidrológicos Preliminares:**

Avaliação das condições do solo, relevo, declividades, regime de drenagem natural, risco de alagamentos e definição de diretrizes para terraplenagem, fundações e drenagem.

• **Estimativa Preliminar de Custos (CAPEX):**

Estimativa global dos custos de implantação do empreendimento, compatível com as soluções técnicas propostas, servindo de subsídio ao planejamento da contratação e à adoção do regime de contratação integrada, em conformidade com a estimativa de valor da contratação devidamente fundamentada em parâmetros de mercado.

A estimativa considera referências técnicas e econômicas compatíveis com o porte e a complexidade do objeto, constituindo base para a definição das diretrizes da contratação e para a adequada avaliação da viabilidade do empreendimento.

Características Gerais

– Área estimada construída: 25.086,99 m²

– Área total do terreno: 65.520,56 m²

Serviços Preliminares:

Execução das atividades iniciais necessárias à implantação do empreendimento, incluindo levantamento topográfico planialtimétrico, implantação de marcos topográficos necessários à execução contratual, realização de sondagens mistas complementares, ensaios de caracterização de solos em laboratório, bem como mobilização de pessoal, equipamentos e estruturas provisórias indispensáveis ao adequado desenvolvimento das etapas executivas.

Canteiro de Obras: O projeto prevê a implantação de um canteiro de obras temporário com áreas administrativas, depósitos, sanitários, vestiários e espaços de apoio aos trabalhadores. As estruturas deverão ser seguras, funcionais e de fácil montagem e desmontagem, podendo utilizar alvenaria leve, módulos pré-moldados, contêineres ou estruturas metálicas, garantindo conformidade com normas de segurança e higiene. O layout deverá ser planejado para não interferir na obra, preservar áreas sensíveis e permitir a remoção completa das instalações ao final do empreendimento.

Projetos: Desenvolvimento dos projetos básico e executivo, atendendo aos critérios estabelecidos neste termo de referência e no anteprojeto fornecido;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Prédio de Administração: Possui 2.867,00 m² de projeção de área a ser construída, com fundação prevista em estaca hélice contínua, dimensionado conforme as características geotécnicas do terreno e as cargas atuantes da edificação. A estrutura principal será executada em concreto armado, incluindo a rampa de acesso ao segundo pavimento, e acabamentos diversos, com vedação principal do prédio em alvenaria de blocos cerâmicos. Os acabamentos ainda incluem brise metálico, painéis de vidro fumê, pisos em granilite industrial e forros em gesso acartonado.

Biblioteca Central: Possui projeção de área a ser construída de 615,76 m², com fundação prevista em estaca hélice contínua. A estrutura contempla laje de piso em concreto armado e acabamentos compostos por vedação em painéis de vidro, piso em granilite industrial, piso vinílico e forro em placas de WPS amadeirado. O edifício contará ainda com cobertura vegetal do tipo Skygarden, incluindo reservatórios destinados ao reaproveitamento de águas de reuso.

Fundamental I e II: O anteprojeto consta seis anexos de prédios do Fundamental I e II, com projeção de área a ser construída de 1.860,58 m² cada anexo e total de 11.163,48 m², todos em nível térreo, com fundação prevista em estaca hélice contínua, estrutura principal em concreto armado e acabamentos como vedação em alvenaria de blocos cerâmicos, brises em alumínio, piso em granilite industrial e forro em chapa de drywall;

Refeitório: O anteprojeto conta de dois anexos de refeitórios que totalizam 6.966,32 m², sendo 3.483,16 m² de projeção de área a ser construída para cada anexo, com fundação prevista em estaca hélice contínua, estrutura principal em concreto armado e acabamentos como vedação em alvenaria de blocos cerâmicos, brises em policarbonato, piso em granilite industrial, cerâmica esmaltada e forro em gesso acartonado;

Horta: Uma horta com projeção de área a ser construída de 1.453,86 m², com previsão de fundações diretas, laje térrea em concreto armado e acabamentos como painéis de vidro float transparente de 12mm e pisos intertravados;

Fazendinha: Previsão de área para criação de pequenos animais com projeção de área a ser construída de 2.020,57 m², com fundações diretas, piso em concreto industrial, estrutura em alvenaria estrutural em tijolo maciço cerâmico comum aparente e cobertura com estrutura de madeiramento aparente com isotelha trapezoidal térmica do tipo sanduíche.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A contratada deverá executar as atividades a seguir discriminadas:

A contratação integrada tem por objetivo a implantação completa do Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT do Espraiado, compreendendo desde os estudos preliminares até a elaboração e o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

desenvolvimento dos projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, bem como a execução das obras e demais operações necessárias à adequada implantação do empreendimento. As atividades a serem realizadas pela CONTRATADA incluem, sem se limitar a:

I – Estudo de Viabilidade Técnica (EVT):

Levantamento preliminar do terreno e suas características físicas, ambientais e urbanísticas;

Avaliação de interferências existentes e restrições legais e ambientais;

Análise preliminar de concepção arquitetônica e engenharia, com definição de soluções funcionais, estruturais, elétricas, hidráulicas, de drenagem e urbanísticas;

Subsídios para definição de escopo, custo estimado e prazos de execução;

Entrega de relatório técnico com conclusões e recomendações para o desenvolvimento do projeto e execução da obra.

II – Projeto Básico:

Desenvolvimento do Projeto Básico preliminar, considerando soluções conceituais de arquitetura e engenharia integradas;

Definição das áreas internas e externas, acessos viários e pedestres, circulação, paisagismo, urbanização e sistemas de infraestrutura;

Identificação de requisitos funcionais, normativos e de desempenho;

Subsídios para detalhamento do Projeto Executivo.

IV – Projeto Executivo:

Elaboração completa do Projeto Executivo de arquitetura, engenharia civil, elétrica, hidráulica, drenagem, dados e sistemas complementares;

Especificação de materiais, quantitativos, soluções construtivas e detalhamentos técnicos para execução da obra;

Compatibilização interdisciplinar entre todas as disciplinas;

Entrega de memorial descritivo, plantas, cortes, detalhes, memoriais de cálculo e especificações técnicas, conforme normas técnicas e legislações aplicáveis;

Atualizações e ajustes do projeto executivo conforme fiscalização e aprovações necessárias.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

V – Licenças e Liberações Ambientais:

Levantamento de exigências ambientais aplicáveis ao terreno e ao empreendimento;

Elaboração e apresentação de documentação técnica necessária à obtenção de autorizações e licenças ambientais junto aos órgãos competentes;

Atendimento às condicionantes ambientais e mitigação de impactos durante execução da obra;

Integração das licenças ambientais ao planejamento e execução do empreendimento.

Aquisição das licenças e autorizações ambientais pertinentes, perante os órgãos competentes nas esferas municipal e estadual, conforme a legislação ambiental aplicável, especialmente a Lei nº 6.938/1981, a Lei Complementar nº 140/2011 e a Resolução CONAMA nº 237/1997, observada a repartição de competências administrativas e as exigências relativas ao licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais.

VI – Execução das obras:

A contratada será responsável pela execução completa do empreendimento, incluindo todas as obras civis, instalações e as operações necessárias para a entrega do Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT do Espraiado em condições de plena operação, conforme projetos aprovados e legislação aplicável.

Normas de Referência e Considerações Técnicas

O projeto foi desenvolvido considerando as legislações municipais vigentes, em especial o Plano Diretor de Maricá (Lei Complementar nº 145/2006 e sua Revisão de 2025) e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 3.431/2023). O terreno está inserido em duas zonas urbanas: a Zona de Comércio e Serviços de Bairro – ZC2, que ocupa a maior parte da área, e a Zona de Comércio e Serviços da RJ-106 – ZC5, abrangendo uma faixa junto à rodovia, com parâmetros construtivos mais permissivos e que permitem usos compatíveis com a implantação do projeto.

Foram considerados os principais parâmetros construtivos que influenciam a concepção do projeto, como Taxa de Ocupação (TO), Índice de Aproveitamento de Área (IAA) e Afastamento Frontal (AF), bem como as orientações quanto à fachada principal voltada para a RJ-106, visando maior aproveitamento do terreno e conformidade urbanística.

O desenvolvimento do projeto também observou normas técnicas da ABNT e diretrizes de projetos educacionais do MEC/FNDE, garantindo acessibilidade, desempenho e segurança das edificações.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Detalhes completos sobre normas, zoneamento e parâmetros técnicos estão apresentados no Estudo Técnico Preliminar (ETP), item II - “Descrição da Necessidade”.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Regime de Contratação e Critério de Julgamento

A contratação será realizada sob o regime de contratação integrada, nos termos do art. 6º, inciso XXXII, e do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, com execução contratual por empreitada por preço global, conforme disposto no art. 6º, inciso XXIX, da referida Lei, abrangendo a responsabilidade integral da CONTRATADA pela elaboração e desenvolvimento dos projetos básico e executivo, pela obtenção das licenças necessárias e pela execução das obras e demais operações necessárias à implantação do empreendimento, conforme as diretrizes estabelecidas no Anteprojeto e na Matriz de Alocação de Riscos.

O critério de julgamento será o de técnica e preço, nos termos do art. 33, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, justificando-se em razão da natureza do objeto, caracterizado como obra de engenharia de elevada complexidade técnica, conforme disposto no art. 37, II e §2º, inciso II, da referida Lei.

O orçamento estimado da contratação possui caráter público e será disponibilizado integralmente como parte integrante do instrumento convocatório, incluindo planilhas orçamentárias, composições de custos e demais documentos técnicos pertinentes, em observância aos princípios da transparência, publicidade e controle previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A divulgação do orçamento estimado tem por finalidade ampliar a competitividade, reduzir assimetrias de informação entre os licitantes e contribuir para a adequada formulação das propostas, bem como mitigar riscos de sobrepreço e de apresentação de propostas inexequíveis, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

O julgamento das propostas observará o regime de empreitada por preço global, sendo vedada a apresentação de propostas com valores superiores ao orçamento estimado da contratação, que constitui o limite máximo aceitável, sem prejuízo da verificação da exequibilidade das propostas, nos termos da legislação vigente.

A Administração poderá realizar diligências para aferição da exequibilidade das propostas apresentadas, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, podendo desclassificar aquelas que se mostrarem inexequíveis ou incompatíveis com os encargos assumidos.

Sustentabilidade

Além das diretrizes de sustentabilidade previstas no Estudo Técnico Preliminar, deverão ser observados os requisitos estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, compatíveis com o objeto contratado.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Subcontratação: Diretrizes, Condições e Vedações

Admissibilidade da Subcontratação

A subcontratação poderá ser admitida de forma excepcional, parcial e restrita, exclusivamente nos limites previstos no art. 122 da Lei nº 14.133/2021, quando tecnicamente justificada e desde que não comprometa a execução integrada, a unidade do objeto e a responsabilidade global da contratada.

Limites e Regras Técnicas

- A subcontratação será limitada a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato;
- Em observância ao art. 122, §1º, é vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo que tenham sido objeto de exigência para fins de qualificação técnica no certame;
- A subcontratação deve restringir-se a especializações pontuais ou capacidades complementares que não desnaturem o regime de contratação integrada (art. 6º, XXXII).

Autorização da Administração

A eventual subcontratação ficará condicionada à prévia e expressa autorização da Administração, mediante comprovação, pela contratada, de que a empresa subcontratada possui qualificação técnica compatível com a parcela do objeto a ser executada. A documentação técnica pertinente deverá ser apresentada sempre que exigida.

Responsabilidade da Contratada

Em qualquer hipótese, a subcontratação não transfere responsabilidades. A contratada permanece integralmente responsável pela:

- execução do objeto;
- cumprimento dos prazos;
- qualidade das etapas executadas;
- observância das normas técnicas e legais aplicáveis;
- adequada gestão dos riscos, em consonância com o regime de contratação integrada e a matriz de alocação de riscos.

Objetivo da Diretriz

Essa diretriz visa assegurar o equilíbrio entre eventual necessidade de especialização técnica e a preservação da governança, do controle e da previsibilidade da execução contratual, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência e do interesse público.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Vedações e Condições Específicas

- a) É vedada a subcontratação exclusiva de mão de obra;
- b) Não será admitida subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, consideradas aquelas utilizadas para fins de qualificação dos licitantes;
- c) A subcontratação não poderá ultrapassar o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato;
- d) É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica cujos dirigentes mantenham vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro ou trabalhista com dirigentes da SEDUC ou com agentes públicos que atuem na licitação, na fiscalização ou na gestão contratual, bem como com seus cônjuges ou parentes até o terceiro grau, conforme §3º do art. 122 da Lei nº 14.133/2021;
- e) As empresas subcontratadas, no que se refere aos empregados alocados na obra, estarão sujeitas às mesmas exigências legais, trabalhistas, previdenciárias e de segurança impostas à contratada, sendo desta a responsabilidade integral pelo cumprimento.

Subcontratação de Fornecedores Específicos

As empresas subcontratadas para fornecimento e instalação de equipamentos ou sistemas específicos deverão ser, obrigatoriamente, o fabricante dos equipamentos ou assistência técnica por ele autorizada.

A disciplina da subcontratação observa, ainda, o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, conforme Acórdão nº 160622/2022 – Plenário, segundo o qual a subcontratação somente é admissível quando parcial, excepcional e tecnicamente justificada, não podendo abranger parcelas relevantes do objeto.

Duração do Contrato e Possibilidade de Prorrogação – Fundamentação Técnica e Jurídica

O prazo de execução será contado a partir da emissão da Ordem de Início, devendo ser compatível com a complexidade técnica, a magnitude do objeto e o cronograma físico-financeiro necessário à execução integral do empreendimento, considerando a natureza integrada da contratação.

A análise da prorrogação deverá considerar o interesse público, o equilíbrio econômico-financeiro e a adequada gestão de riscos, observada a matriz de riscos, anexa. Ressalta-se que eventual prorrogação não afasta a responsabilização por atrasos, permanecendo aplicáveis as sanções e mecanismos de recomposição contratual cabíveis.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Essa disciplina busca assegurar segurança jurídica, previsibilidade e eficiência, em conformidade com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Estimativa do valor da Contratação

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o disposto nos arts. 18, §1º, inciso VI, e 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como com os normativos municipais aplicáveis, com base em parâmetros técnicos e referências de mercado idôneas, aptas a refletir os preços praticados no setor.

Para a definição do valor estimado, foi adotada metodologia fundamentada na utilização combinada de múltiplas fontes de pesquisa, com o objetivo de assegurar maior precisão, confiabilidade e aderência à realidade de mercado, contemplando, dentre outros, os seguintes referenciais:

- I – dados constantes do Painel de Preços do Governo Federal e demais bases públicas oficiais de contratações;
- II – sistemas referenciais de custos, tais como o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI e/ou o Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO, conforme aplicabilidade ao objeto;
- III – análise de contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública;
- IV – cotações de mercado obtidas junto a fornecedores do ramo pertinente;
- V – elaboração de composições analíticas de custos, considerando insumos, mão de obra, equipamentos, encargos sociais e demais elementos necessários à execução do objeto.

A adoção de múltiplos referenciais visa mitigar distorções, reduzir assimetrias de informação e assegurar que a estimativa reflita, de forma fidedigna, as condições praticadas no mercado, contribuindo para a exequibilidade das propostas e a adequada alocação de recursos públicos.

O valor global estimado da contratação é de **R\$ 257.685.567,98 (Duzentos e cinquenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e sete reais e noventa e oito centavos)**, conforme detalhamento constante das planilhas orçamentárias, composições de custos e demais documentos técnicos que integram este Termo de Referência.

Registra-se que o valor estimado constante do Estudo Técnico Preliminar – ETP poderá divergir do valor consignado no orçamento estimativo da contratação, especialmente em razão das distintas finalidades, metodologias e graus de detalhamento técnico inerentes a cada etapa do planejamento da contratação. O ETP possui natureza preliminar e orientativa, sendo elaborado com fundamento em estimativas referenciais destinadas à avaliação da viabilidade da solução pretendida. Já o orçamento estimativo que integra o presente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Termo de Referência, desenvolvido com base no anteprojeto e em maior nível de aprofundamento técnico, contempla detalhamento mais preciso das premissas adotadas, quantitativos estimados, composições de custos, referências atualizadas de mercado e demais elementos técnicos pertinentes, circunstâncias que podem resultar em diferenças entre os valores apresentados, sem prejuízo da observância aos princípios da economicidade, razoabilidade, eficiência e interesse público.

Trata-se de contratação de grande vulto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, envolvendo empreendimentos de elevada complexidade técnica, operacional e gerencial.

A estimativa considera parâmetros compatíveis com o porte, a complexidade técnica e o regime de execução do objeto, podendo ser objeto de atualização, desde que devidamente justificada, nos termos da legislação vigente.

O orçamento estimado da contratação possui caráter público e será disponibilizado integralmente como parte integrante do instrumento convocatório, em observância aos princípios da transparência, publicidade e controle, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A divulgação do valor estimado tem por finalidade:

- I – ampliar a competitividade do certame;
- II – reduzir assimetrias de informação entre os licitantes;
- III – contribuir para a adequada formulação das propostas;
- IV – fortalecer os mecanismos de controle e governança;
- V – mitigar riscos de sobrepreço e de apresentação de propostas inexequíveis.

Todos os documentos que compõem a estimativa de custos, incluindo planilhas orçamentárias, composições analíticas e memórias de cálculo, serão disponibilizados de forma integral e pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Diante da metodologia adotada e das fontes de referência utilizadas, conclui-se que o valor estimado da contratação é compatível com os preços de mercado, adequado à complexidade do objeto e suficiente para assegurar a execução contratual, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

Garantia Contratual

Como condição para a assinatura e execução do contrato, a CONTRATADA deverá prestar garantia correspondente a 1% (um por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do art. 96, caput, da Lei nº



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

14.133/2021.

1. Modalidades de Garantia

A garantia poderá ser prestada, a critério da CONTRATADA, em uma das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária;

V - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

No caso de seguro-garantia, a apólice deverá observar as exigências legais, contemplando a cobertura dos riscos inerentes ao inadimplemento das obrigações contratuais, nos termos do art. 96, §1º e §2º.

2. Prazo para Apresentação

A garantia deverá ser apresentada no prazo a ser definido no edital, como condição para a assinatura do contrato, nos termos do art. 96, caput, da Lei nº 14.133/2021.

O descumprimento dessa exigência poderá ensejar a aplicação das sanções cabíveis, inclusive a convocação do licitante remanescente, conforme disciplina geral da lei.

3. Finalidade da Garantia

A garantia contratual tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, abrangendo, nos termos do art. 96, caput, e do art. 97 da Lei nº 14.133/2021:

a execução integral do objeto;

o cumprimento dos prazos contratuais;

o pagamento de multas aplicadas;

a reparação de prejuízos causados à Administração;

o adimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, quando cabível.

4. Execução da Garantia

A garantia poderá ser executada, total ou parcialmente, pela Administração, nos termos do art. 97 da Lei nº



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

14.133/2021, nos seguintes casos:

inadimplemento das obrigações contratuais;

aplicação de penalidades pecuniárias não adimplidas;

prejuízos decorrentes da execução do contrato;

rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

5. Reposição e Atualização da Garantia

Nos termos do art. 98 da Lei nº 14.133/2021, na hipótese de utilização total ou parcial da garantia, a CONTRATADA deverá promover sua reposição no prazo estipulado pela Administração, de modo a manter o valor originalmente contratado.

Em caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser atualizada proporcionalmente, mantendo-se o percentual inicialmente estabelecido.

6. Vigência da Garantia

A garantia da obra terá início a partir da data de **recebimento definitivo da obra pelo contratante**, devendo ter prazo mínimo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 618 do Código Civil, art. 12 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e art. 100 da Lei nº 14.133/2021, como instrumento para assegurar a plena execução do contrato e a correção de eventuais defeitos ou vícios ocultos.

7. Liberação da Garantia

A garantia será liberada ou restituída após a execução integral do contrato e a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do art. 100 da Lei nº 14.133/2021, desde que:

não haja pendências contratuais;

não existam prejuízos à Administração;

tenham sido cumpridas todas as obrigações assumidas.

A liberação ocorrerá mediante requerimento da CONTRATADA, no prazo a ser definido no edital.

Acréscimos Contratuais e Atualização da Garantia

Em caso de alteração do valor do contrato, em decorrência de acréscimos ou supressões de obras, a garantia contratual deverá ser atualizada, de modo a manter o percentual originalmente estabelecido sobre o valor



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

atualizado do ajuste, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

Para fins de preservação da efetividade da garantia, a CONTRATADA deverá promover a complementação ou adequação do valor garantido, quando necessário, observando-se, por analogia, o disposto no art. 98 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a recomposição da garantia em caso de sua redução.

A atualização da garantia deverá ocorrer no prazo a ser fixado pela Administração, contado da formalização do respectivo termo aditivo.

Caso haja aumento no valor contratual em decorrência de acréscimos de obras, a CONTRATADA deverá reforçar a garantia inicial, mantendo o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o novo valor do contrato, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo correspondente.

A CONTRATADA não poderá transferir a execução da obra a terceiros, exceto nas hipóteses expressamente permitidas pelo art. 122 da Lei nº 14.133/2021 e mediante autorização prévia do CONTRATANTE, respeitando os limites de subcontratação e exclusão de consórcios e cooperativas.

Toda a documentação, relatórios, memoriais e registros fotográficos entregues durante a execução e na conclusão da obra passarão a integrar o acervo técnico do CONTRATANTE.

O descumprimento das condições de garantia, substituição de materiais ou execução inadequada poderá implicar aplicação de penalidades previstas no contrato, sem prejuízo das ações legais cabíveis.

Da Visita Técnica

A visita técnica ao local de execução do objeto será facultativa, podendo ser realizada pelo licitante por meio de profissional(is) habilitado(s), com o objetivo de contribuir para a adequada compreensão das condições locais para a elaboração da proposta e futura execução contratual.

A possibilidade de realização de visita técnica justifica-se em razão da natureza complexa, integrada e de grande porte do empreendimento, que envolve múltiplas disciplinas técnicas, interferências físicas relevantes e condicionantes específicas de implantação, as quais podem não ser integralmente aferidas por meio exclusivo da documentação disponibilizada no processo licitatório, ainda que composta por estudos preliminares, anteprojeto e demais elementos técnicos.

Considerando o regime de contratação integrada, no qual a futura contratada será responsável pela elaboração dos projetos básico e executivo, bem como pela execução integral das obras e demais operações, o conhecimento direto das condições reais do local pode contribuir para a adequada formulação das propostas técnicas e comerciais, a correta alocação de riscos e a exequibilidade do objeto contratado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Não obstante, a Administração disponibiliza informações técnicas suficientes para a elaboração das propostas, razão pela qual a visita técnica não será exigida como condição de habilitação, de modo a preservar a competitividade do certame.

As visitas técnicas poderão ser realizadas a partir do dia seguinte à publicação do edital até o dia anterior à data marcada para a realização do certame, no horário de 8h (oito horas) às 17h (dezessete horas), em dias úteis. Para agendar a visita, as licitantes deverão entrar em contato pelos e-mails: coordenacaodecompras.sme@educ.marica.rj.gov.br / financaseducacao@educ.maricarj.gov.br ou telefone (21) 2637-8817 – Ramal 920.

A visita poderá contemplar, no mínimo:

- I – verificação das condições de acesso e do entorno;
- II – avaliação visual do terreno, relevo e condições aparentes do solo;
- III – identificação de interferências existentes;
- IV – avaliação de riscos ambientais e urbanos;
- V – registro fotográfico e elaboração de relatório técnico de inspeção.

A visita técnica, quando realizada, deverá ser conduzida por profissional(is) habilitado(s), sendo recomendável o acompanhamento de responsável técnico devidamente qualificado, a fim de assegurar a adequada análise das condições locais e subsidiar a elaboração da proposta.

A comprovação da realização da visita técnica, quando efetuada, dar-se-á mediante a apresentação da Declaração de Realização da Visita Técnica, conforme modelo constante dos anexos deste Termo de Referência, devidamente assinada por representante legal e/ou responsável técnico da licitante.

A não realização da visita técnica não implicará inabilitação da licitante, permanecendo sob sua exclusiva responsabilidade a elaboração da proposta e a assunção dos riscos decorrentes do eventual desconhecimento das condições locais.

A adoção da visita técnica facultativa fundamenta-se na busca pela ampliação da competitividade, sem prejuízo da adequada compreensão do objeto, assegurando a isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa e a mitigação de riscos técnicos, operacionais e financeiros associados à contratação integrada.

DO PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

O parcelamento do objeto constitui diretriz geral das licitações públicas, nos termos do art. 47, caput, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.

Em observância ao art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, o presente Termo de Referência apresenta a fundamentação administrativa sobre a decisão de não parcelar a contratação, garantindo a transparência e a motivação do modelo de execução escolhido para o Campus de Educação Pública Transformadora (CEPT) do Espraiado.

Conforme o §1º do art. 47 da referida Lei, a decisão sobre parcelamento deve considerar, de forma integrada:

- A adequada atribuição da responsabilidade técnica;
- O impacto do custo global;
- As vantagens da divisão;
- A ampliação da competição;
- A mitigação de riscos de concentração de mercado.

No caso concreto, verifica-se que o objeto da presente contratação – implantação da 1ª etapa do CEPT do Espraiado – é um empreendimento único e integrado, envolvendo obras civis, infraestrutura, instalações prediais, sistemas de acessibilidade, soluções de eficiência energética, urbanização e paisagismo, cuja execução demanda coordenação técnica unificada.

A divisão do objeto em itens ou lotes independentes não se mostra tecnicamente viável nem economicamente vantajosa, podendo ocasionar:

- Prejuízo à coerência, funcionalidade e desempenho do conjunto do empreendimento;
- Perda de economia de escala;
- Elevação dos custos globais de execução;
- Aumento da complexidade administrativa e de fiscalização;
- Dificuldade na definição de responsabilidades técnicas por falhas, incompatibilidades ou vícios construtivos;
- Comprometimento da padronização de métodos construtivos, controle de qualidade e segurança da execução.

Do ponto de vista técnico, o CEPT do Espraiado caracteriza-se como equipamento educacional integrado, composto por sistemas construtivos interligados – estruturas, fundações, instalações elétricas e hidráulicas,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

climatização, acessibilidade e áreas de convivência – cuja execução exige planejamento, logística e controle de qualidade centralizados, incompatíveis com a fragmentação do objeto.

A opção pelo regime de contratação integrada, conforme o art. 46, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, reforça a necessidade de não parcelamento, uma vez que este regime transfere à contratada a responsabilidade integral pela elaboração dos projetos e execução da obra. O modelo integrado permite capturar inovações tecnológicas e metodologias diferenciadas, mitigando riscos de desconformidade entre projeto e execução, o que seria inevitável caso o objeto fosse fracionado.

Diante do exposto, considerando:

- A natureza integrada do empreendimento;
- A interdependência dos sistemas construtivos;
- A preservação da economia de escala;
- A mitigação de riscos técnicos, administrativos e financeiros;

Conclui-se que o parcelamento do objeto não atende ao interesse público no caso concreto, sendo recomendada a contratação por preço global, sem parcelamento, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, arts. 40, §3º, I e II, 46, inciso V e 47, com a Súmula TCU nº 247 e os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e segurança jurídica.

Portanto, a decisão de não parcelar o objeto está plenamente justificada e respaldada legalmente, garantindo execução consolidada, integralidade do objeto e otimização dos recursos públicos.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

O cronograma físico-financeiro será elaborado pela Administração e disponibilizado como anexo a este Termo de Referência, estabelecendo, de forma articulada e sequencial, todas as etapas de execução do objeto, no âmbito do regime de contratação integrada e empreitada por preço global.

A CONTRATADA deverá cumprir integralmente o cronograma físico-financeiro estabelecido pela Administração, o qual possui caráter vinculante para fins de execução, acompanhamento, medição e pagamento, sendo vedada qualquer alteração por iniciativa da contratada.

As medições serão realizadas por eventos vinculados ao cumprimento das etapas e marcos de desempenho



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

previstos no cronograma, nos termos do art. 46, § 9º, da Lei nº 14.133/2021.

É permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, observada a responsabilidade solidária entre suas integrantes. A subcontratação é admitida de forma parcial e excepcional, vedada para as parcelas de maior relevância técnica indicadas neste Termo de Referência, que fundamentaram a qualificação no certame, nos termos do art. 122, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

As etapas previstas no objeto contratado deverão ser iniciadas imediatamente após o recebimento da Ordem de Início emitida pela Administração e executadas de forma contínua, integrada e coordenada, em conformidade com o cronograma físico-financeiro estabelecido.

O prazo máximo para execução integral do objeto será de até 15 (quinze) meses, contados da emissão da Ordem de Início, abrangendo todas as etapas da contratação integrada.

O prazo de vigência do contrato será de 21 (vinte e um) meses, contados da data de sua assinatura, compreendendo execução, fiscalização, recebimento e demais obrigações contratuais.

A prorrogação de prazos somente será admitida nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante decisão formal da Administração, devidamente justificada.

Na hipótese de impedimentos, paralisações ou interferências devidamente caracterizadas e reconhecidas pela Administração, os prazos poderão ser ajustados nos termos da legislação aplicável, mediante formalização nos autos do contrato.

Prazos

O cronograma físico-financeiro será elaborado pela Administração e disponibilizado como anexo a este Termo de Referência, contemplando as etapas de desenvolvimento dos projetos, licenciamento, mobilização, execução das obras, fornecimentos, testes, comissionamento e entrega final do objeto.

A CONTRATADA deverá cumprir integralmente o cronograma físico-financeiro estabelecido pela Administração, o qual possui caráter vinculante e servirá como parâmetro para a medição por eventos de cumprimento de metas, nos termos do art. 46, § 9º, da Lei nº 14.133/2021.

O prazo máximo de execução do objeto será de até 15 (quinze) meses, contados da emissão da Ordem de Início dos Serviços, devendo ser rigorosamente observado.

O cronograma contemplará, no mínimo, as seguintes etapas e prazos máximos:

I – Projeto Básico: elaboração, entrega e aprovação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da emissão



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

da Ordem de Início dos Serviços;

II – Projeto Executivo: elaboração, entrega e aprovação no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da aprovação do Projeto Básico;

III – Execução das Obras: execução integral, incluindo fornecimento, instalação, testes, comissionamento e entrega final do empreendimento em condições plenas de funcionamento, no prazo máximo de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias, contados da aprovação do Projeto Executivo ou da autorização formal para início das obras.

As medições serão realizadas por eventos vinculados ao cumprimento das etapas e marcos previstos no cronograma.

Eventuais alterações nos prazos somente serão admitidas nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante decisão formal da Administração.

O prazo de vigência do contrato será de 21 (vinte e um) meses, contados da data de sua assinatura, compreendendo a execução, fiscalização, testes, comissionamento, recebimento e demais obrigações contratuais.

O cronograma apresentado pela Administração possui caráter vinculante, destinado ao planejamento da contratação e à definição das macro etapas do empreendimento, não constituindo planejamento executivo vinculante.

Após a contratação, caberá à contratada elaborar cronograma executivo detalhado, compatível com a metodologia construtiva proposta, os projetos desenvolvidos, o planejamento físico-financeiro e as condições técnicas de execução da obra.

O cronograma executivo da contratada deverá contemplar, no mínimo, mobilização, suprimentos, execução, compatibilização técnica, testes, comissionamento e entrega final do empreendimento.

Local da Prestação dos Serviços

As etapas previstas no objeto desta contratação serão executadas na área destinada à implantação do empreendimento, localizada no Espraiado, no Município de Maricá/RJ, às margens da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), conforme delimitação, coordenadas georreferenciadas e demais informações constantes no Estudo Técnico Preliminar, Memoriais Descritivos, levantamentos topográficos e demais documentos anexos, que integram o presente instrumento para todos os fins.

Materiais, Equipamentos e Insumos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Compete exclusivamente à **CONTRATADA** o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, sistemas, insumos, componentes e recursos necessários à execução integral e eficiente do objeto, incluindo aqueles indispensáveis ao atendimento dos requisitos técnicos, ambientais, normativos e de segurança, sem qualquer ônus adicional para a **CONTRATANTE**.

Todos os materiais e equipamentos empregados deverão ser novos, originais, de primeira linha, compatíveis com as especificações técnicas aprovadas, atendendo às normas técnicas vigentes, às exigências legais e às condições estabelecidas no Termo de Referência e no Projeto Executivo.

Na hipótese de rejeição, defeito, não conformidade ou imperfeição de quaisquer materiais, equipamentos ou sistemas fornecidos, a **CONTRATADA** deverá promover sua imediata substituição, às suas expensas, sem prejuízo do cumprimento dos prazos contratuais e das demais responsabilidades assumidas.

Condições de Recebimento e Aceitação

O recebimento das etapas executadas será realizado mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo – TRD, após inspeção detalhada pela Fiscalização da SEDUC, com verificação da conformidade da execução contratual com o Projeto Executivo aprovado, as especificações técnicas, os memoriais descritivos e os demais documentos integrantes do Contrato.

Todos os relatórios, memorial descritivo e registros fotográficos deverão ser entregues como parte integrante do TRD, garantindo a rastreabilidade das informações técnicas e possibilitando auditoria futura sobre a execução.

Responsabilidades da Contratada

Além da garantia técnica e legal, a **CONTRATADA** é responsável por:

Manter equipe técnica qualificada durante toda a execução contratual, assegurando a adequada aplicação de materiais, equipamentos, sistemas e procedimentos executivos.

Executar as etapas previstas no objeto contratado em estrita conformidade com as normas técnicas aplicáveis, normas de segurança, diretrizes da SEDUC e demais documentos integrantes da contratação.

Substituir, corrigir, recompor ou adequar, sem ônus para a **CONTRATANTE**, quaisquer materiais, equipamentos, sistemas ou etapas executadas que apresentem defeitos, vícios ou inconformidades identificadas durante o período de garantia.

Garantir que todos os sistemas, elementos e componentes do empreendimento estejam em conformidade com as normas ABNT NBR 15.575/2013, ABNT NBR 17.170/2022 e demais normas técnicas aplicáveis ao tipo de construção e à finalidade do empreendimento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Responsabilidade Integral pela Entrega do Objeto

Exigência: Assumir integralmente a execução do objeto contratado, observando as normas técnicas aplicáveis, os padrões de segurança, sustentabilidade ambiental, acessibilidade, desempenho e qualidade estabelecidos para a implantação do empreendimento.

Justificativa: Para preservar o interesse público e garantir a coesão do empreendimento, a contratada deve ser responsável por todas as etapas, evitando fragmentação de responsabilidades e riscos de falhas ou incompatibilidades.

Fornecimento de Projetos Básico e Executivo

Exigência: Desenvolvimento e entrega dos projetos compatibilizados entre si para uma execução integrada, incluindo, quando aplicável, a utilização de plataforma BIM.

Justificativa: A compatibilização dos projetos com a execução integrada é essencial para racionalizar recursos, reduzir retrabalho e garantir segurança, acessibilidade e durabilidade do edifício.

Cumprimento de Normas de Sustentabilidade e Logística Reversa

Exigência: Observância de práticas sustentáveis na execução da obra, gestão de resíduos, uso eficiente de recursos e logística reversa de materiais, quando aplicável.

Justificativa: Atender aos princípios de economicidade, eficiência e sustentabilidade, conforme previsto na legislação ambiental e normas técnicas municipais e nacionais, assegurando impactos ambientais e sociais positivos.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput); sendo os seguintes fiscais e gestor:

- Gestor do Contrato: Nivea Mattos de Figueiredo, Matrícula 3000463;
- Fiscal administrativo: Neeskens da Costa Quintanilha, Matrícula 6536;
- Fiscal técnico: Fernando Soares da Cruz, Matrícula 44222

Comunicação e Acompanhamento Contratual

Todas as comunicações entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos quando formalmente aceitos. O **CONTRATANTE** poderá convocar representante da **CONTRATADA** para adoção de providências imediatas, sempre que houver necessidade de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

cumprimento de cláusulas contratuais ou correção de irregularidades na execução contratual.

Reunião Inicial de Contrato

Após a assinatura do contrato, o **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para reunião inicial, onde serão apresentados:

- O plano de fiscalização do contrato;
- Obrigações contratuais e cronograma físico-financeiro;
- Estratégias de execução do objeto;
- Métodos de aferição de resultados;
- Planos complementares de execução, quando houver;
- Procedimentos para aplicação de sanções e medidas corretivas.

Preposto

A **CONTRATADA** deverá designar formalmente preposto antes do início da execução contratual, indicando, no respectivo instrumento, os poderes e deveres relacionados ao acompanhamento e à execução do objeto contratado.

A **CONTRATADA** deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período de execução da obra, em horário comercial.

A **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização Técnica

Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o acompanhamento da execução do contrato será realizado pelo Fiscal Técnico do Contrato, com apoio do gestor e demais fiscais designados, garantindo que todas as condições técnicas, de segurança, ambientais e de qualidade sejam cumpridas, assegurando eficiência, solidez e integridade da obra.

O Termo de Referência e/ou ETP deverá conter, de forma expressa, a indicação dos nomes, matrículas e cargos dos fiscais e do gestor do contrato da Secretaria Municipal de Educação, a fim de assegurar clareza na



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

responsabilidade e atendimento aos requisitos legais.

Compete ao Fiscal Técnico:

- Registrar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências técnicas, com descrição detalhada das irregularidades e medidas corretivas adotadas;
- Notificar a CONTRATADA quanto a qualquer descumprimento, estabelecendo prazos para correção;
- Informar ao Gestor do Contrato situações que demandem decisões superiores;
- Comunicar imediatamente qualquer fato que possa inviabilizar a execução nos prazos previstos;
- Validar os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo das etapas executadas, verificando sua conformidade com os projetos aprovados, as normas técnicas aplicáveis, os memoriais descritivos e os demais documentos integrantes da contratação.

Fiscalização Administrativa

O Fiscal Administrativo do Contrato atuará no acompanhamento das obrigações legais, financeiras e documentais da **CONTRATADA**, incluindo:

- Verificação da manutenção da habilitação da **CONTRATADA**;
- Acompanhamento de empenho, pagamento, garantias e formalização de apostilamentos e termos aditivos;
- Solicitação de documentos comprobatórios e registros de controle quando necessário;
- Notificação de descumprimentos contratuais e reporte imediato ao Gestor do Contrato para adoção de medidas corretivas.

Gestor do Contrato

O Gestor do Contrato terá como responsabilidades principais:

- Coordenar e consolidar todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato;
- Elaborar relatórios de acompanhamento, incluindo ordens de serviço, ocorrências, alterações e prorrogações;
- Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA** para fins de empenho e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

pagamento;

- Avaliar, com base nos relatórios dos fiscais, o cumprimento das obrigações contratuais, indicadores de desempenho, aplicação de sanções e eventuais medidas corretivas;
- Providenciar a formalização de processos administrativos para responsabilização da **CONTRATADA**, quando necessário, em conformidade com o art. 158 da Lei nº 14.133/2021;
- Comunicar em tempo hábil o término do contrato, visando a eventual prorrogação ou renovação;
- Elaborar relatório final de execução, contendo a avaliação da consecução dos objetivos da contratação, eficiência, conformidade técnica e recomendações para aprimoramento de futuras contratações.

Registro e Memória Técnica

Todos os documentos gerados durante a execução do contrato, incluindo relatórios, memoriais, fotos, estudos e registros de fiscalização, deverão ser arquivados pela **CONTRATADA** e pelo **CONTRATANTE** como memória técnica da obra, garantindo rastreabilidade e suporte legal e administrativo para futuras verificações ou auditorias.

Prorrogação e Alterações Contratuais

Eventuais prorrogações, paralisações ou alterações de prazo decorrentes de força maior, impedimentos ou ordens de paralisação serão registradas em apostilas ou termos aditivos, de forma que não haja prejuízo à responsabilização da parte que deu causa ao atraso.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Medição

As medições das etapas executadas serão realizadas pela Fiscalização, conforme inciso I do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante solicitação formal da **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contendo:

Relatório escrito e fotográfico das etapas executadas;

Cronograma físico-financeiro refletindo o andamento da obra;

Comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS dos funcionários vinculados ao contrato;

Planilhas contendo a discriminação das etapas executadas, quantitativos aferidos, preços unitários contratados e respectivas memórias de cálculo, acompanhadas, quando cabível, de desenhos, catálogos, especificações



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

técnicas e demais elementos elucidativos necessários à adequada verificação da execução contratual.

As medições serão acompanhadas por representantes do CONTRATANTE e da CONTRATADA, e eventuais divergências serão registradas e solucionadas pelo representante do CONTRATANTE. As medições poderão ser totais ou parciais, de acordo com o avanço físico constatado “in loco” pelo fiscal ou responsável técnico da Secretaria Municipal de Educação.

Pagamento Parcial

Com base na medição aprovada, a CONTRATADA poderá emitir a correspondente Nota Fiscal/Fatura relativa às etapas executadas no período, incluindo a chave PIX vinculada ao CNPJ do favorecido, bem como os comprovantes de regularidade e recolhimento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e sociais exigíveis.

O pagamento parcial será realizado somente após o ateste da Fiscalização.

Recebimento Provisório e Definitivo

Recebimento Provisório e Definitivo

Ao final de cada etapa do cronograma físico-financeiro, as etapas executadas serão submetidas à medição prévia e à vistoria detalhada pelos fiscais técnico e administrativo, com emissão de Termo de Recebimento Provisório, no prazo de até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 140, inciso I, alínea “b”, e §2º, da Lei nº 14.133/2021.

O recebimento definitivo será realizado em até 30 (trinta) dias após a constatação da conformidade da execução contratual, mediante vistoria que comprove a ausência de vícios e a entrega de toda a documentação exigida, incluindo:

- I – Certidão Negativa de Débitos Previdenciários;
- II – certificados, licenças, aprovações e autorizações expedidos pelos órgãos competentes, incluindo Corpo de Bombeiros e Prefeitura Municipal de Maricá;
- III – documentação técnica complementar exigida no Anteprojeto, nos Memoriais Descritivos e nos demais documentos integrantes da contratação.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exime a CONTRATADA das responsabilidades legais e contratuais relacionadas à qualidade das etapas executadas, à solidez, segurança, funcionalidade e adequação técnica da obra, observado o prazo mínimo de garantia de 5 (cinco) anos, sem prejuízo de prazos superiores



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

estabelecidos pela legislação aplicável ou pelas normas técnicas brasileiras.

Pagamento Integral

O pagamento integral será realizado após o ateste do recebimento definitivo e a comprovação do cumprimento de todas as exigências técnicas, administrativas e fiscais, incluindo:

I – conformidade da execução contratual com os projetos aprovados, os memoriais descritivos, o Anteprojeto e os demais documentos integrantes da contratação;

II – execução integral das etapas previstas no objeto contratado, observados os padrões de qualidade, segurança, desempenho e conformidade técnica aplicáveis;

III – entrega de documentos emitidos por terceiros, incluindo habite-se, certificados, licenças, aprovações e demais autorizações técnicas exigíveis;

IV – regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA, comprovada mediante SICAF ou documentação equivalente.

V -Retenções e Descontos

A CONTRATADA deverá prestar garantia de execução contratual correspondente a 1% (cinco por cento) do valor global do contrato, na forma de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

Fica vedada a retenção de valores a título de garantia sobre os pagamentos efetuados, exceto nos casos em que a garantia prevista não tenha sido prestada ou esteja sendo executada parcialmente, hipótese em que a retenção poderá ser aplicada de forma proporcional e temporária, até a regularização da garantia contratual

- Valores correspondentes à correção, recomposição ou adequação de etapas executadas em desconformidade com as especificações contratuais, os projetos aprovados, as normas técnicas aplicáveis ou as determinações da Fiscalização;
- Aplicação das multas e demais penalidades previstas neste Contrato e na legislação aplicável.

Liquidação e Pagamento

Para fins de pagamento, o setor competente verificará a conformidade da Nota Fiscal ou Fatura com os elementos essenciais e documentação comprobatória. Eventuais inconsistências suspenderão a liquidação até a regularização, sem ônus ao CONTRATANTE.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis após a liquidação da despesa, em moeda corrente nacional, conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022 e Decreto Municipal nº 723/21, somente após ateste da Fiscalização quanto à execução do objeto e à regularidade fiscal da CONTRATADA.

Tratamento Tributário

Contratada optante pelo Simples Nacional, conforme Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenções sobre tributos abrangidos por este regime, desde que comprove formalmente seu enquadramento e direito ao benefício.

5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desta Secretaria, devidamente previstos no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual (PCA), nos termos do **Decreto nº 366, de 13 de março de 2026, art. 2º, I**, publicado no Diário Oficial do Município, vinculadas ao **Programa Municipal de Implantação do Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT**.

PROGRAMA DE TRABALHO	DESPESA	ORIGEM DE RECURSOS
17.01.12.361.0008.1398	449051	1573

6. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA PROPOSTA E REGIME DE EXECUÇÃO

Seleção da Contratada

O presente procedimento licitatório será realizado na modalidade concorrência, sob a forma eletrônica, adotando-se o critério de julgamento por técnica e preço, nos termos dos arts. 28, inciso II, 33, inciso IV, 37, §2º, inciso II, e 46 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como em conformidade com os Decretos Municipais nº 881/2022, nº 882/2022, nº 914/2022, nº 921/2022, nº 922/2022 e nº 078/2025.

A Administração estabelece o limite máximo de 3 (três) integrantes por consórcio, nos termos do art. 15, §4º, da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza complexa da contratação integrada, que envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos de arquitetura e engenharia, bem como a execução das obras e demais operações necessárias à implantação da 1ª etapa do CEPT do Espraiado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Tal limitação fundamenta-se nos seguintes critérios estratégicos e legais:

1. **Coordenação e integração:** A Contratação Integrada exige que projetos e execução estejam plenamente articulados. Restringir o consórcio a três integrantes facilita a gestão integrada, garantindo clareza na definição de responsabilidades e evitando conflitos internos entre consorciados.
2. **Fiscalização e controle:** Fiscalização e controle: A limitação do número de integrantes do consórcio contribui para simplificar a atuação do gestor e da Fiscalização contratual, permitindo identificar com maior clareza as responsabilidades solidárias assumidas por cada consorciada ao longo da execução do contrato, em observância aos princípios da eficiência, da transparência e da responsabilização administrativa previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como às disposições relativas à gestão e fiscalização contratual constantes dos arts. 117 a 119 da referida Lei.
3. **Garantia de capacidade técnica efetiva:** A restrição impede a formação de consórcios artificiais e assegura que cada empresa participante detenha experiência relevante para as **parcelas críticas do objeto**, como fundações especiais, estruturas de grande vão ou sistemas eletromecânicos complexos, garantindo a qualidade técnica da execução.
4. **Redução de riscos operacionais e jurídicos:** A limitação contribui para a mitigação de atrasos, problemas de execução e potenciais litígios, preservando o interesse público e a segurança do empreendimento.

Essa decisão busca, portanto, **assegurar responsabilidade solidária clara, eficiência na execução, segurança técnica e proteção do interesse público**, consolidando o caráter estratégico da contratação integrada e garantindo a efetiva competitividade e fiscalização do certame.

A avaliação e o julgamento das propostas técnicas e de preço observarão os critérios objetivos, as pontuações, os pesos e a metodologia de cálculo definidos no Anexo X - Critério de Julgamento, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 11, inciso I, considerada a melhor combinação entre qualidade técnica e preço ofertado, conforme o art. 36, § 1º, inciso IV da referida Lei.

Regime de Execução

O regime de execução do contrato será a contratação integrada, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea “b”, e art. 46, V, da Lei nº 14.133/2021, abrangendo a elaboração dos projetos básico e executivo, execução integral das obras e entrega do objeto pelo valor global contratado, garantindo a unidade técnica e gerencial da execução, a responsabilidade única da CONTRATADA, a eficiência administrativa e o adequado controle contratual.

Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, limitado a 3 (três) empresas, com fundamento no §4º do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza integrada do objeto, sua alta complexidade



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

técnica e a necessidade de somatório de capacidades operacionais para a entrega do empreendimento, observadas as condições de liderança e responsabilidade solidária previstas no referido artigo.

A subcontratação será admitida somente de forma parcial e tecnicamente justificada, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar (ETP). Fica vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo que fundamentaram a qualificação exigida no certame, respeitando a integralidade da execução do objeto nos termos do art. 122, §§ 1º a 3º, da Lei nº 14.133/2021.

Modo de Disputa

Nos termos dos arts. 33, inciso IV, e 56, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a licitação será conduzida sob o critério de julgamento de técnica e preço, com adoção do modo de disputa fechado, observadas as fases procedimentais previstas no art. 17, incisos III e IV, da referida Lei.

A sessão pública eletrônica será conduzida pelo sistema designado, sendo vedado o acesso de terceiros ao conteúdo das propostas até a abertura da fase correspondente, em conformidade com os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo-se a integridade, a rastreabilidade e a transparência do certame.

O orçamento estimado da contratação possui caráter público e será disponibilizado integralmente como parte integrante do instrumento convocatório, incluindo planilhas orçamentárias, composições de custos e demais documentos técnicos pertinentes, em observância aos princípios da transparência, publicidade e controle, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A divulgação do orçamento estimado visa assegurar maior previsibilidade, ampliar a competitividade, reduzir assimetrias de informação entre os licitantes e contribuir para a adequada formulação das propostas, bem como mitigar riscos de sobrepreço e de apresentação de propostas inexequíveis, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Na fase de julgamento prevista no art. 17, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, a avaliação das propostas ocorrerá mediante ponderação das notas atribuídas à Proposta Técnica e à Proposta de Preço, observados os critérios objetivos estabelecidos nos arts. 33, inciso IV, e 36 da referida Lei, assegurando-se o julgamento objetivo e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A Nota Final (NF) da proposta será obtida pela aplicação dos seguintes pesos:

– Proposta Técnica (NT): 70% (setenta por cento);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

– Proposta de Preço (NP): 30% (trinta por cento);

totalizando 100% (cem por cento) do critério de julgamento.

O julgamento observará o regime de empreitada por preço global, sendo vedada a apresentação de propostas com valores superiores ao orçamento estimado da contratação, que passa a constituir o limite máximo aceitável, sem prejuízo da análise de exequibilidade das propostas, nos termos da legislação vigente.

7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA – 70%

Diretrizes Gerais da Avaliação Técnica

A análise técnica das propostas será realizada de forma objetiva, isonômica e fundamentada, considerando a capacidade da licitante de atender integralmente às exigências da contratação integrada, que compreende a elaboração dos projetos básico e executivo e a execução das obras, a partir das diretrizes estabelecidas no Anteprojeto.

A licitante deverá demonstrar pleno conhecimento do objeto contratado, incluindo:

- I. o escopo das etapas previstas na contratação;
- II. os projetos a serem desenvolvidos;
- III. as condicionantes técnicas, urbanísticas, ambientais e operacionais;
- IV. as particularidades da área de implantação;
- V. e os desafios inerentes à complexidade técnica e à integração das etapas do empreendimento.

Será exigida, ainda, a comprovação de experiência prévia em atividades similares, a qualificação adequada da equipe técnica e a capacidade operacional necessária à execução eficiente do objeto, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica.

Composição da Nota Técnica (NT)

A Nota Técnica (NT) terá valor máximo de 100 (cem) pontos, sendo composta pela soma das pontuações atribuídas aos seguintes critérios técnicos, observados os limites máximos estabelecidos:

a) Histórico de Atuação da Empresa – até 35 pontos

A experiência da licitante será avaliada com base na comprovação de execução de atividades similares ao objeto,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

em termos de porte, complexidade técnica e natureza integrada, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica devidamente acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, quando aplicável.

A análise considerará, entre outros aspectos:

- I. a relevância técnica das etapas executadas;
- II. a compatibilidade com o objeto licitado;
- III. o desempenho e a regularidade da execução;
- IV. a capacidade demonstrada de coordenação integrada entre projetos e obras.

b) Capacitação da Equipe Técnica – até 30 pontos

A qualificação da equipe técnica será avaliada com base na formação acadêmica, na experiência profissional comprovada e na adequação dos profissionais às funções indicadas, considerando as disciplinas envolvidas na contratação integrada.

Serão analisados:

- I. os currículos dos profissionais-chave;
- II. a experiência específica em projetos e obras similares;
- III. a regularidade profissional junto aos conselhos de classe;
- IV. a capacidade técnica da equipe para assumir, de forma integrada, as responsabilidades pelas fases de projeto e execução.

Serão priorizados perfis que demonstrem experiência consolidada e atuação comprovada em empreendimentos de complexidade equivalente, assegurando a adequada execução do objeto.

c) Compreensão do Objeto e Plano de Trabalho – até 35 pontos

Este critério avaliará a capacidade da licitante de compreender o objeto da contratação integrada e de apresentar um Plano de Trabalho estruturado, coerente e exequível, alinhado às diretrizes do Anteprojeto e às exigências do Edital.

Serão considerados, entre outros aspectos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

- I. a clareza na identificação dos desafios técnicos, operacionais e de integração;
- II. a consistência das soluções propostas;
- III. a lógica e a coerência da metodologia de execução;
- IV. a adequação do cronograma às etapas de projeto e obra;
- V. a viabilidade técnica e operacional das estratégias apresentadas.

A avaliação priorizará propostas que demonstrem planejamento consistente, domínio técnico e capacidade de entrega dentro dos prazos estabelecidos, respeitando os princípios da contratação integrada.

Cálculo da Nota Técnica (NT)

A Nota Técnica (NT) será calculada pela seguinte fórmula:

$$NT=A+B+C$$

$$NT=A+B+C$$

onde:

A = Pontuação do Histórico de Atuação da Empresa;

B = Pontuação da Capacitação da Equipe Técnica;

C = Pontuação da Compreensão do Objeto e do Plano de Trabalho.

Tabela de Pontuação

A composição detalhada da pontuação técnica, com a discriminação dos critérios, subcritérios, pontuação máxima e metodologia de avaliação, consta da tabela específica apresentada no Anexo X, parte integrante do Edital.

Aspecto Avaliado	Pontuação Máxima
Histórico de Atuação	35
Capacitação da Equipe	30



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Compreensão do Objeto e Plano de Trabalho	35
Total de Pontos	100

Disposições Gerais sobre a Avaliação da Proposta Técnica

As propostas técnicas deverão ser elaboradas em estrita conformidade com os critérios e parâmetros definidos no Edital e em seus anexos, de modo a possibilitar uma avaliação objetiva, isonômica e transparente pela Comissão de Avaliação das Propostas Técnicas, conforme previsto no artigo 37, §1º da Lei Federal nº14.133/21.

A veracidade das informações apresentadas pelas licitantes poderá ser verificada a qualquer tempo, inclusive por meio de diligências, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021. Caso não seja possível comprovar a autenticidade, a veracidade ou a suficiência técnica das informações relativas à capacidade técnica da licitante, esta será desclassificada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, na forma prevista no Edital e na legislação vigente.

HISTÓRICO DE ATUAÇÃO DA EMPRESA – ATÉ 35 (TRINTA E CINCO) PONTOS

Critérios de Avaliação do Histórico de Atuação

A avaliação do histórico de atuação da empresa será realizada com base na comprovação de experiência na elaboração de projetos e na execução de obras, compatíveis com o objeto desta licitação, especialmente quanto ao porte, à complexidade técnica e à natureza integrada do empreendimento.

A pontuação será atribuída conforme os critérios estabelecidos na TABELA A, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica, acompanhados, quando aplicável, das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT ou Certidões de Acervo Operacional – CAO, regularmente emitidas pelo Conselho Profissional competente, que comprovem a execução de serviços similares ao objeto licitado.

Os documentos apresentados deverão permitir a verificação clara e objetiva dos contratos executados, identificando as partes envolvidas e descrevendo, de forma suficiente, os serviços efetivamente realizados.

Conteúdo Mínimo dos Atestados e Certidões

Os atestados de capacidade técnica e/ou certidões deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I – descrição do objeto do contrato;
- II – caracterização das atividades executadas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

III – valor total do empreendimento e a participação percentual da licitante, quando aplicável;

IV – período de execução das atividades;

V – localização das atividades executadas;

VI – razão social do emitente do atestado;

VII – nome, cargo e identificação do responsável pela emissão do documento.

Compatibilidade Técnica e Cálculo da Pontuação

As atividades atestadas deverão ser compatíveis com os sistemas, metodologias e soluções técnicas propostas pela licitante para a execução do objeto desta licitação, especialmente no que se refere à integração entre as etapas de elaboração dos projetos e de execução das obras.

A nota final do critério Histórico de Atuação da Empresa será obtida pela soma das pontuações atribuídas aos itens constantes da TABELA A, observado o limite máximo de 35 (trinta e cinco) pontos.

TABELA A – Avaliação da Proficiência Técnica da Empresa em Projetos e Execução de Obras

(Pontuação Máxima: 35 pontos)

A presente tabela tem por finalidade estabelecer os critérios objetivos de pontuação relativos à proficiência técnica da licitante, considerando sua experiência comprovada na elaboração de projetos e na execução de obras, compatíveis com o objeto desta licitação, especialmente quanto ao porte, à complexidade técnica e à natureza integrada do empreendimento.

A avaliação será realizada com base nos atestados de capacidade técnica e nas respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT ou Certidões de Acervo Operacional – CAO, quando aplicáveis, apresentados pela licitante, observados os parâmetros e limites definidos a seguir:

Item	Quant. Atestados (Máx.)	Avaliação de experiência da proponente	Pontuação por Atestado	Pontuação Máxima (Pontos)
1	2	Elaboração de projeto básico e/ou executivo de edificações não residenciais, contendo no mínimo as disciplinas de arquitetura, fundações, estrutural, climatização, incêndio, exaustão, sonorização, tratamento acústico, elétrica e hidrossanitário, com no mínimo 12.500 m ² de área construída.	4	8



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

2	2	Elaboração de projeto básico e/ou executivo de esgotamento sanitário em edificações não residenciais, incluindo estação de tratamento de esgoto (QUALITATIVO)	2	4
3	2	Construção de edificações não residenciais, com no mínimo 12.500 m² de área construída.	3	6
4	2	Construção de esgotamento sanitário em edificações não residenciais, incluindo estação de tratamento de esgoto, com no mínimo 12.500 m² de área construída.	2	4
5	2	Implantação de obras com edificações não residenciais contendo serviços de terraplenagem, pavimentação, passeios, meio fio, iluminação externa, drenagem e paisagismo. (QUALITATIVO)	2	4
6	2	Execução de obras com edificações não residenciais com a implantação de sistema de geração de energia fotovoltaica (QUALITATIVO)	1	2
7	2	Execução de obras com edificações não residenciais com a implantação de instalações de combate a incêndio, com no mínimo 12.500 m² de área construída.	1	2
8	2	Execução de obras com edificações não residenciais com a implantação de instalações elétricas, com no mínimo 12.500 m² de área construída, contendo subestação.	1,5	3
9	2	Implantação de instalações de climatização, em edificações não residenciais, com no mínimo 12.500 m² de área construída.	1	2
PONTUAÇÃO TOTAL MÁXIMA:				35

Para comprovar o quantitativo mínimo e a capacidade técnica, de cada item listado na TABELA A, deverá ser realizada da seguinte forma:

No caso de participação como Licitante individual, não será permitido para efeitos de comprovação dos quantitativos mínimos, a somatória das quantidades descritas em mais de um atestado. É vedado, portanto, o somatório de múltiplos atestados para atendimento de cada um dos itens da tabela.

Se o atestado ou a certidão for emitido por terceiros que não sejam o contratante original das atividades executadas, a licitante deverá anexar os seguintes documentos comprobatórios:

1. Uma declaração formal do contratante principal, atestando a participação do licitante na execução do objeto do contrato;
2. Documento que comprove a autorização para subcontratação, emitido pelo contratante principal, contendo a identificação do licitante subcontratado;
3. Cópia do contrato entre o contratante principal e o licitante subcontratado, devidamente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

registrado no CREA.

A pontuação correspondente ao Histórico de Atuação da Empresa será obtida pela soma das notas atribuídas na TABELA A, totalizando até 30 (trinta) pontos, conforme os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

A falta de comprovação das quantidades mínimas descritas para cada um dos itens da TABELA A, o Licitante não receberá pontuação referente ao(s) item(s) não comprovados, mas não será desclassificada.

CAPACITAÇÃO DA EQUIPE PROFISSIONAL (ATÉ 30 PONTOS):

A licitante deverá apresentar a comprovação da qualificação da equipe técnica responsável pelas atividades previstas neste Termo de Referência. A avaliação será realizada com base nos critérios e pontuações definidos na TABELA B, abaixo, considerando as qualificações, experiências e comprovações técnicas dos profissionais indicados.

Os atestados apresentados deverão ser acompanhados de declaração formal assinada por cada profissional indicado, comprometendo-se a participar da execução das atividades relacionadas ao objeto contratado durante toda a vigência contratual, na hipótese de a licitante sagrar-se vencedora do certame.

A formação e qualificação da equipe devem estar alinhadas às diretrizes e necessidades do projeto, observando os critérios detalhados na TABELA B, abaixo:

TABELA B – Equipe Profissional (Máximo de 30 Pontos)

Item	Equipe	Quant. Atestados (Máx.)	Exigências de Qualificação Profissional	Pontuação por Atestado	Pontuação Máxima (Pontos)
1	Equipe de Projetos	2	Engenheiro Civil ou Arquiteto com experiência na direção ou coordenação ou supervisão no desenvolvimento de Projetos Básicos e/ou Executivos de edificações não residenciais.	1,5	3
2		2	Engenheiro Civil ou Arquiteto com experiência no desenvolvimento de Projetos Básicos e/ou Executivos de Arquitetura de edificações não residenciais.	1,5	3
3		2	Engenheiro Civil com experiência no desenvolvimento de Projetos Básicos e/ou Executivos Estruturais de edificações não residenciais.	1,5	3
4		2	Engenheiro Civil com experiência no desenvolvimento de Projetos Básicos e/ou Executivos de Instalações Hidráulicas de edificações não residenciais.	1,5	3
5		2	Engenheiro Civil com experiência no desenvolvimento de	1,5	3



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

			Projetos Básicos e/ou Executivos de Proteção e Combate a Incêndios de edificações não residenciais.		
6		2	Engenheiro Mecânico com experiência no desenvolvimento de Projetos Básicos e/ou Executivos de Instalação de Sistema Climatização de edificações não residenciais.	1,5	3
7	Equipe de Obras	2	Engenheiro com experiência na direção ou coordenação ou supervisão na execução de obras de edificações não residenciais.	1,5	3
8		2	Engenheiro com experiência na construção de esgotamento sanitário em edificações não residenciais.	1,5	3
9		2	Engenheiro com experiência na execução de obras de edificações não residenciais, com implantação de instalações de combate a incêndio.	1,0	2
10		2	Engenheiro Eletricista (responsável técnico) com experiência na execução de obras de edificações não residenciais, com a implantação de instalações elétricas contendo subestação.	1,0	2
11		2	Engenheiro Mecânico com experiência na execução de obras de edificações não residenciais contendo instalações e montagem de sistema de climatização.	1,0	2
PONTUAÇÃO TOTAL MÁXIMA:					30

NOTA: Para a obtenção da pontuação máxima da TABELA B, será mediante a apresentação de 02 (dois) atestados para atendimento de cada um dos itens ou de 01 (um) atestado para obter a pontuação mínima.

Observações:

1. A comprovação do vínculo empregatício dos profissionais deverá ser realizada conforme as seguintes condições:
 - 1.1. Para empregados, é necessário apresentar a ficha ou livro de registro de empregados e/ou a cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
 - 1.2. Para sócios diretores, a comprovação deverá ser feita por meio do contrato social ou da ata de eleição da diretoria.
 - 1.3. Consultores deverão emitir uma declaração de compromisso assinada, confirmando a participação na equipe caso a licitante seja vencedora.
 - 1.4. Também será aceito contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil, comprovando a disponibilidade do profissional para os trabalhos previstos.
2. Poderá ser apresentado um ou mais profissionais para compor a equipe de qualificação técnico-profissional, detentores de atestados que atendam às exigências correspondentes a cada um dos itens constantes



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

da TABELA B.

3. Os atestados devem ser emitidos por entidades públicas ou privadas, devidamente registrados no CREA ou CAU, e acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CATs).
4. Atestados emitidos no exterior devem ser acompanhados de tradução oficial para o português, realizada por tradutor juramentado e autenticada pelos consulados ou apostilado ou registrada em cartório, conforme as exigências legais.
5. A pontuação máxima para este item será de 30 (trinta) pontos.
6. Na falta da experiência descrita para cada um dos itens da TABELA B, o Licitante não receberá pontuação referente ao(s) item(s) não comprovados, mas não será desclassificado
7. Documentos que não atendam aos critérios mínimos exigidos serão desconsiderados para fins de pontuação.

COMPREENSÃO DO OBJETO E ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO (ATÉ 35 PONTOS):

O Relatório de Compreensão do Objeto, Plano de Trabalho e Metodologia deve ser um documento abrangente e estruturado, demonstrando um conhecimento aprofundado sobre o objeto da licitação. Esse material deve apresentar uma descrição precisa e bem fundamentada dos principais aspectos do projeto, alinhada com os requisitos estabelecidos no Edital e seus anexos.

A licitante deve demonstrar na TABELA C um entendimento amplo e uma abordagem sistêmica compatível com as especificações e normativas vigentes, pois esse conhecimento aprofundado é determinante para a definição da metodologia e do planejamento mais adequado à execução do projeto.

A seção referente ao Plano de Trabalho deve detalhar minuciosamente as atividades a serem realizadas, descrevendo a abordagem metodológica, os processos de execução e os respectivos fluxogramas, cronogramas e matrizes de responsabilidade. A escolha da metodologia deve estar fundamentada no entendimento do objeto e nos desafios específicos do projeto, garantindo a adoção das melhores práticas e soluções técnicas.

A proponente deverá apresentar propostas que ofereçam vantagens objetivamente mensuráveis em qualidade, produtividade, durabilidade, segurança, operacionalidade, economicidade e/ou outros benefícios relevantes para a Administração Pública na execução das etapas previstas no objeto desta licitação.

Ademais, a organização proposta para a execução contratual deverá ser claramente delineada, com apresentação do organograma da equipe técnica alocada ao empreendimento. A estrutura organizacional apresentada deverá



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

ser compatível com a complexidade do objeto licitado, assegurando que os profissionais envolvidos possuam as competências técnicas necessárias ao adequado desenvolvimento das atividades previstas, em conformidade com as metodologias e soluções técnicas propostas.

No que diz respeito ao planejamento logístico, é essencial que sejam consideradas as particularidades do empreendimento, detalhando abordagens para cumprir os prazos estipulados e minimizar impactos negativos. Metodologias e soluções técnicas devem ser explicitadas, visando otimizar a produtividade e garantir padrões elevados de qualidade na execução das obras. O planejamento logístico também deve estar alinhado à compreensão do objeto, assegurando que os desafios específicos sejam abordados de maneira eficaz.

Adicionalmente, a licitante deve demonstrar conhecimento aprofundado sobre a área de implantação do projeto, apresentando ações voltadas para garantir uma relação harmônica com o entorno. Esse aspecto é crucial para evidenciar o comprometimento com soluções sustentáveis e eficazes.

Incentiva-se, ainda, a proposição de inovações em frações específicas do projeto. A apresentação de inovações é facultativa e cada proposta será submetida à avaliação, que considerará sua viabilidade técnica, econômica e ambiental, sua compatibilidade com os objetivos do projeto e sua capacidade de aprimorar os resultados esperados.

A contratada será integralmente responsável por todos os custos associados à elaboração e implementação das inovações e deverá garantir que as soluções propostas não comprometam o cronograma, a funcionalidade, a segurança e a durabilidade do empreendimento. As frações do projeto não listadas no apêndice mencionado são consideradas imutáveis, devendo ser executadas conforme o projeto original.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE COMPREENSÃO DO OBJETO:

Conhecimento do Empreendimento e Pontos Críticos

Espera-se um entendimento claro do projeto, detalhando elementos chave e identificando seus desafios principais. A descrição deve abordar os pontos críticos, propondo soluções para mitigação de riscos de maneira fundamentada, demonstrando alinhamento com os objetivos do empreendimento e as especificações normativas vigentes.

Planejamento de Recursos e Logística

Espera-se um plano detalhado dos recursos necessários e do esquema logístico, assegurando eficiência no seu uso e cumprimento dos cronogramas, minimizando impactos e otimizando processos.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Propostas de Técnicas ou Métodos às Obras Civas

Deve-se apresentar técnicas ou métodos a serem aplicados na execução do projeto, enfatizando melhorias em qualidade, custo e prazo, com justificativas técnicas sólidas.

Compreensão das Características da Área de Execução e Medidas para Interação com o Entorno

É necessário analisar as condições locais e apresentar estratégias que minimizem o impacto no tráfego de veículos e pedestres, bem como promovam a interação positiva com a comunidade e o meio ambiente, garantindo a sustentabilidade do projeto e assegurando a integridade das edificações circunvizinhas.

ESTRUTURA DO PLANO DE TRABALHO:

Mapeamento e Estruturação das Atividades

O planejamento deve contemplar todas as etapas do projeto, descrevendo cada atividade a ser executada, sua metodologia aplicada e a sequência lógica de execução. A seleção das metodologias deve ser pautada no conhecimento técnico e na análise detalhada do objeto.

Avaliação e Gerenciamento de Interferências

A identificação de possíveis interferências com as concessionárias de serviços públicos ou outras devem ser identificadas e devidamente tratadas. É fundamental apresentar medidas para mitigar impactos, prevenindo complicações durante a execução da obra, sendo essa análise essencial para a escolha da melhor abordagem metodológica.

Representação Gráfica das Atividades

A licitante deve fornecer fluxogramas que ilustrem o encadeamento das atividades, demonstrando como as interfaces entre as diferentes etapas serão geridas. Isso permitirá uma visão clara da interação entre os diversos agentes envolvidos no projeto e garantirá a coerência entre o plano de trabalho e a metodologia aplicada.

Estratégia de Execução - Plano de Ataque

A abordagem operacional para a execução do projeto deve ser delineada, contemplando as fases e sequências de trabalho. Esse plano deve incluir a segmentação das frentes de trabalho, garantindo que as atividades sejam conduzidas de forma eficiente, assegurando o cumprimento dos prazos contratuais.

O Plano de Ataque deve priorizar a minimização de impactos no entorno. Ele deve estar alinhado com o cronograma físico-financeiro, podendo conter elementos visuais para melhor compreensão pela comissão de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

licitação. A estruturação deste plano deve derivar diretamente do conhecimento do objeto, assegurando que as estratégias executivas estejam alinhadas com as necessidades do empreendimento.

Estrutura Organizacional e Recursos

O organograma funcional da equipe envolvida deve ser apresentado graficamente, incluindo:

- Estrutura administrativa, equipe de campo e laboratórios;
- Cronograma de permanência e alocação de recursos humanos;
- Planejamento dos equipamentos necessários para cada etapa da obra;
- Sistema independente de controle de qualidade para os projetos.

A definição dessa estrutura deve ser pautada pelo conhecimento do objeto e pelos desafios inerentes ao projeto, garantindo que os recursos humanos e materiais estejam adequadamente dimensionados. É necessário especificar os insumos e recursos que serão empregados, bem como a forma de interação entre os diversos envolvidos no empreendimento.

A TABELA C, abaixo, detalha os critérios de pontuação que serão utilizados na avaliação das propostas:

TABELA C – Compreensão do Objeto e Plano de Trabalho (Máximo de 35 Pontos)

ITEM	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
○ Conhecimento do Empreendimento e pontos críticos (6,00 PONTOS)	Omitido	0,00
	Informações Parciais	3,00
	Informações Satisfatórias	6,00
○ Planejamento de recursos e logística (6,00 PONTOS)	Omitido	0,00
	Informações Parciais	3,00
	Informações Satisfatórias	6,00
○ Propostas de técnicas ou métodos às obras civis (2,00 PONTOS)	Omitido	0,00
	Informações Parciais	1,00
	Informações Satisfatórias	2,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

ITEM	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
○ Compreensão das características da área de execução e medidas para interação com o entorno (6,00 PONTOS)	Omitido	0,00
	Informações Parciais	3,00
	Informações Satisfatórias	6,00
○ Mapeamento e Estruturação das Atividades (2,00 PONTOS)	Omitido	0,00
	Informações Parciais	1,00
	Informações Satisfatórias	2,00
○ Avaliação e Gerenciamento de Interferências (2,00 PONTOS)	Omitido	0,00
	Informações Parciais	1,00
	Informações Satisfatórias	2,00
○ Representação Gráfica das Atividades (3,00 PONTOS)	Omitido	0,00
	Informações Parciais	1,50
	Informações Satisfatórias	3,00
○ Estratégia de Execução – Plano de Ataque (6,00 PONTOS)	Omitido	0,00
	Informações Parciais	3,00
	Informações Satisfatórias	6,00
○ Estrutura Organizacional e Recursos (2,00 PONTOS)	Omitido	0,00
	Informações Parciais	1,00
	Informações Satisfatórias	2,00
Total		35,00

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO POR NÍVEL:

Nível 1 – Omitido (0 Pontos):

- Nenhuma evidência apresentada ou documentação insuficiente para atendimento do item.

Nível 2 – Informações Parciais (Pontuação Parcial – conforme indicado na tabela acima):

- Documentação apresentada, mas incompleta, com informações técnicas limitadas ou genéricas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Não atende integralmente ao escopo exigido no Edital. Apresenta falhas ou lacunas que comprometem a clareza e a viabilidade técnica.

Nível 3 – Informações Satisfatórias (Pontuação Máxima – conforme indicado na tabela acima):

- Documentação completa, apresentada em conformidade com os critérios do Edital. As informações técnicas são claras, estruturadas e bem fundamentadas. As estratégias propostas demonstram domínio técnico e alinhamento com o objetivo do projeto, podendo apresentar sugestões de inovação compatíveis com os objetivos do empreendimento, gerando superioridade em termos de custos, qualidade, prazo e/ou facilidade de manutenção/operação, conforme detalhado no Anexo K - Diretrizes Técnicas para Inovação.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA: 70%

A Nota da Proposta Técnica será calculada com base na soma das pontuações obtidas nos critérios acima, com um máximo de 100 pontos.

NOTA DA PROPOSTA DE PREÇO (NPP): 30%

A avaliação do preço será feita com base no custo total dos serviços, onde a proposta com o menor valor receberá a pontuação máxima. As demais propostas serão pontuadas proporcionalmente, utilizando a seguinte fórmula:

$$NP = 100 - ((Po - Pm) / (Ve - Pm)) \times 20$$

NP = Nota de Preço obtida pela Licitante;

Ve = Valor estimado pela Secretaria Municipal de Educação de Maricá;

P0 = Preço ofertado pela Licitante e

Pm = Preço mínimo ofertado

CLASSIFICAÇÃO DOS PROPONENTES

A classificação final dos proponentes será determinada pela soma ponderada das notas técnica e de preço, conforme a seguinte equação:

$$\text{Nota Final (NF)} = (0,7 \times \text{NPT} + 0,3 \times \text{NPP})$$

TRANSPARÊNCIA E CONFORMIDADE

Todo o processo de avaliação será documentado e estará disponível para auditoria, garantindo conformidade



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

com as normas legais vigentes.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício; e

Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores ou igual a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

Apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, inciso I).

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Exigências de Qualificação Técnica

As exigências de qualificação técnica a serem previstas no edital decorrem de motivação circunstanciada e pormenorizada, fundamentada na natureza, na complexidade técnica e na relevância do objeto da contratação, em estrita observância ao disposto no art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021. Considerando que a contratação envolve a elaboração de projetos e a execução integrada de obra de engenharia de elevado grau de complexidade, torna-se necessário assegurar que os licitantes detenham capacidade técnica compatível com a adequada execução do empreendimento.

Nesse contexto, a exigência de atestados de capacidade técnica relativos à execução de obras com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto justifica-se pela necessidade de comprovação de experiência prévia em atividades que demandam elevado nível de coordenação e domínio de soluções construtivas. Tal exigência fundamenta-se no art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, limitando-se às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, identificadas como componentes que impactam diretamente o desempenho global, a segurança e a qualidade da infraestrutura pública.

Justificativa – Vedação do somatório dos atestados para cada item

A vedação ao somatório de atestados para um mesmo item visa assegurar que a licitante demonstre experiência prévia efetiva e integrada na execução de atividades com características, complexidade técnica e dimensões compatíveis com aquelas exigidas no objeto licitado. A fragmentação da experiência, por meio da soma de múltiplos atestados de menor porte, pode mascarar a ausência de capacidade técnico-operacional para execução de empreendimento de elevada complexidade, como o CEPT – Campus de Educação Pública Transformadora.

Tal medida busca garantir que a futura contratada possua capacidade técnico-operacional comprovada em situações reais comparáveis, reduzindo riscos de inexecução contratual, atrasos ou necessidade de readequações durante a execução do objeto.

Tal exigência encontra amparo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir comprovação de capacidade técnico-operacional compatível com o objeto licitado, desde que observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Adicionalmente, a restrição está alinhada ao entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, no sentido de que:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

- A Administração pode restringir o somatório de atestados quando houver justificativa técnica que demonstre que a execução do objeto demanda experiência anterior não fragmentada;
- Deve-se evitar que a habilitação técnica seja atendida por meio de experiências pulverizadas que não reflitam a real capacidade de execução do objeto.

No caso específico de participação em consórcios, a limitação a um único atestado por item, proveniente de uma das consorciadas, visa assegurar a clareza na atribuição de responsabilidades técnicas, evitando a diluição da capacidade entre múltiplos integrantes e garantindo que ao menos uma das empresas possua experiência integral e comprovada naquele item específico.

Importante destacar que a medida não impede a formação de consórcios, tampouco restringe indevidamente a competitividade, uma vez que:

- Permite a formação de consórcio de até 3 empresas;
- Permite que diferentes consorciadas comprovem distintos itens da planilha;
- Apenas exige que, para cada item relevante, haja comprovação robusta e individualizada de experiência.

A medida busca, apenas, garantir que todos os proponentes possuam a capacidade mínima e individual para a execução de uma obra deste porte, com especificidades importantes.

A motivação das exigências observa os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da vinculação ao objeto, restringindo-se aos requisitos estritamente necessários para assegurar a execução eficiente, segura e sustentável da contratação, vedada a imposição de condições excessivas ou dissociadas das necessidades concretas do empreendimento.

A exigência de equipe técnica especializada decorre da necessidade de garantir adequada responsabilidade técnica, supervisão contínua e conformidade com as normas técnicas, regulatórias e ambientais aplicáveis, especialmente no contexto da contratação integrada, em que o contratado assume papel central na concepção e na execução da solução.

Em razão do regime de contratação adotado, a contratada assumirá responsabilidade integral pela entrega do objeto, abrangendo o cumprimento das normas técnicas vigentes, das exigências de segurança do trabalho, das diretrizes de sustentabilidade ambiental e dos padrões de qualidade definidos pela Administração, bem como a adequada coordenação entre projeto e execução.

A elaboração e a entrega dos projetos executivos deverão observar critérios de compatibilidade com o planejamento integrado da contratação, admitindo-se, quando tecnicamente aplicável e devidamente justificado, a utilização de plataformas de Modelagem da Informação da Construção (BIM), como instrumento de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

aprimoramento da qualidade técnica, compatibilização entre disciplinas e mitigação de riscos de execução.

Dessa forma, as exigências relativas à qualificação técnica e às responsabilidades da contratada encontram-se devidamente motivadas, vinculadas às características do objeto e alinhadas ao critério de julgamento por técnica e preço, contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa e para a execução do empreendimento com elevados padrões de desempenho, segurança e eficiência, em conformidade com os princípios que regem as contratações públicas.

Qualificação Técnica e Parcelas de Maior Relevância

No que se refere à qualificação técnica da contratada, a Administração deverá estabelecer, no instrumento convocatório, exigências compatíveis com a natureza, a complexidade e os riscos do objeto, observando-se o disposto no art. 18, inciso IX, e no art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

As exigências de qualificação técnica serão motivadas de forma circunstanciada e pormenorizada, limitando-se à comprovação de aptidão para a execução das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, assim entendidas aquelas atividades ou conjuntos de atividades que concentram maior complexidade técnica, impacto funcional, risco de execução ou relevância para o desempenho global do empreendimento.

Considerando o regime de contratação integrada, a definição das parcelas de maior relevância observará critérios funcionais, operacionais e de desempenho, sendo vedada a vinculação a métodos construtivos, soluções técnicas específicas, materiais ou tecnologias previamente determinadas, de modo a preservar a liberdade de concepção da solução pelo contratado e a ampla competitividade do certame.

As parcelas de maior relevância serão identificadas com base, entre outros aspectos, nos seguintes critérios:

Complexidade técnica da etapas;

Impacto financeiro sobre o custo total do empreendimento;

Risco associado à execução inadequada;

Potencial de comprometimento da integralidade do objeto em caso de falhas;

Relevância social e funcional, especialmente em edificações públicas destinadas à educação.

A exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional das parcelas de maior relevância do objeto fundamenta-se em critérios técnicos diretamente relacionados à complexidade, porte e criticidade do empreendimento, em conformidade com o art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021.

O objeto consiste na implantação do Campus Educacional CEPT, infraestrutura educacional de grande porte,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

com aproximadamente 25.086,99 m² de área construída, contemplando parcelas estruturais essenciais, como concreto armado moldado in loco, fundações profundas e sistemas extensivos de vedação, dentre outros elementos de elevada complexidade. Tais parcelas possuem impacto direto na segurança, estabilidade, funcionalidade e desempenho global da edificação, exigindo experiência prévia compatível com a escala e a complexidade do empreendimento.

Para assegurar a adequada capacidade técnica dos licitantes, a comprovação de experiência foi estruturada com base nas parcelas de maior relevância do objeto.

Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, os quantitativos relativos às parcelas de maior relevância deverão ser atendidos por meio de atestados individualizados, não sendo admitido o somatório de atestados para um mesmo item. Tal diretriz visa assegurar que a experiência comprovada reflita a efetiva execução de atividades com características, dimensões e complexidade compatíveis com o objeto licitado, evitando a fragmentação da experiência e garantindo maior segurança quanto à capacidade operacional do futuro contratado.

A vedação ao somatório de atestados encontra fundamento no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e está alinhada ao entendimento consolidado dos órgãos de controle, no sentido de que a Administração Pública pode estabelecer critérios que assegurem a comprovação de experiência prévia efetiva e não fragmentada, desde que devidamente justificados e proporcionais ao objeto.

No caso de participação em consórcio, a comprovação da capacidade técnico-operacional deverá observar as mesmas diretrizes, de modo que cada parcela de maior relevância seja comprovada integralmente por uma única empresa consorciada, vedada a soma de atestados entre diferentes integrantes para o atendimento de um mesmo item, assegurando-se, assim, a clareza na atribuição de responsabilidades e a efetiva demonstração de capacidade técnica.

A definição das parcelas de maior relevância e das respectivas exigências de comprovação técnica contribui para a seleção de licitantes efetivamente aptos à execução do objeto, mitigando riscos de inexecução contratual, atrasos, falhas construtivas e necessidade de aditivos, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade, da segurança jurídica e do interesse público.

Na sequência, apresentam-se as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, com os respectivos quantitativos mínimos a serem exigidos para fins de habilitação técnico-operacional:

a) Elaboração do Projeto Básico

A elaboração do Projeto Básico foi caracterizada como parcela de maior relevância técnica em função de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

seu papel estruturante no âmbito da contratação integrada.

Nesse regime, o Projeto Básico constitui o principal instrumento orientador da solução a ser desenvolvida e executada pelo contratado, sendo determinante para a definição de custos, prazos, metodologias construtivas e desempenho global do empreendimento. Sua adequada concepção reduz incertezas, mitiga riscos e assegura maior previsibilidade à execução contratual.

Sua classificação como parcela relevante fundamenta-se, especialmente, nos seguintes aspectos:

- Elevada complexidade técnica, sobretudo em empreendimentos que demandam soluções integradas de arquitetura, estrutura e sistemas prediais;
- Necessidade de compatibilização multidisciplinar entre projetos de arquitetura, estruturas, instalações elétricas, hidrossanitárias, climatização, acessibilidade e segurança;
- Planejamento funcional alinhado às demandas operacionais de um campus educacional, contemplando ambientes como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, auditórios e áreas de convivência;
- Forte correlação com a estimativa orçamentária, considerando que inconsistências podem acarretar sobrecustos, aditivos contratuais e atrasos;
- Elevado risco sistêmico, uma vez que falhas nesta etapa repercutem diretamente em todas as fases subsequentes da execução.

Dessa forma, trata-se de parcela típica de maior relevância em empreendimentos complexos, especialmente em obras públicas institucionais e educacionais de grande porte.

b) Construção de Edificações Não Residenciais

A execução de edificações não residenciais em quantitativo significativo foi igualmente definida como parcela de maior relevância, em razão de seu elevado impacto financeiro, complexidade executiva e criticidade para a entrega do objeto.

A exigência de comprovação fundamenta-se na necessidade de aferir a capacidade técnico-operacional do licitante para execução de obras de porte equivalente, abrangendo:

- Execução de sistemas estruturais de maior responsabilidade técnica;
- Implantação e gestão de canteiro de obras de grande escala;
- Coordenação simultânea de múltiplas frentes de serviço;
- Atendimento a requisitos de desempenho, segurança, durabilidade e qualidade construtiva.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Assim, sua definição como parcela de maior relevância visa assegurar que os licitantes possuam experiência comprovada em obras de complexidade e porte compatíveis, mitigando riscos de execução e garantindo a adequada entrega do objeto contratual, em consonância com o interesse público.

c) Elaboração de Projeto Básico e/ou Executivo de Esgotamento Sanitário com ETE

A elaboração de projetos de esgotamento sanitário, incluindo estação de tratamento de esgoto (ETE), foi definida como parcela de maior relevância em razão de sua elevada complexidade técnica, impacto ambiental e essencialidade para a operação do empreendimento.

Tal enquadramento fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- Necessidade de atendimento rigoroso à legislação ambiental e sanitária vigente, incluindo normas de lançamento de efluentes e padrões de qualidade;
- Complexidade no dimensionamento hidráulico-sanitário, envolvendo análise de vazões, cargas orgânicas, eficiência de tratamento e seleção de processos;
- Integração com os sistemas prediais e infraestrutura externa, exigindo compatibilização com redes coletoras, unidades de tratamento e pontos de lançamento;
- Impacto direto na sustentabilidade e operacionalidade do empreendimento, especialmente em equipamentos públicos de grande porte;
- Risco ambiental e operacional elevado, considerando que falhas de projeto podem resultar em passivos ambientais, sanções legais e comprometimento do funcionamento da edificação.

Dessa forma, a exigência de comprovação de experiência prévia nessa tipologia de projeto visa garantir que o licitante possua domínio técnico compatível com a criticidade dos sistemas de esgotamento sanitário previstos.

d) Execução de Edificação Não Residencial com Sistema Fotovoltaico

A execução de sistemas de geração de energia fotovoltaica integrados a edificações não residenciais foi caracterizada como parcela de maior relevância em razão de sua especificidade técnica, impacto na eficiência energética e necessidade de integração com os sistemas elétricos da edificação.

Tal definição fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- Necessidade de conhecimento técnico especializado para dimensionamento, instalação, comissionamento e operação do sistema fotovoltaico;
- Integração com as instalações elétricas convencionais, incluindo sistemas de proteção, inversores,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

quadros elétricos e interface com a rede de distribuição;

- Atendimento às normas técnicas e regulatórias do setor elétrico (como requisitos de conexão à rede e segurança operacional);
- Contribuição direta para a eficiência energética e redução de custos operacionais do empreendimento;
- Risco associado à execução inadequada, podendo comprometer o desempenho do sistema, a segurança das instalações e a confiabilidade do fornecimento energético.

Nesse contexto, a exigência de comprovação de experiência prévia na execução de sistemas fotovoltaicos em edificações não residenciais assegura que o licitante possua capacitação técnica suficiente para implementar soluções eficientes, seguras e plenamente compatíveis com os requisitos do empreendimento.

Capacidade Técnica Comprovada

Exigência: Apresentação de atestados de execução de obras e operações de complexidade similar aos itens de maior relevância apresentados abaixo.

Justificativa: Considerando a magnitude e a complexidade técnica do CEPT, é essencial que a empresa demonstre experiência em obras integradas, assegurando qualidade, segurança e eficiência na execução.

Posto isso, a capacidade técnica necessária para a comprovação deve seguir os parâmetros da tabela abaixo.

PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA				
Item	Descrição	Total	% mínimo necessário	Quantitativo mínimo
1	Elaboração de projeto básico e/ou executivo de edificações não residenciais, contendo no mínimo as disciplinas de arquitetura, fundações, estrutural, climatização, incêndio, exaustão, sonorização, tratamento acústico, elétrica e hidrossanitário.	25.086,99 m ²	50,00 %	12.543,49 m ²
2	Elaboração de projeto básico e/ou executivo de esgotamento sanitário em edificações não residenciais, incluindo estação de tratamento de esgoto	25.086,99 m ²	50,00 %	12.543,49 m ²
3	Construção de edificação não residencial.	25.086,99 m ²	50,00 %	12.543,49 m ²
4	Execução de obra de edificação não residencial com a implantação de sistema de geração de energia fotovoltaica.	25.086,99 m ²	50,00 %	12.543,49 m ²

A exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional das parcelas de maior relevância do objeto



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

fundamenta-se em critérios técnicos diretamente relacionados à complexidade, porte e criticidade do empreendimento, em conformidade com o art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021. O objeto envolve a execução de infraestrutura educacional de grande porte, com aproximadamente 25.086,99 m² de área construída, contemplando serviços estruturais essenciais, como concreto armado moldado in loco, fundações profundas e sistemas extensivos de vedação. Tais parcelas possuem impacto direto na segurança, estabilidade e desempenho global da edificação, exigindo experiência prévia compatível em escala relevante.

O percentual determinado representa um patamar técnico mínimo capaz de demonstrar que a licitante possui experiência concreta na execução de obras de porte significativo, incluindo gestão de equipes, logística de canteiro, controle tecnológico e coordenação entre disciplinas. Ao mesmo tempo, a exigência não impõe a comprovação integral do objeto, preservando a competitividade do certame e permitindo a participação de empresas que possuam experiência relevante, ainda que não idêntica à totalidade do empreendimento, observando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Adicionalmente, a fixação desse percentual contribui para a mitigação de riscos contratuais e operacionais, reduzindo a probabilidade de falhas técnicas, atrasos ou necessidade de aditivos decorrentes de insuficiência de capacidade executiva. A jurisprudência dos órgãos de controle admite a exigência de quantitativos mínimos desde que restrita às parcelas de maior relevância e devidamente justificada, como no presente caso. Dessa forma, a exigência de 50% mostra-se adequada, proporcional e alinhada ao interesse público, assegurando a seleção de licitantes com capacidade efetiva para a execução segura e eficiente do objeto. A exigência de comprovação de experiência anterior limitar-se-á à demonstração de execução de empreendimentos de natureza, porte e complexidade equivalentes, não se admitindo restrições indevidas à competição, em estrita observância aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, isonomia e julgamento objetivo.

Equipe Especializada

Exigência: Disponibilidade de profissionais qualificados, incluindo engenheiros, arquitetos, ou equivalentes, com experiência comprovada em projetos de grande porte.

Justificativa: A execução integrada exige coordenação simultânea de projetos e obras, sendo indispensável equipe capacitada para assegurar compatibilização técnica, cronograma e padrões de qualidade.

Posto isso, a equipe técnica necessária para a comprovação deve seguir a tabela abaixo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Profissional	Atuação
Engenheiro Civil ou Arquiteto	Coordenador Geral de Projetos
Engenheiro Civil ou Arquiteto	Responsável por Projeto de Arquitetura
Engenheiro Civil	Responsável por Projeto Estrutural
Engenheiro Civil	Responsável por Projeto Hidrossanitário
Engenheiro Civil	Responsável por Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio
Engenheiro Mecânico	Responsável por Projeto de Climatização (HVAC)
Engenheiro	Coordenador da Execução de Obras
Engenheiro	Especialista em Sistemas de Esgotamento Sanitário (incluindo ETE)
Engenheiro	Especialista em Execução de Sistemas de Combate a Incêndio
Engenheiro Eletricista	Responsável pelas Instalações Elétricas (com subestação)
Engenheiro Mecânico	Responsável pela Execução dos Sistemas de Climatização

A exigência de equipe técnica multidisciplinar justifica-se pela complexidade, porte e natureza do empreendimento, que envolve a elaboração de projetos básicos e executivos integrados, bem como a execução de obras de grande escala.

No âmbito dos projetos, a participação de profissionais habilitados em arquitetura, estrutura e instalações é essencial para assegurar a adequada compatibilização entre as disciplinas, evitando interferências, retrabalhos e inconsistências técnicas. A presença de responsáveis específicos para cada sistema (estrutural, hidrossanitário, elétrico, climatização e combate a incêndio) garante que os projetos sejam desenvolvidos em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, além de possibilitar a adoção de soluções eficientes, seguras e economicamente viáveis.

Quanto à execução da obra, a exigência de profissionais com experiência comprovada em empreendimentos de porte similar visa assegurar a adequada condução das operações, com controle de qualidade, prazos e custos. A coordenação técnica da execução é fundamental para garantir a fiel observância dos projetos, a correta aplicação dos materiais e a integração entre os diversos sistemas construtivos, especialmente em obras que envolvem instalações complexas, como subestações elétricas, sistemas de climatização e redes de esgotamento com tratamento.

Adicionalmente, a exigência de profissionais especializados em sistemas específicos, como combate a incêndio,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

esgotamento sanitário e climatização, justifica-se pela criticidade desses subsistemas para o funcionamento seguro e eficiente da edificação. Tais sistemas demandam conhecimento técnico específico tanto na fase de projeto quanto na execução, sendo indispensáveis para atendimento às exigências normativas e à obtenção das licenças e aprovações junto aos órgãos competentes, assegurando, assim, a plena operacionalidade do empreendimento após sua conclusão.

Qualificação Técnico-Profissional

A licitante deverá apresentar o REGISTRO ou INSCRIÇÃO DO(S) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S) indicado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme legislação profissional dos respectivos conselhos vigente.

Apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, em nome do profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), suficientes para a comprovação do acompanhamento e/ou execução das operações com características semelhantes, compatíveis com o objeto desta licitação e com o conselho profissional de origem.

O(s) Atestados devem conter, no mínimo, as informações do objeto do contrato, nome do(s) profissional(is) responsável(is) pela(s) obra e operações, quantificação principal, local, data de emissão do atestado, período de execução, além do nome e assinatura do signatário, contemplando os seguintes serviços:

Técnico-Profissional
Estruturas de concreto armado moldadas in loco
Estaca hélice contínua
Alvenaria de vedação em blocos cerâmico

Comprovar a qualificação do(s) profissional(is) de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) do(s) Acervo(s) de Responsabilidade Técnica, com a comprovação de pertencer ao quadro permanente do licitante, conforme disposto abaixo:

Profissional **Engenheiro Civil ou equivalente** devidamente habilitado pelo conselho profissional competente, detentor do(s) Acervo(s) ou Registro(s) de Responsabilidade Técnica pela execução dos serviços referentes emitido(s) pelo seu respectivo conselho de origem;

Profissional **Arquiteto ou equivalente** devidamente habilitado pelo conselho profissional competente, detentor



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

do(s) Acervo(s) ou Registro(s) de Responsabilidade Técnica pela execução dos serviços referentes emitido(s) pelo seu respectivo conselho de origem;

A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

- Carteira de Trabalho;
- Certidão do CREA;
- Certidão do CAU;
- Contrato Social;
- Contrato de prestação de serviços;
- Contrato de Trabalho registrado na DRT; e
- Termo, por meio do qual o(s) profissional(is) assumam a responsabilidade técnica pela obra licitada e o compromisso de integrar(em) o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser adjudicado.

Nos casos em que a licitante não possuir em seu quadro permanente o(s) profissional(is) exigidos, a Licitante deverá apresentar a Declaração de Compromisso de Contratação Futura referente ao(s) profissional(is) – Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista ou profissional com habilitação técnica equivalente conforme modelo.

A referida Declaração deverá conter a indicação (nome do profissional, nº CREA e/ou CAU) a ser contratado, bem como deverá conter a anuência do mesmo (assinatura). Nos casos de apresentação de Compromisso de Contratação Futura será exigido da licitante, no ato da assinatura do Contrato, a comprovação de efetivação de vínculo do profissional devidamente registrado junto ao seu respectivo conselho.

O(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverá(ão) participar da obra ou operações objeto da licitação.

Deverá ser apresentado, no mínimo, um acervo técnico do(s) profissional(is), devidamente acervado(s) pelo CREA e/ou pelo CAU, conforme conselho de origem, com a comprovação da execução das atividades de forma clara e legível.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Apresentar a(s) Certidão(ões) de Registro de Pessoa Física com a regularidade do(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade.

Declaração formal da licitante, indicando o responsável técnico – Engenheiro Civil ou Arquiteto - para execução e acompanhamento da obra. O responsável técnico pelo objeto da licitação deverá ser o mesmo da comprovação de atestado técnico-profissional.

Declaração de vistoria informando a realização de visita técnica ao(s) local(is) de implantação do empreendimento, ou declaração formal de que a licitante assume integralmente os riscos decorrentes da não realização dessa faculdade.

Declaração formal informando a disponibilidade de máquinas, ferramentas, equipamentos, sistemas e pessoal técnico especializado considerados essenciais ao adequado cumprimento do objeto da licitação.

Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico relativo aos profissionais constantes dos documentos de comprovação da capacidade técnico-profissional da CONTRATADA, bem como do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento indicados para a realização do objeto da licitação, bem como de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS

Participação de Consórcios

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, é admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio nos procedimentos licitatórios, salvo vedação devidamente justificada, cabendo à Administração avaliar, de forma técnica e motivada, a adequação dessa forma de participação às características do objeto.

No caso da presente contratação, recomenda-se a admissão da participação de empresas reunidas em consórcio, limitado a 3 (três) empresas, com fundamento no §4º do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração, mediante justificativa técnica, a estabelecer limite máximo para o número de consorciados. Tal limitação visa assegurar equilíbrio entre a ampliação da competitividade e a eficiência na gestão contratual.

O objeto apresenta elevada complexidade técnica e caráter integrado, envolvendo, de forma concomitante e interdependente, a elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, a obtenção de licenças, bem como a execução de obras. Nesse contexto, a formação de consórcio com até 3 (três) empresas mostra-se



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

adequada para viabilizar a complementaridade de competências técnicas e operacionais, sem comprometer a governança, a coordenação e a responsabilização contratual.

A Administração avaliou que o limite de até 3 (três) empresas mostra-se suficiente para assegurar ampla competitividade, permitindo a associação de empresas com expertises complementares compatíveis com todas as parcelas relevantes do objeto, sem inviabilizar a participação de operadores econômicos qualificados

A limitação do número de consorciadas também favorece o controle de alterações societárias e da composição do consórcio ao longo da execução contratual, reduzindo riscos de descontinuidade técnica e administrativa, conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar.

Nos termos dos incisos I e II do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, será exigida a comprovação do compromisso de constituição do consórcio, bem como a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração, garantindo centralização da interlocução e maior eficiência na gestão e fiscalização contratual.

Ressalta-se, ainda, que, nos termos do inciso V do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, os consorciados responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato, assegurando maior segurança jurídica à Administração Pública quanto ao cumprimento das obrigações assumidas.

Ademais, será observado o disposto no inciso IV do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, vedando-se a participação de uma mesma empresa em mais de um consórcio ou de forma isolada no certame, medida que preserva a isonomia, a competitividade e a lisura do procedimento licitatório.

Para fins de habilitação, será admitido o somatório das capacidades econômico-financeiras das empresas consorciadas, nos termos da legislação aplicável, como forma de ampliar a competitividade do certame.

Ressalva-se, contudo, que, para a comprovação da capacidade técnico-operacional, especialmente no que se refere às parcelas de maior relevância do objeto, não será admitido o somatório de atestados entre consorciadas para um mesmo item, devendo cada requisito ser comprovado integralmente por meio de atestado único, emitido em nome de uma única empresa consorciada.

Tal exigência decorre da necessidade de assegurar a demonstração de experiência prévia efetiva, integrada e compatível com a complexidade do objeto, não sendo suficiente a comprovação por meio de experiências fragmentadas e pulverizadas, o que poderia não refletir a real capacidade de execução de atividades de elevada complexidade técnica.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Admite-se, entretanto, que diferentes empresas integrantes do consórcio comprovem itens distintos da qualificação técnica, desde que cada item seja integralmente atendido por uma única consorciada, vedado o fracionamento da comprovação para o mesmo item.

A limitação do consórcio a 3 (três) empresas, aliada à exigência de liderança definida, responsabilidade solidária e às regras de comprovação técnica ora estabelecidas, permite compatibilizar a complexidade da contratação com a necessidade de controle, coordenação e segurança na execução contratual, evitando fragmentação excessiva de responsabilidades.

Registra-se, por fim, que as disposições ora previstas observam os princípios da eficiência, do planejamento, da razoabilidade e do interesse público, promovendo a ampliação da competitividade sem comprometer a adequada execução do objeto contratual.

Justificativa de limite máximo de 3 (três) empresas consorciadas

A Administração estabelece o limite máximo de até 3 (três) empresas integrantes por consórcio, nos termos do art. 15, §4º, da Lei nº 14.133/2021, considerando a complexidade técnica, o caráter multidisciplinar e o regime de Contratação Integrada adotado para a presente contratação.

“Art. 15. (...)

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.”

A presente contratação envolve, de forma integrada, a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, bem como a execução de obras de grande porte, com elevado grau de complexidade técnica, exigindo a conjugação de diferentes especialidades técnicas e operacionais.

Nesse contexto, a limitação do consórcio a até 3 (três) empresas fundamenta-se nos seguintes critérios técnicos e jurídicos:

Coordenação e integração: O regime de contratação integrada exige elevada articulação entre as etapas de projeto e execução. A limitação do número de consorciadas favorece a governança do contrato, assegurando maior eficiência na coordenação das atividades, clareza na divisão de responsabilidades e redução de conflitos operacionais.

A limitação também se mostra necessária diante da matriz de alocação de riscos adotada na contratação integrada, que exige estrutura decisória mais centralizada, interlocução eficiente com a Administração e adequada responsabilização das consorciadas pela execução integral do empreendimento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Fiscalização e controle: A restrição do número de integrantes contribui para a atuação mais eficiente da fiscalização contratual, permitindo à Administração identificar com maior precisão as responsabilidades técnicas e operacionais, em consonância com os princípios da eficiência e da boa governança previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Garantia de capacidade técnica efetiva: A medida evita a formação de consórcios excessivamente fragmentados ou artificiais, assegurando que cada empresa integrante detenha efetiva capacidade técnico-operacional compatível com as parcelas relevantes do objeto, especialmente em um empreendimento de grande porte e elevada complexidade.

Redução de riscos operacionais e jurídicos: A limitação contribui para a mitigação de riscos associados à execução contratual, tais como atrasos, falhas de coordenação, conflitos entre consorciadas e dificuldades na responsabilização, promovendo maior segurança jurídica e eficiência na execução do contrato.

A medida também favorece a rastreabilidade das obrigações contratuais, a aplicação de sanções administrativas e a adequada responsabilização solidária das empresas integrantes do consórcio.

III – Garantia de capacidade técnica efetiva

A limitação estabelecida busca evitar a formação de consórcios excessivamente fragmentados ou artificialmente constituídos apenas para composição documental de capacidade técnica, assegurando que cada empresa integrante detenha efetiva capacidade técnico-operacional compatível com as parcelas relevantes do objeto.

Considerando o porte e a complexidade do empreendimento, a Administração entende que a execução contratual pode ser adequadamente suportada por consórcio composto por até 3 (três) empresas especializadas, número suficiente para permitir a conjugação de expertises complementares sem comprometer a governança e a eficiência executiva.

A limitação estabelecida não impede que diferentes empresas consorciadas comprovem parcelas técnicas distintas do objeto, observadas as regras editalícias de qualificação técnica, buscando apenas evitar a pulverização excessiva de responsabilidades e a formação de consórcios artificialmente fragmentados.

IV – Redução de riscos operacionais e jurídicos

A limitação contribui para a mitigação de riscos associados à execução contratual, especialmente aqueles relacionados a conflitos internos entre consorciadas, sobreposição de atribuições, fragmentação da gestão, atrasos decorrentes de divergências operacionais e dificuldades de responsabilização durante a execução das obras.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Em empreendimentos de grande vulto e elevada complexidade técnica, a excessiva multiplicidade de integrantes pode comprometer a estabilidade contratual, a previsibilidade executiva e a adequada gestão dos riscos inerentes ao regime de contratação integrada.

V – Proporcionalidade e preservação da competitividade

A medida adotada revela-se proporcional, razoável e tecnicamente adequada, pois, ao mesmo tempo em que amplia a competitividade mediante a possibilidade de associação entre empresas com capacidades complementares, preserva a governança contratual, a rastreabilidade das responsabilidades e a eficiência da execução integrada, a eficiência da fiscalização e a adequada execução do objeto.

A limitação não impede a participação de empresas em consórcio, tampouco restringe indevidamente a competitividade do certame, constituindo medida compatível com a complexidade do empreendimento e necessária à proteção do interesse público.

Dessa forma, a limitação do consórcio a até 3 (três) empresas configura medida tecnicamente motivada e juridicamente válida, alinhada aos princípios da eficiência, da razoabilidade, da proporcionalidade, da governança e do interesse público, assegurando maior segurança jurídica, efetividade da fiscalização e adequada execução da contratação integrada.

Considerando que o objeto envolve empreendimento de grande vulto, com execução integrada de projetos e obras e necessidade de compatibilização simultânea entre múltiplas disciplinas técnicas, a formação de consórcios com número excessivo de integrantes poderia comprometer a governança contratual, dificultar a coordenação das atividades, aumentar o risco de conflitos operacionais e prejudicar a adequada responsabilização dos envolvidos, impactando diretamente a eficiência e a qualidade da execução contratual.

Dessa forma, a limitação do consórcio a até 3 (três) empresas configura medida tecnicamente justificada e juridicamente válida, alinhada aos princípios da eficiência, da razoabilidade, da proporcionalidade e do interesse público, assegurando a adequada execução do objeto e a seleção da proposta mais vantajosa.

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Não será admitida a participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), com fundamento no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006. Tal vedação justifica-se pela elevada complexidade técnica e gerencial do empreendimento, pelo regime de contratação integrada exigido, e pela necessidade de execução integral e coordenada do objeto, incluindo elaboração de projetos básico e executivo, obtenção de licenças, execução das obras e entrega final. A participação de ME/EPP poderia comprometer a unidade técnica



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

e gerencial da execução, reduzir a eficiência operacional e a economia de escala, aumentando riscos de atrasos, falhas na qualidade ou oneração indevida da Administração Pública. Portanto, a exclusão objetiva garantir a segurança, a eficiência e a integralidade do cumprimento do contrato, preservando o interesse público.

Sociedades Cooperativas

Não será admitida a participação de sociedades cooperativas de trabalho, considerando a natureza complexa e integrada do objeto, que envolve a elaboração de projetos básico e executivo, execução de obras e entrega final do empreendimento. A execução integral exige responsabilidade técnica direta e individualizada, coordenação contínua entre etapas e cumprimento de padrões de qualidade e segurança, elementos incompatíveis com a estrutura organizacional típica de cooperativas, que se caracteriza pela diluição de responsabilidades entre os cooperados. Além disso, a participação de cooperativas seria incompatível com o regime de contratação integrada adotado, comprometendo a unidade técnica e gerencial da execução, a eficiência operacional e a mitigação de riscos, podendo gerar prejuízos ao interesse público.

Matriz de Alocação de Riscos

Prevista contratualmente para gerir eventos supervenientes que possam impactar o equilíbrio econômico-financeiro, a matriz de alocação de riscos estabelece a definição de responsabilidades entre as partes, promovendo a mitigação de riscos de forma técnica e financeiramente compatível com a execução integrada da obra.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando às penalidades previstas no subitem 21.2, “d”;

Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o órgão requisitante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

(e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

Multa moratória: 0,5% (meio por cento) até 1% (um por cento) por dia útil de atraso sobre o valor da parcela correspondente do contrato, limitada a 15 (quinze) dias úteis, em caso de atraso na execução das etapas do contrato, incluindo elaboração de projetos, obtenção de licenças, execução da obra ou entrega parcial do objeto. Após o décimo quinto dia útil, a critério da Administração, o atraso poderá ensejar a não aceitação do objeto da etapa correspondente, configurando inexecução total da obrigação assumida e atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.

Após o décimo quinto dia útil, e a critério da Administração, o atraso poderá ensejar a não aceitação da etapa executada, configurando, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, com aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.

Multa por inadimplemento parcial ou atraso prolongado: 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela correspondente, em caso de atraso superior ao previsto acima ou de inadimplemento parcial da obrigação contratual, incluindo falhas na execução de qualquer etapa prevista no cronograma físico-financeiro.

O Percentual de 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e

A multa prevista nas alíneas “b” e “c” do item 22.2 será aplicada conforme as infrações cometidas e o nível de gravidade respectivo, indicados na matriz de risco e tabela a seguir:

I M P A C T O	Alto	6 (4%)	8 (8%)	9 (10%)
	Médio	3 (1,5%)	5 (3%)	7 (6%)
	Baixo	1 (0,5%)	2 (1%)	4 (2%)
		BAIXO	MÉDIO	ALTO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

PROBABILIDADE

ITEM	DESCRIÇÃO	NÍVE L	MIN .	MÁX .
1	Deixar de manter, durante todo o período de vigência contratual, quaisquer das condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação.	9	10%	20%
2	Não entregar o objeto dentro dos prazos estabelecidos e na forma prevista neste Termo de Referência.	9	10%	20%
3	Não executar quaisquer das obrigações descritas no item 6 deste Termo de Referência.	9	10%	20%
4	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato.	9	10%	20%
5	Deixar de disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.	8	8%	20%
6	Deixar de dispor de serviço de plantão telefônico 24 (vinte e quatro) horas por dia durante todos os dias da semana, inclusive fim de semana e feriados.	8	8%	20%
7	Se recusar a corrigir os erros nos documentos emitidos em razão da execução do objeto do contrato apontados pela Fiscalização.	8	8%	20%
8	Deixar de responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus colaboradores e por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE e a terceiros.	8	8%	20%
9	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto.	8	8%	20%
10	Deixar de se responsabilizar pelos encargos trabalhista, fiscal e comercial, pelos seguros de acidente e quaisquer outros encargos resultantes da prestação do serviço.	7	6%	20%
11	Deixar de encaminhar documentos fiscais e todas as documentações determinadas pelo fiscal do contrato para efeitos de atestar a entrega dos bens e comprovar regularizações.	6	4%	20%
12	Deixar de se responsabilizar pelas informações, documentos e relatórios entregues, bem como deixar de assinar os documentos,	6	4%	20%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

	atas e relatórios produzidos.			
13	Caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras.	6	4%	20%
14	Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do cumprimento de suas obrigações sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE	6	4%	20%
15	Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.	5	3%	20%
16	Deixar de relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do fiscal do Contrato ou pessoa designada pelo Secretário da pasta.	4	2%	20%
17	Deixar de se sujeitar à fiscalização do CONTRATANTE, tais como, mas não limitados a, resposta de e-mails, telefonemas, atendimento às orientações do fiscal do contrato e a prestação dos esclarecimentos formulados.	3	1,5%	20%
18	Deixar de relatar à CONTRATANTE toda e quaisquer irregularidades ocorridas, que impeça, altere ou retarde a execução do Contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento.	3	1,5%	20%
19	Deixar de comparecer às reuniões agendadas, sem prévia comunicação	3	1,5%	20%

A licitante vencedora deverá cumprir integralmente o cronograma físico-financeiro elaborado pela Administração, constante como anexo deste Termo de Referência, o qual constitui instrumento vinculante do contrato.

O cronograma observa o regime de contratação integrada e o regime de empreitada por preço global, contemplando todas as etapas necessárias à execução do objeto, incluindo o desenvolvimento dos projetos, licenciamento, mobilização, execução das obras, fornecimentos, testes, comissionamento e entrega final do empreendimento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

A subcontratação será admitida de forma parcial e excepcional, vedada para as parcelas de maior relevância técnica definidas nos requisitos de habilitação, devendo observar integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na matriz de alocação de riscos.

Admite-se a participação de empresas reunidas em consórcio, com responsabilidade solidária entre suas integrantes pela totalidade do objeto contratado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

As soluções adotadas visam:

- I. Garantir a integração funcional, técnica e urbanística do Campus de Educação Pública Transformadora – CEPT do Espraiado;
- II. Assegurar a adequação dos ambientes às necessidades educacionais, promovendo acessibilidade universal e segurança;
- III. Otimizar a eficiência energética, ambiental e operacional dos edifícios e áreas externas;
- IV. Cumprir as normas técnicas e diretrizes legais, em conformidade com o art. 23 e art. 24 da Lei nº 14.133/2021;

8. DOS ADITIVOS, ALOCAÇÃO DE RISCOS E RECOMPOSIÇÃO

Dos Aditivos

Da Alocação de Riscos

A Matriz de Riscos constitui ferramenta formal para mensuração, avaliação e ordenamento dos eventos que podem impactar o alcance dos objetivos do contrato, permitindo a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial em face dos riscos ocorridos durante a execução contratual.

Responsabilidade da Contratada:

A **CONTRATADA** assume integral e exclusiva responsabilidade pelos riscos relacionados ao objeto do contrato, incluindo, mas não se limitando, aos identificados na MATRIZ DE RISCOS.

Responsabilidade do Contratante:

Não se imputam à **CONTRATADA** riscos classificados como de responsabilidade da Administração, conforme detalhado no Anexo VIII - **MATRIZ DE RISCO**, que integram o contrato independentemente de transcrição literal.

Conceito de Risco:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Para os fins deste contrato, risco é definido como evento ou condição incerta que, se ocorrer, poderá impactar pelo menos um objetivo do empreendimento. Considera-se o risco como o produto da probabilidade de ocorrência de determinado evento pelo impacto econômico ou técnico decorrente de sua concretização.

Declaração do Licitante:

- Ao apresentar proposta, o licitante declara:
- Ter pleno conhecimento da natureza, extensão e impacto dos riscos assumidos;
- Ter considerado tais riscos na formulação de sua proposta, inclusive no preço global apresentado.

Da Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro

O equilíbrio econômico-financeiro do contrato será considerado mantido desde que atendidas as condições pactuadas e respeitadas as disposições da **MATRIZ DE RISCOS**.

Hipóteses de recomposição:

A CONTRATADA poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro somente em situações expressamente excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCOS, mediante comprovação documental e técnica.

Casos omissos:

As situações não previstas serão objeto de análise criteriosa, fundamentada em elementos técnicos, mediante processo administrativo formal, visando apurar responsabilidades e definir medidas adequadas de recomposição ou ajuste contratual.

Formalização:

Toda solicitação de aditivo, recomposição ou ajuste deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ou apostila contratual, observando os limites legais e o teto máximo da proposta apresentada, preservando o equilíbrio técnico-financeiro, a eficiência da execução e a responsabilidade única da CONTRATADA.

9. DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as disposições do Contrato e da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na **MATRIZ DE RISCO**, nos termos dos arts. 6º, XXVII e 22, caput e 4§



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

e 124, II, alínea “d” da Lei 14.133/2021.

Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

10. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, nos termos do art. 115, caput, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, inclusive nos casos de vícios, defeitos ou danos decorrentes da execução, conforme o art. 120 da referida Lei.

O contrato será regido prioritariamente por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público aplicáveis, sendo-lhe aplicáveis, de forma supletiva, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme disposto no **art. 89** da mesma Lei, assegurando a segurança jurídica e a adequada proteção do interesse público.

- São obrigações da **CONTRATADA**:

I – executar o objeto contratado de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência ou Projeto Básico e, quando for o caso, no Projeto Executivo, na Descrição das Atividades, no Escopo da Contratação ou no Memorial Descritivo (fls.____) e na Proposta;

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;

III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV –apresentar os documentos de responsabilidade técnica relativos às atividades objeto da contratação, nas datas devidas, responsabilizando-se integralmente pelas penalidades decorrentes da falta de apresentação;

V – atender às determinações e exigências formuladas pelo **CONTRATANTE**;

VI – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, as etapas executadas recusadas pelo **CONTRATANTE**, no prazo determinado pela Fiscalização;

VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

- a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;
- d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VIII – responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas dela provenientes, pelos equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras e/ou dos serviços contratados, assim como pela limpeza final da obra;

IX – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

X – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual;

XI – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

XII – responsabilizar-se pelo licenciamento integral da obra perante entidades e órgãos públicos, inclusive o licenciamento ambiental;

XIII – observar o disposto no **Decreto Municipal nº 078/2025 e suas alterações posteriores**, no que couber.

XIV – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XVI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVIII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XIX – comprovar a implantação de programa de integridade nas contratações de obras, operações e fornecimentos de grande vulto, de que trata o § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021;

XX - Efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observadas as exigências constantes no ordenamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

11. REAJUSTE CONTRATUAL

Periodicidade e Base de Reajuste



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

O reajustamento dos preços contratuais somente será admitido após o decurso de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado, observada a Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, podendo ser aplicado índice setorial oficial pertinente, nos termos dos arts. 25, §7º, e 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021, de forma a assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Solicitação e Contagem dos Efeitos Financeiros

O contratado deverá requerer o reajuste de preços no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do aniversário de cada anualidade do contrato. A contagem dos efeitos financeiros do reajuste terá início a partir da data-base do orçamento estimado, desde que a solicitação seja apresentada dentro do prazo estipulado. Caso o pedido não seja apresentado no prazo, o direito ao reajuste referente às parcelas executadas no período anual anterior será perdido, sendo os efeitos financeiros do reajuste posteriores contados a partir da data de nova solicitação.

Esta sistemática observa as disposições do art. 135 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a repactuação para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro em contratos com predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, e garante a correta aplicação do princípio da anualidade do reajuste.

Reajustes Subsequentes

Para os reajustes posteriores ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste aplicado, observância ao disposto no art. 25, §7 da Lei 14.133/2021.

Índice de Reajuste

A atualização monetária dos valores contratuais será realizada com base no Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, apurado e divulgado pela Fundação Getulio Vargas – FGV, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O referido índice reflete a variação dos custos de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos vinculados ao setor da construção civil, sendo adotado como referência para fins de reajustamento contratual da presente contratação integrada.

Observações sobre Aplicação

O valor estimado do contrato será atualizado e ajustado somente nos casos previstos em lei, observando-se a natureza integrada da contratação e os princípios da economicidade, eficiência e continuidade da execução contratual.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

A aplicação de reajustes ou repactuações obedecerá rigorosamente aos seguintes parâmetros legais:

- I. Limites orçamentários e valores contratuais – nenhum pagamento ou obrigação financeira da Administração poderá exceder o valor global efetivamente contratado, em conformidade com o art. 115, caput, da Lei nº 14.133/2021, observando o cronograma físico-financeiro e as medições regularmente atestadas.
- II. Alterações contratuais e reajustes – o contrato poderá ser alterado ou reajustado nas hipóteses previstas nos arts. 124 a 136, garantindo:
- III. A preservação do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, e do art. 22, § 4º, especificamente para as vedações e exceções aplicáveis às contratações integradas;
- IV. A adaptação do projeto ou das especificações técnicas por solicitação da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões do contratado na elaboração dos projetos, conforme o art. 22, § 4º, inciso I;
- V. O reajustamento de preços para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme o art. 92, inciso V, e art. 135, § 2º, observando-se o interregno mínimo de 1 (um) ano e a aplicação de índices setoriais oficiais (INCC/FGV).

Exclusão de despesas não previstas – quaisquer custos adicionais ou despesas que excedam os parâmetros inicialmente estimados somente poderão ser admitidos mediante justificativa técnica formal, compatibilidade com a matriz de alocação de riscos e autorização prévia da Administração, em estrita observância aos arts. 103 e 124 da Lei nº 14.133/2021, garantindo que não haja oneração indevida da Administração e preservando a integralidade do objeto.

Base da estimativa de custos – a estimativa de custos foi elaborada com base em metodologia paramétrica, utilização do Sistema EMOP e referências de mercado, compatível com o regime de contratação integrada, nos termos do art. 6º, inciso XXXII, da Lei nº 14.133/2021, constituindo referência para a formação do orçamento estimativo da contratação, observadas as disposições do art. 23, §2º, inciso I, e do art. 92, inciso V, da referida Lei.

Dessa forma, todos os reajustes e alterações contratuais respeitarão o princípio do equilíbrio econômico-financeiro, assegurando a continuidade, a qualidade e a integralidade da execução do objeto da contratação integrada, em estrita conformidade com a legislação vigente.

Registro e Transparência

Todos os pedidos de reajuste, acompanhados de memória de cálculo detalhada, deverão ser submetidos à



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

fiscalização da CEPT, que avaliará a consistência dos cálculos e emitirá termo de homologação do reajuste, assegurando a rastreabilidade e a transparência do processo.

12.FORO

Ficará eleito o Foro da Comarca de Maricá para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Referência, assim como do Edital de Convocação e do Contrato que o sucederão, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.DAS NORMAS TÉCNICAS

Além dos procedimentos técnicos previstos neste Contrato e nos documentos integrantes da contratação, terão validade, para todos os fins de direito, as normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as diretrizes e normas técnicas da SEDUC e demais normas aplicáveis, direta ou indiretamente relacionadas aos materiais, equipamentos, sistemas, etapas executadas e demais atividades vinculadas ao objeto contratado.

14.DA LEGISLAÇÃO APLICADA

Lei Federal nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022 e 078/2025 e Legislação pertinente ao objeto contratado.

Maricá, 27 de maio de 2026.

Cesar Cabral Nunes
Matrícula: 106414

Jhully Ana da Conceição Reis Salvaya
Matrícula: 3000231

Rodrigo de Moura Santos
Matrícula: 6364
Secretário(a) de Educação



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

(CONCORRÊNCIA PÚBLICA – OBRAS DE ENGENHARIA)

MINUTA DE CONTRATO

(PREGÃO ELETRÔNICO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU FORNECIMENTO CONTÍNUO)

Termo de Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE MARICÁ**, por meio do _____ [*órgão da Administração Direta*], ou a (o) _____ [*entidade da Administração Indireta*], como **CONTRATANTE**, e a _____, como **CONTRATADA**, para _____ [*prestação de serviços/fornecimento contínuo*] na forma abaixo.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na _____ [*endereço do órgão contratante*], o **MUNICÍPIO DE MARICÁ**, por meio do _____ [*órgão da Administração Direta*], ou _____ a(o) [*entidade da Administração Indireta*], a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [*autoridade administrativa competente para firmar o contrato*], e a sociedade _____, estabelecida na _____ [*endereço da sociedade CONTRATADA*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [*representante da sociedade adjudicatária*] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO [*SIGLA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE*] Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº ____/____/____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, pelos **Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022, 937/2022 e 078/2025**, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a contratação de _____ [*serviços/fornecimento contínuo*], devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo ____ do Edital de Pregão Eletrônico nº _____), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

nº ____/____, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal de R\$ _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) _____ [setor competente do órgão ou entidade licitante].

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no(a) _____ [setor competente do órgão ou entidade contratante].

Parágrafo Terceiro – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro, sem que o(a) _____ [órgão ou entidade licitante] esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração [a ser exigida nos contratos com cooperativa versando o fornecimento de mão-de-obra] de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no _____ [setor competente do órgão ou entidade licitante] e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de _____ () meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice _____, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice mensal relativo ao mês do orçamento estimado;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

[Sendo o serviço por escopo, incluir a seguinte previsão:]

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação, de acordo com o estabelecido no art. 518 do RGCAF.

[No caso de regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, incluir os seguintes parágrafos:]

Parágrafo Quarto – Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

Parágrafo Quinto – A repactuação terá data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 120 (cento e vinte) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo _____ do Edital de Pregão Eletrônico nº _____).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços caberá a comissão designada por ato do _____ [titular do órgão ou entidade licitante]. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

CLÁUSULA NONA – GARANTIA (INSERIR APENAS SE FOR O CASO DE PREVISÃO REQUERIDA PELA SECRETARIA REQUISITANTE. CASO CONTRÁRIO, NÃO INSERIR, RENUMERANDO AS CLÁUSULAS)

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de _____, no valor de R\$ _____ equivalente a ____ % (____ por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – O (a) [____ órgão ou entidade] se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção do contrato decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

1) Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – Na hipótese de **descontos da garantia** a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de **7 (sete) dias úteis**, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de **48 (quarenta e oito) horas**, sempre contados da utilização ou da notificação pelo _____ [____ órgão ou entidade], o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

2) Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro-Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021)

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de **XX (XXX)** dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro-garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Parágrafo Sétimo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato,

Parágrafo Nono – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

3) Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança–Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Sexto – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de **XX (XXX)** dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

Parágrafo Oitavo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Nono – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

4) Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

5) Caso seja utilizada garantia modalidade de Título de Capitalização (art. 96, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo quarto - O Título de Capitalização será custeado por pagamento único, na modalidade instrumento de garantia, com resgate pelo valor total e prazo de vigência idêntico ao prazo do contrato.

Parágrafo quinto - O Título de Capitalização deverá ser emitido por Sociedades de Capitalização autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com o Título de Capitalização, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo sexto - O Título de Capitalização emitido não poderá conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverá conter declaração expressa da Sociedade de Capitalização da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo sétimo - Na hipótese de Resgate do Título de Capitalização a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pelo _____ [órgão ou entidade], o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo oitavo - A CONTRATADA encaminhará ao CONTRATANTE cópia autenticada do Título de Capitalização antes da assinatura do contrato.

Parágrafo nono - Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo décimo - A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por _____ dias/meses contados da data de assinatura (ou da data estabelecida no memorando de início, se houver).

Parágrafo Primeiro – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos dos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

- I – prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;
- IV – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- V – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;
- VI – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:
- a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de Maricá ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Maricá ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de Maricá ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;
- d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.
- VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo(a) _____ [setor do órgão ou entidade contratante responsável pela fiscalização da execução do contrato], assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
- VIII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;
- IX – Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;
- X – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, aquiescer à adoção, entre outras medidas, a serem adotadas pela Administração **no momento da contratação**:
- a) condicionamento o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;
- b) depósito de valores em conta vinculada;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

c) em caso de inadimplemento, o pagamento das verbas trabalhistas aos seus titulares, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

d) estabelecimento de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

XI – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, apresentar quando, solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, autorizar a Administração CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

XIII – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XIV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XV – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVI – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XXII – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observadas as exigências constantes no ordenamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo órgão requisitante, na forma do Decreto Municipal nº 078/2025, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo _____ do Edital de Pregão Eletrônico nº _____).

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Parágrafo Segundo – Os serviços prestados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando às penalidades previstas no Parágrafo Primeiro, “d”;

Parágrafo Primeiro - Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o órgão requisitante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

- 1) 0,5% (meio por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 2) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

3) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e

4) A multa prevista nas alíneas “b” e “c” do Parágrafo Primeiro será aplicada conforme as infrações cometidas e o nível de gravidade respectivo, indicados na matriz de risco e tabela a seguir:

IMPACTO	Alto	6 (4%)	8 (8%)	9 (10%)
	Médio	3 (1,5%)	5 (3%)	7 (6%)
	Baixo	1 (0,5%)	2 (1%)	4 (2%)
		BAIXO	MÉDIO	ALTO
		PROBABILIDADE		

ITEM	DESCRIÇÃO	NÍVEL	MIN.	MÁX.
1	Deixar de manter, durante todo o período de vigência contratual, quaisquer das condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação.	9	10%	20%
2	Não entregar o objeto dentro dos prazos estabelecidos e na forma prevista neste Termo de Referência.	9	10%	20%
3	Não executar quaisquer das obrigações descritas no item 6 deste Termo de Referência.	9	10%	20%
4	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato.	9	10%	20%
5	Deixar de disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.	8	8%	20%
6	Deixar de dispor de serviço de plantão telefônico 24 (vinte e quatro) horas por dia durante todos os dias da semana, inclusive fim de semana e feriados.	8	8%	20%
7	Se recusar a corrigir os erros nos documentos emitidos em razão da execução do objeto do contrato apontados pela Fiscalização.	8	8%	20%
8	Deixar de responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus colaboradores e por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE e a terceiros.	8	8%	20%
9	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto.	8	8%	20%
10	Deixar de se responsabilizar pelos encargos trabalhista, fiscal e comercial, pelos seguros de acidente e quaisquer outros encargos resultantes da prestação do serviço.	7	6%	20%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

11	Deixar de encaminhar documentos fiscais e todas as documentações determinadas pelo fiscal do contrato para efeitos de atestar a entrega dos bens e comprovar regularizações.	6	4%	20%
12	Deixar de se responsabilizar pelas informações, documentos e relatórios entregues, bem como deixar de assinar os documentos, atas e relatórios produzidos.	6	4%	20%
13	Caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras.	6	4%	20%
14	Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do cumprimento de suas obrigações sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE	6	4%	20%
15	Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.	5	3%	20%
16	Deixar de relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do fiscal do Contrato ou pessoa designada pelo Secretário da pasta.	4	2%	20%
17	Deixar de se sujeitar à fiscalização do CONTRATANTE, tais como, mas não limitados a, resposta de e-mails, telefonemas, atendimento às orientações do fiscal do contrato e a prestação dos esclarecimentos formulados.	3	1,5%	20%
18	Deixar de relatar à CONTRATANTE toda e quaisquer irregularidades ocorridas, que impeça, altere ou retarde a execução do Contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento.	3	1,5%	20%
19	Deixar de comparecer às reuniões agendadas, sem prévia comunicação	3	1,5%	20%

5) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

Parágrafo Terceiro - Na gradação das multas administrativas serão observadas as seguintes regras:

- 1) Se o infrator, cumulativamente, não for reincidente na prática de infrações administrativas, não tiver agido com dolo e não tiverem ocorrido circunstâncias agravantes, o valor da multa será aplicado no mínimo previsto na tabela anterior;
- 2) Se, além dos elementos previstos no inciso anterior, a infração for cometida por pessoa física, microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas, o valor da multa deverá ser inferior a um quarto do valor máximo previsto para a respectiva infração, não podendo, em qualquer caso, ser inferior ao mínimo previsto na tabela anterior;
- 3) São circunstâncias que sempre agravam a penalidade, quando não constituem ou qualificam a infração:
 - a) Reincidência nas infrações;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

- b) Ausência de comunicação, pelo infrator, do risco de danos a bens, pessoas e serviços;
- c) Ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária ou por outro motivo torpe, ou coagindo outrem para a execução material da infração,
- d) Afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente;
- e) Causando danos à propriedade alheia;
- f) Mediante fraude ou abuso de confiança;
- g) No interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais;

Parágrafo Quarto - A sanção prevista na alínea "d" do Parágrafo Primeiro será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Parágrafo Quinto - A sanção prevista na alínea "e" do Parágrafo Primeiro será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 155 da Lei 14.133, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo Sexto - As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do Parágrafo Primeiro poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "b" e "c", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Oitavo - As multas previstas nas alíneas "b" e "c" do Parágrafo Primeiro não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Nono - As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Décimo - Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo Primeiro - A aplicação das sanções previstas no Parágrafo Primeiro não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Segundo - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Parágrafo Décimo Terceiro - Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nas alíneas "d" e "e" do Parágrafo Primeiro, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Jornal Oficial de Maricá - JOM.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior;
- Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- a devolução da garantia;
- os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VISÉSIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho, Código de Despesa _____, tendo sido empenhada a importância de R\$ _____, por meio da Nota de Empenho nº _____, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o Foro Central de Maricá para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município, na forma do Decreto Municipal nº 078/2025, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.
b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Maricá, _____ de _____ de _____.

Secretário ou Diretor de _____
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO VII - MATRIZ DE RISCO

OBJETO: Contratação integrada de empresa ou Consórcio especializado em engenharia para a elaboração dos projetos básico e executivo e execução da primeira etapa da implantação do Campus de Educação Pública Transformadora do Espraiado - CEPT do Espraiado, tendo como base o Anteprojeto elaborado.

MATRIZ DE RISCO

Evento de risco	Causa	Efeito / Consequência	Fase do processo de contratação	Probabilidade	Impacto	Resposta ao Risco	Ações Preventivas	Ações de Contingências	Responsável (Ações Preventivas e de Contingência)
-----------------	-------	-----------------------	---------------------------------	---------------	---------	-------------------	-------------------	------------------------	---



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Atraso na obtenção da licença prévia	Não atendimento dos prazos necessários para obtenção de licenças que podem comprometer a continuidade das atividades do projeto..	Comprometimento do cronograma estabelecido ;	Execução	Média	Alto	B	Monitorar os prazos e requisitos técnicos necessários com os órgãos competentes.	A CONTRATANTE se responsabiliza por acompanhar todas as etapas e emitir a licença em tempo hábil.	CONTRATANTE
Demora na obtenção ou manutenção de permissões e licenças	Não atendimento aos prazos para garantia da antecedência mínima da solicitação.	Perda ou não renovação de licenças que podem comprometer a continuidade das atividades do projeto.	Execução	Média	Alto	B	A empresa deve gerenciar todos os processos e custos para adquirir licenças e autorizações necessárias, de sua responsabilidade, junto aos órgãos reguladores, sem custos adicionais para a	Ajustar o cronograma conforme necessário.	CONTRATADA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

							CONTRATANTE.		
Não conformidade com exigências de licenciamento ambiental	Falha no atendimento das condições antes das licenças.	Multas e penalidades dos órgãos ambientais, além de possíveis atrasos e custos adicionais para cumprir o cronograma.	Execução	Baixa	Médio	C	Atendimento às condicionantes ambientais	Seguir planos e normas atinentes à segurança do trabalho e de resíduos sólidos da obra, com os devidos registros nos órgãos competentes.	CONTRATADA
Atraso nas ligações provisórias pelas concessionárias de serviços públicos	Solicitação tardia e/ou burocracia das concessionárias para atendimento.	Necessidade de realocar instalações e atualizar registros, gerando retardamento na execução dos trabalhos.	Execução	Média	Médio	C	A empresa deve organizar antecipadamente as solicitações de instalações e resolver pendências com os fornecedores de serviços públicos	Providenciar alternativas de ligações provisórias.	CONTRATADA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

							que possam afetar a obra.	
Interferência com concessórias de serviços públicos	Anteprojeto alocado sobre as redes de concessórias de serviços públicos.	Necessidade de remanejamento de redes já existentes pelas concessionárias, ocasionando atrasos e interrupções no cronograma. Possíveis atrasos na execução da obra, custos adicionais e comprometimento de prazos.	Execução	Média	Alto	B	A CONTRATADA deve realizar o levantamento o prévio das redes existentes e diligenciar os contatos, negociações e solicitações junto às concessionárias. A CONTRATANTE deve assumir os impactos de possíveis atrasos ou dificuldades decorrentes.	A CONTRATADA preverá em seus custos recurso necessário para fazer frente ao remanejamento das interferências. A CONTRATANTE deverá diligenciar junto as concessionárias de serviços públicos para que não ocorram atrasos ou aprovações.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Problemas de coordenação e interface com fornecedores e subcontratados	Dificuldades de desenvolvimento das atividades na obra.	Atraso no cronograma.	Execução	Muito Baixa	Médio	C	Gerenciar adequadamente os fornecedores e subcontratados.	Substituir os fornecedores que não estejam performando e encontrar alternativas/novas metodologias de execução para redução de prazo.	CONTRATADA
Vandalismo afetando materiais e equipamentos	Falha na vigilância do canteiro de obras e frentes de serviços	Aumento dos custos e atrasos no cronograma devido a reparos ou substituições.	Execução	Baixa	Baixo	C	Contratar serviço de vigilância.	Contratar seguro de canteiro de obras para cobrir tais riscos.	CONTRATADA
Dano às instalações finalizadas que ainda não foram entregues por culpa da CONTRATADA	Má gestão na execução do contrato.	Custos adicionais para refazer serviços danificados.	Execução	Baixa	Alto	C	Solicitar a emissão do termo de recebimento provisório parcial dos trechos funcionais da obra já concluídos.	A empresa deve refazer os serviços danificados por sua conta.	CONTRATADA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Atraso na aceitação da obra pelo cliente devido a falhas da CONTRATADA	Não atendimentos a qualidade requerida da obra.	Aumento dos custos relacionados à guarda e manutenção da obra.	Execução	Média	Médio	C	Atender às exigências do cliente e garantir a segurança e manutenção adequadas da obra.	Melhorar a gestão no controle de qualidade durante a execução dos serviços.	CONTRATADA
Atraso na aceitação da obra pela CONTRATANTE	Atraso injustificado no recebimento da obra por parte da CONTRATANTE, mesmo quando atendidos todos os requisitos.	Aumento dos custos e prazos.	Execução	Baixa	Médio	C	Formalizar critérios claros de inspeção e aceitação em contrato.	Adotar comunicação contínua para evitar objeções no momento da entrega. Caso seja necessário, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE, com base nos requisitos do Instrumento Convocatório.	CONTRATANTE



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Impactos de condições climáticas adversas	Índices pluviométricos acima da média histórica.	Danos às instalações e necessidade de refazer serviços, resultando em alterações no cronograma.	Execução	Média	Muito Alto	B	A CONTRATANTE deverá prever em seus estudos os riscos e os impactos no cronograma e custos.	A CONTRATANTE assumirá os riscos associados a variações climáticas fora da média histórica dos últimos 10anos.	CONTRATANTE
---	--	---	----------	-------	------------	---	---	--	-------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Interrupção ou impacto na execução do projeto devido à inspeção por entidades reguladoras	Não atendimento as normas técnicas e legislações vigentes.	Possíveis paralisações e custos adicionais decorrentes de atrasos e aplicação de multas em função de descumprimentos identificados durante as inspeções realizadas.	Execução	Baixa	Alto	C	Gerenciar contratos com rigor técnico, seguindo as normas aplicáveis de forma a minimizar riscos.	Planejar as atividades da obra com base em estratégias que preservem o cronograma geral, priorizando a eficiência e a adequação às exigências dos órgãos reguladores.	CONTRATADA
---	--	---	----------	-------	------	---	---	---	------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Alteração dos custos, dos quantitativos de serviços e/ou dos prazos de execução do projeto em razão das inovações propostas pela CONTRATADA.	Não atendimento as diretrizes do Anteprojeto	Possibilidade de retrabalho no projeto; eventuais impactos positivos ou negativos na margem de lucro da CONTRATADA, nos custos e no cronograma da obra.	Execução	Alta	Médio	B	As inovações propostas devem ser superiores às soluções originais, comprovando a redução de custos, aumento da qualidade, diminuição do prazo ou facilidade de manutenção/operacão, sem ônus para a CONTRATADA.	A CONTRATADA deve estudar as opções de projeto, materiais e técnicas nas áreas permitidas para inovação, maximizando o impacto positivo e o sucesso das propostas. A comunicacão da CONTRATADA com a Gestão/Fiscalizacão deve ser constante e eficiente.	CONTRATADA
--	--	---	----------	------	-------	---	---	--	------------





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Atraso na Desapropriação de Terrenos	Demora na liberação de áreas para construção.	Atraso no cronograma e aumento de custos.	Execução	Baixa	Médio	C	Antecipar possíveis contingências por meio do planejamento criterioso das etapas de desapropriação, em conjunto com órgãos competentes, para assegurar que as áreas sejam liberadas conforme o cronograma.	Realizar monitoramento contínuo do processo de desapropriação para identificar e solucionar potenciais atrasos de forma proativa.	CONTRATANTE
--------------------------------------	---	---	----------	-------	-------	---	--	---	-------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Mudanças nas Especificações de Serviços a pedido da CONTRATANTE	Necessidade de alteração do projeto devido a alterações de Normas e legislações vigentes.	Extensão do tempo de execução do contrato e variação nos custos associados.	Execução	Baixa	Médio	C	Acompanhar o status das revisões das normas técnicas e legislações vigentes.	Reequilíbrio econômico-financeiro para acomodar mudanças no escopo e/ou especificações, juntamente com uma extensão contratual para ajustar o cronograma.	CONTRATANTE
---	---	---	----------	-------	-------	---	--	---	-------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Falhas nos Projetos Básico e/ou Executivo	Não atendimento às diretrizes do Anteprojeto e/ou normas técnicas vigentes.	Variações nos custos de implantação e nos quantitativos, além de atrasos no cronograma devido a inadequações nos projetos executivos.	Execução	Baixa	Médio	C	Contratar empresas qualificadas e com alto grau de experiência na elaboração dos projetos executivos.	Garantir a contratação de uma empresa ou equipe qualificada para o Controle de Qualidade de Projetos (CQP), que revisará minuciosamente os projetos executivos antes do início da obra, de modo a identificar falhas, inconsistências e inadequações técnicas, mediante verificações sistemáticas.	CONTRATADA
---	---	---	----------	-------	-------	---	---	--	------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Riscos Geológicos	Não identificação de possíveis falhas geológicas.	Necessidade de execução de serviços para estabilização de estruturas subterrâneas devido às condições do solo.	Execução	Baixa	Alto	B	A CONTRATADA deverá, com base nos dados de sondagens realizados, adotar um plano de execução que contemple soluções técnicas apropriadas para as condições do solo presentes e coerentes com tais levantamentos.	Contratar seguro de risco geológico para cobrir tais riscos.	CONTRATADA / SEGURADORA
-------------------	---	--	----------	-------	------	---	--	--	-------------------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Patrimônio Artístico e Cultural	Não identificação de materiais arqueológicos presentes na obra.	Custos e atrasos resultantes de pesquisas e achados arqueológicos, ou quaisquer interferências relacionadas ao patrimônio histórico, artístico e cultural de qualquer natureza que venham a ocorrer.	Execução	Média	Muito Alto	B	Acompanhar cuidadosamente os serviços de escavação, terraplanagem e execução de fundações de forma a evitar danos aos materiais arqueológicos.	Colaborar com autoridades locais e especialistas para garantir a preservação adequada do patrimônio encontrado, documentar as descobertas, ajustar o cronograma e o orçamento do projeto por meio de aditivos de prazo e valor, contemplando as necessidades imprevistas decorrentes das descobertas.	CONTRATANTE
---------------------------------	---	--	----------	-------	------------	---	--	---	-------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Eventos de Caso Fortuito ou Força Maior	Ocorrência de fatores imprevisíveis e/ou de consequências incalculáveis.	Variações nos custos e atrasos no cronograma devido a eventos imprevistos e incontáveis.	Execução	Média	Muito Alto	B	Implementar cláusulas contratuais claras para garantir a revisão dos prazos e o reequilíbrio econômico-financeiro em decorrência de tais eventos, assegurando a proteção dos interesses da CONTRATANTE e da CONTRATADA.	Acionar cláusulas contratuais claras para garantir a revisão dos prazos e o reequilíbrio econômico-financeiro em decorrência de tais eventos, assegurando a proteção dos interesses da CONTRATANTE e da CONTRATADA.	CONTRATANTE
---	--	--	----------	-------	------------	---	---	---	-------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

3. PROCEDIMENTOS E REPERCUSSÕES DA OCORRÊNCIA DE EVENTOS

3.1. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados, a CONTRATADA deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, salvo se outro prazo for previsto no Contrato, informar a CONTRATANTE sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que adotará para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;

d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não serão cumpridas em razão do evento e;
e) Outras informações relevantes.

3.1.1. Após a notificação, a CONTRATANTE decidirá quanto ao ocorrido ou solicitará esclarecimentos adicionais à CONTRATADA.

3.1.1.1. A CONTRATANTE poderá decidir pela isenção temporária da CONTRATADA no cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo evento.

3.1.1.2. A CONTRATANTE avaliará a aplicação de penalidades conforme previsto no contrato.

3.1.1.3. As decisões referentes à isenção e à aplicação de penalidades não estão necessariamente vinculadas entre si, mas devem manter uma correspondência lógica e não se contradizerem.

3.2. O reconhecimento pela CONTRATANTE da ocorrência de eventos mencionados nesta Matriz, que impactem o cumprimento das obrigações e cuja responsabilidade recaia exclusivamente sobre a CONTRATADA, não resultará em obrigação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

3.3. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior, sendo, ainda, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

3.3.1. Caso o objeto do contrato se torne impossível de ser cumprido, as partes deverão se reunir e buscar soluções alternativas, como a modificação das condições contratuais. Se todas as medidas para mitigar os efeitos se mostrarem ineficazes, e a manutenção do contrato se tornar impossível, inviável ou excessivamente onerosa, poderá ser acordada uma rescisão amigável do contrato, com justa compensação.

3.4. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

3.5. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências inevitáveis, incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos acima, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

MATRIZ DE RISCO

OBJETO: Contratação integrada de empresa ou Consórcio especializado em engenharia para a elaboração dos projetos básico e executivo e execução da primeira etapa da implantação do Campus de Educação Pública Transformadora do Espriado - CEPT do Espriado, tendo como base o Anteprojeto elaborado..

MAPA E MATRIZ DE RISCO - CLASSIFICAÇÕES

Categoria analisada	Classificação	Pontuação
Probabilidade	Muito Baixa	1
	Baixa	2
	Média	3
	Alta	4
	Muito Alta	5
Impacto	Muito Baixo	1
	Baixo	2
	Médio	3
	Alto	4
	Muito Alto	5

Resposta ao Risco ¹		
Classificação	Explicação	Pontuação
A = Ação Imediata	A resposta deve ser imediata para eliminar as causas / efeitos. Risco absolutamente inaceitável.	16 a 25
B = Ação de Médio e Curto Prazo	A resposta deve reduzir a probabilidade ou impacto dos riscos a níveis aceitáveis.	10 a 15
C = Monitoramento e Gestão	Controles devem ser mantidos e aperfeiçoados para gestão do risco.	3 a 9
D = Risco Controlável	Risco dentro da tolerância. Manter controles existentes.	1 a 2

OBS: 1. A pontuação para se chegar a "Resposta ao Risco" se obtém pela **mutiplicação** da pontuação da **Probabilidade** pela pontuação do **Impacto**.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO VIII - MODELO DE EVENTOGRAMA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MARICÁ

Rua Jovino Duarte de Oliveira, 481, Galpão Central, 2º andar, Aeroporto de Maricá • Centro • CEP 24901-130

Maricá - Rio de Janeiro

DATA BASE DO PREÇO:

OBRA : CEPT

LOCAL :

ÁREA CONSTRUÍDA:

PLANILHA ANALÍTICA DE SERVIÇOS E PREÇOS

ENCARGOS SOCIAIS:

BDI GERAL:

BDI DIFERENCIADO:

DATA DE ELABORAÇÃO DA
PLANILHA:

PRAZO DA OBRA =

REVISÃO 00

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL	PREÇO TOTAL
	OBRA - CEPT	100,00%	
1	PROJETOS		
1.1	PROJETOS BÁSICOS		
1.1.2	PROJETO BÁSICO DE ESTRUTURAS		
1.1.3	PROJETO BÁSICO DE SISTEMAS		
1.1.4	PROJETO BÁSICO DE URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO		
1.1.5	PROJETO BÁSICO DE HIDROLOGIA E DRENAGEM		
1.1.6	PROJETO BÁSICO DE TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO		
1.2	PROJETOS EXECUTIVOS		
1.2.1	PROJETO BÁSICO DE ESTRUTURAS		
1.2.2	PROJETO BÁSICO DE SISTEMAS		
1.2.3	PROJETO BÁSICO DE URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO		
1.2.4	PROJETO BÁSICO DE HIDROLOGIA E DRENAGEM		
1.2.5	PROJETO BÁSICO DE TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO		
2	ESCOLA CEPT		
2.1	PRÉDIO DE ADMINISTRAÇÃO		
2.1.2	FUNDAÇÕES		
2.1.3	ESTRUTURA		
2.1.4	ACABAMENTOS		
2.1.5	SISTEMAS		
2.1.6	INSTALAÇÕES		
2.1.7	ILUMINAÇÃO		
2.2	BIBLIOTECA		
2.2.1	FUNDAÇÕES		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

2.2.2	ESTRUTURA		
2.2.3	ACABAMENTOS		
2.2.4	SISTEMAS		
2.2.5	INSTALAÇÕES		
2.2.6	ILUMINAÇÃO		
2.3	ANEXOS FUNDAMENTAL I E II (06 UNIDADES)		
2.3.1	FUNDAÇÕES		
2.3.2	ESTRUTURA		
2.3.3	ACABAMENTOS		
2.3.4	SISTEMAS		
2.3.5	INSTALAÇÕES		
2.3.6	ILUMINAÇÃO		
2.4	REFEITÓRIO (02 UNIDADES)		
2.4.1	FUNDAÇÕES		
2.4.2	ESTRUTURA		
2.4.3	ACABAMENTOS		
2.4.4	SISTEMAS		
2.4.5	INSTALAÇÕES		
2.4.6	ILUMINAÇÃO		
2.5	HORTA		
2.5.1	FUNDAÇÕES		
2.5.2	ESTRUTURA		
2.5.3	ACABAMENTOS		
2.5.4	INSTALAÇÕES		
2.6	FAZENDINHA		
2.6.1	FUNDAÇÕES		
2.6.2	ESTRUTURA		
2.6.3	ACABAMENTOS		
2.6.4	INSTALAÇÕES		
2.7	ESTACIONAMENTO 01		
2.7.1	PAVIMENTAÇÃO		
2.7.2	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL		
2.7.3	SINALIZAÇÃO VERTICAL		
2.7.4	ILUMINAÇÃO		
2.8	ESTACIONAMENTO 02		
2.8.1	PAVIMENTAÇÃO		
2.8.2	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL		
2.8.3	SINALIZAÇÃO VERTICAL		
2.8.4	ILUMINAÇÃO		
2.9	SUBESTAÇÃO		
2.9.1	FORNECIMENTO EQUIPAMENTOS		
2.9.2	INSTALAÇÃO		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

2.9.3	COMISSIONAMENTO		
2.10	ESTAÇÃO TRATAMENTO ESGOTO		
2.10.1	FORNECIMENTO EQUIPAMENTOS		
2.10.2	INSTALAÇÃO		
2.10.3	COMISSIONAMENTO		
3	URBANIZAÇÃO EXTERNA E PAISAGISMO		
3.1	PAVIMENTAÇÃO E CALÇAMENTO		
3.2	SINALIZAÇÃO		
3.3	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO		
3.4	DRENAGEM		
3.5	ILUMINAÇÃO		





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO IX – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

(SERÁ DISPONIBILIZADO NO COMPRASGOV E NA PAGINA OFICIAL DA PREFEITURA)





Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO X – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1. AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

A avaliação das propostas será efetuada mediante a soma das pontuações atribuídas à Qualificação Técnica e ao Preço. A nota referente à Qualificação Técnica terá um peso de 70% (setenta por cento), enquanto a nota de Preço corresponderá a 30% (trinta por cento), totalizando assim 100% (cem por cento) do critério de julgamento.

1.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA: 70%

A análise técnica das propostas será realizada considerando parâmetros que assegurem a capacidade da licitante em atender às demandas do projeto. A empresa deverá demonstrar pleno entendimento do objeto contratado, incluindo o escopo dos trabalhos, os projetos a serem desenvolvidos, as particularidades da região de execução e os desafios inerentes à complexidade das atividades. Adicionalmente, será exigida a comprovação de experiência prévia em serviços similares, a qualificação adequada da equipe técnica e a disponibilidade de recursos para a execução eficiente do projeto.

A pontuação técnica será obtida a partir de uma Nota Técnica (NT), com valor máximo de 100 (cem) pontos. Essa nota será formada pela soma das pontuações atribuídas aos seguintes aspectos:

- **Histórico de Atuação da Empresa (até 35 pontos):** A experiência da empresa será avaliada com base na comprovação de serviços já realizados em projetos de características similares, por meio de documentos que atestem sua competência e desempenho em atividades correlatas. A análise considerará a relevância, a qualidade e o histórico dos projetos apresentados, sendo esses fatores determinantes para verificar a aptidão da licitante em atender às especificações e demandas previstas neste edital.
- **Capacitação da Equipe Profissional (até 30 pontos):** A qualificação dos profissionais indicados será avaliada com base na formação acadêmica, experiência prática e competências diretamente relacionadas às atividades do projeto. A análise terá como referência a apresentação de atestados técnicos e tempo de experiência, que deverão evidenciar habilidades técnicas e vivências em projetos de natureza similar. Serão priorizados perfis que demonstrem sólida capacitação e histórico comprovado de atuação em funções correlatas, assegurando que a equipe possua as condições necessárias para atender plenamente às exigências estabelecidas neste edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

- **Compreensão do Objeto e Estruturação do Plano de Trabalho (até 35 pontos):** A compreensão do objeto e a estruturação do plano de trabalho envolvem a avaliação da capacidade da licitante em reconhecer os desafios específicos do projeto e propor soluções eficazes e alinhadas às necessidades apresentadas, juntamente com um plano de trabalho detalhado e organizado. Isso inclui a clareza na identificação das dificuldades potenciais e a adequação das estratégias propostas para superar esses desafios, demonstrando planejamento e preparo técnico para a execução das atividades. O plano será avaliado pela sua estrutura bem organizada, metodologias consistentes e alinhamento com o objeto do edital, considerando a clareza na descrição das etapas, a lógica na sequência de execução e a viabilidade prática da proposta. A capacidade de atender aos prazos estipulados e a adequação das estratégias apresentadas serão cruciais para a pontuação, enfatizando a importância do plano como elemento central no julgamento técnico.

A fórmula para o cálculo da Nota Técnica será expressa como:

$$\text{NT} = \text{Pontuação do Histórico} + \text{Pontuação da Equipe} + \text{Pontuação de Compreensão e Plano de Trabalho}$$

A tabela abaixo detalha a composição da pontuação técnica:

Aspecto Avaliado	Pontuação Máxima
Histórico de Atuação	35
Capacitação da Equipe	30
Compreensão do Objeto e Plano de Trabalho	35
Total de Pontos	100

As propostas técnicas deverão ser elaboradas de acordo com os critérios acima definidos, garantindo uma avaliação objetiva e transparente por parte da comissão responsável. A veracidade das informações fornecidas poderá ser verificada por meio de diligências. Se a autenticidade das



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

informações sobre a capacidade técnica não puder ser confirmada, a licitante será desqualificada e poderá estar sujeita às penalidades previstas neste edital.

1.1.1. HISTÓRICO DE ATUAÇÃO DA EMPRESA (ATÉ 35 PONTOS):

A avaliação do histórico operacional da empresa será baseada nos serviços realizados na elaboração de projetos, bem como na execução de obras. A pontuação será atribuída de acordo com os critérios especificados na TABELA A. A empresa deve fornecer documentação comprobatória por meio de atestados, acompanhados das certidões de acervo operacional (CAO) ou certidões de acervo técnico (CAT), regularmente emitidos pelo Conselho Profissional competente, atestando a realização de serviços semelhantes ao objeto desta licitação. Os documentos devem detalhar os contratos, identificar as partes envolvidas e descrever minuciosamente os serviços executados.

Os atestados ou certidões de competência—devem incluir, mas não se limitar, às seguintes informações:

- Descrição do objeto do contrato;
- Características das atividades e serviços prestados;
- Valor total do empreendimento e participação percentual da licitante;
- Período de execução das atividades e serviços;
- Datas de participação da empresa em consórcio, se aplicável;
- Descrição das funções desempenhadas pela empresa no consórcio, se aplicável;
- Localização das atividades e serviços executados;
- Razão social do emitente;
- Nome e identificação do responsável.

Os atestados podem referir-se a contratos ainda em execução ou parciais, desde que os aspectos técnicos e quantitativos do trabalho já executados satisfaçam os requisitos deste edital. A licitante deve apresentar essas informações de forma clara e completa.

Os serviços atestados devem ser compatíveis com os sistemas e soluções propostos pela empresa para o objeto desta licitação. A nota final para o Histórico Operacional da Empresa será calculada somando as pontuações obtidas nos itens da TABELA A.

TABELA A – Avaliação da Proficiência Técnica da Empresa: Projetos e Execução de Obras (Máximo de 35 Pontos)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

A presente tabela tem por finalidade estabelecer os critérios objetivos de pontuação relativos à proficiência técnica da licitante, considerando sua experiência comprovada na elaboração de projetos e na execução de obras, compatíveis com os serviços desta licitação.

A avaliação será realizada com base nos atestados de capacidade técnica e nas respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT ou Certidões de Acervo Operacional – CAO, quando aplicáveis, apresentados pela licitante, observados os parâmetros e limites definidos a seguir:

Item	Quant. Atestados (Máx.)	Avaliação de experiência da proponente	Pontuação por Atestado	Pontuação Máxima (Pontos)	
1	2	Elaboração de projeto básico e/ou executivo de edificações não residenciais, contendo no mínimo as disciplinas de arquitetura, fundações, estrutural, climatização, incêndio, exaustão, sonorização, tratamento acústico, elétrica e hidrossanitário, com no mínimo 12.500 m ² de área construída.	4	8	
2	2	Elaboração de projeto básico e/ou executivo de esgotamento sanitário em edificações não residenciais, incluindo estação de tratamento de esgoto (QUALITATIVO)	2	4	
3	2	Construção de edificações não residenciais, com no mínimo 12.500 m ² de área construída.	3	6	
4	2	Construção de esgotamento sanitário em edificações não residenciais, incluindo estação de tratamento de esgoto, com no mínimo 12.500 m ² de área construída.	2	4	
5	2	Implantação de obras com edificações não residenciais contendo serviços de terraplenagem, pavimentação, passeios, meio fio, iluminação externa, drenagem e paisagismo. (QUALITATIVO)	2	4	
6	2	Execução de obras com edificações não residenciais com a implantação de sistema de geração de energia fotovoltaica (QUALITATIVO)	1	2	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

7	2	Execução de obras com edificações não residenciais com a implantação de instalações de combate a incêndio, com no mínimo 12.500 m ² de área construída.	1	2	
8	2	Execução de obras com edificações não residenciais com a implantação de instalações elétricas, com no mínimo 12.500 m ² de área construída, contendo subestação.	1,5	3	
9	2	Implantação de instalações de climatização, em edificações não residenciais, com no mínimo 12.500 m ² de área construída.	1	2	
PONTUAÇÃO TOTAL MÁXIMA:				35	

Para comprovar o quantitativo mínimo e a capacidade técnica, de cada item listado na TABELA A, deverá ser realizada da seguinte forma:

No caso de participação como Licitante individual, não será permitido para efeitos de comprovação dos quantitativos mínimos, a somatória das quantidades descritas em mais de um atestado. É vedado, portanto, o somatório de múltiplos atestados para atendimento de cada um dos itens da tabela.

No caso de participação como Licitante em consórcio, para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos para cada item, será aceito apenas um atestado técnico por item, proveniente de uma das empresas consorciadas. É expressamente vedado, o somatório de atestados da mesma consorciada para comprovar a qualificação técnica em um único item da tabela.

No caso de obras ou serviços realizados em consórcio, será obrigatória a apresentação das respectivas Certidões de Acervo Operacional (CAOs) ou Certidões de Acervo Técnico (CATs), emitidas em nome das empresas consorciadas ou do consórcio. Essas certidões deverão informar, de maneira detalhada, a porcentagem de participação de cada consorciado ou, na sua ausência, será admitida a participação conforme o termo de constituição ou a relação de partilha do consórcio.

A pontuação correspondente ao Histórico de Atuação da Empresa será obtida pela soma das notas atribuídas na TABELA A, totalizando até 35 (trinta e cinco) pontos, conforme os critérios estabelecidos neste edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

A falta de comprovação das quantidades mínimas descritas para cada um dos itens da TABELA A, o Licitante não receberá pontuação referente ao(s) item(s) não comprovados, e será desclassificado.

1.1.2. **CAPACITAÇÃO DA EQUIPE PROFISSIONAL (ATÉ 30 PONTOS):**

A licitante deverá apresentar a atestação da equipe técnica dos serviços a serem executados, previstos neste edital. A avaliação será realizada com base nos critérios e pontuações definidos na TABELA B, abaixo, considerando as qualificações, experiências e comprovações técnicas dos profissionais indicados.

Os atestados apresentados deverão ser acompanhados de uma declaração formal assinada por cada profissional, comprometendo-se a prestar os serviços descritos durante toda a vigência do contrato, caso a empresa seja a vencedora.

A formação e qualificação da equipe devem estar alinhadas às diretrizes e necessidades do projeto, observando os critérios detalhados na TABELA B, abaixo:

TABELA B – Equipe Profissional (Máximo de 30 Pontos)

Item	Equipe	Quant. Atestados (Máx.)	Exigências de Qualificação Profissional	Pontuação por Atestado	Pontuação Máxima (Pontos)	
1	Equipe de Projetos	2	Engenheiro Civil ou Arquiteto com experiência na direção ou coordenação ou supervisão no desenvolvimento de Projetos Básicos e/ou Executivos de edificações não residenciais.	1,5	3	
2		2	Engenheiro Civil ou Arquiteto com experiência no desenvolvimento de Projetos Básicos e/ou Executivos de Arquitetura de edificações não residenciais.	1,5	3	
3		2	Engenheiro Civil com experiência no desenvolvimento de Projetos Básicos e/ou Executivos Estruturais de edificações não residenciais.	1,5	3	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

4		2	Engenheiro Civil com experiência no desenvolvimento de Projetos Básicos e/ou Executivos de Instalações Hidráulicas de edificações não residenciais.	1,5	3	
5		2	Engenheiro Civil com experiência no desenvolvimento de Projetos Básicos e/ou Executivos de Proteção e Combate a Incêndios de edificações não residenciais.	1,5	3	
6		2	Engenheiro Mecânico com experiência no desenvolvimento de Projetos Básicos e/ou Executivos de Instalação de Sistema Climatização de edificações não residenciais.	1,5	3	
7		2	Engenheiro com experiência na direção ou coordenação ou supervisão na execução de obras de edificações não residenciais.	1,5	3	
8		2	Engenheiro com experiência na construção de esgotamento sanitário em edificações não residenciais.	1,5	3	
9	Equipe de Obras	2	Engenheiro com experiência na execução de obras de edificações não residenciais, com implantação de instalações de combate a incêndio.	1,0	2	
10		2	Engenheiro Eletricista (responsável técnico) com experiência na execução de obras de edificações não residenciais, com a implantação de instalações elétricas contendo subestação.	1,0	2	
11		2	Engenheiro Mecânico com experiência na execução de obras de edificações não residenciais contendo instalações e montagem de sistema de climatização.	1,0	2	
PONTUAÇÃO TOTAL MÁXIMA:					30	

NOTA: Para a obtenção da pontuação máxima da TABELA B, será mediante a apresentação de 02 (dois) atestados para atendimento de cada um dos itens ou de 01 (um) atestado para obter a pontuação mínima.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Observações:

1. A comprovação do vínculo empregatício dos profissionais deverá ser realizada conforme as seguintes condições:
 - 1.1. Para empregados, é necessário apresentar a ficha ou livro de registro de empregados e/ou a cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
 - 1.2. Para sócios diretores, a comprovação deverá ser feita por meio do contrato social ou da ata de eleição da diretoria.
 - 1.3. Consultores deverão emitir uma declaração de compromisso assinada, confirmando a participação na equipe caso a licitante seja vencedora.
 - 1.4. Também será aceito contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil, comprovando a disponibilidade do profissional para os trabalhos previstos.
2. Poderá ser apresentado um ou mais profissionais, para compor a equipe de qualificação profissional, detentores de atestados que atendam às exigências de cada um dos itens de serviços na TABELA B.
3. Os atestados devem ser emitidos por entidades públicas ou privadas, devidamente registrados no CREA ou CAU, e acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CATs).
4. Atestados emitidos no exterior devem ser acompanhados de tradução oficial para o português, realizada por tradutor juramentado e autenticada pelos consulados ou apostilado ou registrada em cartório, conforme as exigências legais.
5. A pontuação máxima para este item será de 30 (trinta) pontos.
6. Na falta da experiência descrita para cada um dos itens da TABELA B, o Licitante não receberá pontuação referente ao(s) item(s) não comprovados, mas não será desclassificado
7. Documentos que não atendam aos critérios mínimos exigidos serão desconsiderados para fins de pontuação.

1.1.3. Compreensão do Objeto e Estruturação do Plano de Trabalho (até 35 pontos):

O Relatório de Compreensão do Objeto, Plano de Trabalho e Metodologia deve ser um documento abrangente e estruturado, demonstrando um conhecimento aprofundado sobre o objeto da licitação. Esse material deve apresentar uma descrição precisa e bem fundamentada dos principais aspectos do projeto, alinhada com os requisitos estabelecidos no edital e seus anexos.

A licitante deve demonstrar na TABELA C um entendimento amplo e uma abordagem sistêmica compatível com as especificações e normativas vigentes, pois esse conhecimento aprofundado é



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

determinante para a definição da metodologia e do planejamento mais adequado à execução do projeto.

A seção referente ao Plano de Trabalho deve detalhar minuciosamente as atividades a serem realizadas, descrevendo a abordagem metodológica, os processos de execução e os respectivos fluxogramas, cronogramas e matrizes de responsabilidade. A escolha da metodologia deve estar fundamentada no entendimento do objeto e nos desafios específicos do projeto, garantindo a adoção das melhores práticas e soluções técnicas.

A proponente deverá apresentar propostas que ofereçam vantagens objetivamente mensuráveis em qualidade, produtividade, durabilidade, segurança, operação, economia e/ou outro benefício para a administração pública na execução dos serviços objeto desta licitação.

Ademais, a organização proposta para a execução dos serviços deve ser claramente delineada, apresentando o organograma da equipe alocada para o projeto. Essa estrutura organizacional deve ser coerente com a complexidade do objeto licitado, assegurando que os profissionais envolvidos possuam as competências necessárias para o cumprimento adequado das atividades e que estejam alinhados com as metodologias definidas.

No que diz respeito ao planejamento logístico, é essencial que sejam consideradas as particularidades do empreendimento, detalhando abordagens para cumprir os prazos estipulados e minimizar impactos negativos. Metodologias e soluções técnicas devem ser explicitadas, visando otimizar a produtividade e garantir padrões elevados de qualidade na execução das obras. O planejamento logístico também deve estar alinhado à compreensão do objeto, assegurando que os desafios específicos sejam abordados de maneira eficaz.

Adicionalmente, a licitante deve demonstrar conhecimento aprofundado sobre a área de implantação do projeto, apresentando ações voltadas para garantir uma relação harmônica com o entorno. Esse aspecto é crucial para evidenciar o comprometimento com soluções sustentáveis e eficazes.

A contratada será integralmente responsável por todos os custos associados à elaboração e implementação das inovações e deverá garantir que as soluções propostas não comprometam o cronograma, a funcionalidade, a segurança e a durabilidade do empreendimento. As frações do projeto não listadas no apêndice mencionado são consideradas imutáveis, devendo ser executadas conforme o projeto original.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

COMPREENSÃO DO OBJETO:

1. COMPREENSÃO DO EMPREENDIMENTO, CONDICIONANTES E PONTOS CRÍTICOS

Avalia-se o grau de compreensão do objeto pela licitante, considerando a clareza na descrição do empreendimento, a identificação dos elementos essenciais e dos principais desafios técnicos envolvidos. A análise deverá contemplar os pontos críticos do projeto, com apresentação de soluções tecnicamente fundamentadas para mitigação de riscos, demonstrando coerência com os objetivos do empreendimento, viabilidade de execução e atendimento às normas técnicas e requisitos estabelecidos no edital.

2. PLANEJAMENTO DE RECURSOS, LOGÍSTICA E VIABILIDADE OPERACIONAL

Avalia-se a capacidade da licitante em estruturar o planejamento dos recursos humanos, materiais e equipamentos, bem como o esquema logístico necessário à execução do empreendimento. A análise considerará a consistência e o detalhamento das informações apresentadas, a racionalidade na alocação dos recursos e a compatibilidade com os cronogramas propostos, de modo a assegurar a eficiência operacional, a minimização de impactos à execução e a otimização dos processos construtivos.

3. ADEQUAÇÃO TÉCNICA DAS SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS E MÉTODOS EXECUTIVOS

Avalia-se a pertinência e a consistência das técnicas construtivas e dos métodos executivos propostos para a realização das obras civis, considerando sua adequação às características do empreendimento. A análise contemplará a capacidade das soluções apresentadas em promover ganhos de qualidade, eficiência de custos e otimização de prazos, bem como a solidez das justificativas técnicas que fundamentam sua aplicação, demonstrando viabilidade, racionalidade construtiva e alinhamento com as melhores práticas de engenharia.

4. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES LOCAIS, INTERFACE COM O ENTORNO E GESTÃO DE IMPACTOS

Avalia-se a capacidade da licitante em analisar as características da área de execução e em propor medidas adequadas para a gestão da interface com o entorno, considerando aspectos urbanos, operacionais, ambientais e sociais. A análise abrangerá as estratégias apresentadas para minimização de impactos no tráfego de veículos e pedestres, a preservação da segurança e da integridade das edificações circunvizinhas, bem como as ações voltadas à interação positiva com a comunidade e ao atendimento aos princípios de sustentabilidade, demonstrando compatibilidade com as condições locais e viabilidade de execução do empreendimento.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

PLANO DE TRABALHO:

5. ESTRUTURAÇÃO DO PLANEJAMENTO EXECUTIVO E SEQUENCIAMENTO DAS ATIVIDADES

Avalia-se a capacidade da licitante em mapear, estruturar e organizar as atividades necessárias à execução do empreendimento, contemplando todas as etapas do projeto. A análise considerará a clareza na descrição de cada atividade, a metodologia construtiva adotada e a definição da sequência lógica de execução, observando a coerência entre as etapas e a viabilidade do planejamento proposto. A seleção das metodologias deverá estar fundamentada no conhecimento técnico e na análise detalhada do objeto, demonstrando aderência às características do empreendimento e racionalidade na condução dos serviços.

6. IDENTIFICAÇÃO, ANÁLISE E GERENCIAMENTO DE INTERFERÊNCIAS EXTERNAS

Avalia-se a capacidade da licitante em identificar e analisar interferências existentes ou potenciais que possam impactar a execução do empreendimento, em especial aquelas relacionadas às concessionárias de serviços públicos e a outros agentes intervenientes. A avaliação considerará a clareza do diagnóstico apresentado e a proposição de medidas preventivas e mitigadoras destinadas à redução de riscos, à prevenção de paralisações e à mitigação de impactos durante a execução da obra. Essa análise é essencial para demonstrar a adequação da metodologia proposta, a consistência do planejamento executivo e a viabilidade técnica da abordagem adotada.

7. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PLANEJAMENTO EXECUTIVO E CONSISTÊNCIA DO CRONOGRAMA

Avalia-se a clareza e a consistência da representação gráfica do planejamento das atividades, por meio da apresentação de fluxogramas que evidenciem o encadeamento lógico das etapas e a forma de gestão das interfaces entre elas. A análise considerará a capacidade da licitante em demonstrar, de maneira objetiva, a interação entre os diversos agentes envolvidos no projeto e a coerência entre o plano de trabalho e a metodologia adotada.

Adicionalmente, será avaliada a apresentação de cronograma executivo detalhado, fornecido em formato digital editável, elaborado em sistema MS Project ou similar, bem como em versão impressa, contemplando as datas de início e término das atividades por frente de serviço. A coerência entre o cronograma, a metodologia proposta, o Plano de Ataque e a compreensão do objeto será determinante para a verificação da viabilidade do planejamento e da estratégia de execução do empreendimento.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

8. ESTRATÉGIA EXECUTIVA, PLANEJAMENTO OPERACIONAL E PLANO DE ATAQUE

Avalia-se a consistência e a clareza da estratégia executiva proposta para a realização do empreendimento, considerando a definição das fases, das sequências de trabalho e da segmentação das frentes de serviço. A análise abrangerá a capacidade da licitante em estruturar uma abordagem operacional que assegure a eficiência da execução, a racionalização dos recursos e o cumprimento dos prazos contratuais.

O Plano de Ataque deverá evidenciar o alinhamento com os cronogramas apresentados, priorizar a minimização de impactos no entorno e demonstrar coerência com as condições locais de execução. Poderão ser utilizados elementos gráficos e visuais para facilitar a compreensão pela comissão de licitação. A estruturação do plano deverá derivar diretamente do conhecimento do objeto, assegurando que as estratégias executivas propostas estejam adequadamente alinhadas às necessidades, restrições e objetivos do empreendimento.

9. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, ALOCAÇÃO DE RECURSOS E SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

Avalia-se a adequação da estrutura organizacional proposta para a execução do empreendimento, considerando a apresentação de organograma funcional que evidencie, de forma clara, a composição da estrutura administrativa, das equipes de campo e dos apoios técnicos e laboratoriais, quando aplicável. A análise abrangerá a coerência do cronograma de permanência e alocação dos recursos humanos, bem como o planejamento dos equipamentos necessários para cada etapa da obra, em compatibilidade com o escopo, o cronograma e a complexidade dos serviços.

Será igualmente avaliada a existência e a consistência de um sistema independente de controle da qualidade, aplicado aos projetos e à execução, demonstrando capacidade de assegurar conformidade técnica, rastreabilidade e atendimento aos requisitos contratuais. A definição da estrutura organizacional e dos recursos deverá estar fundamentada no conhecimento do objeto e nos desafios inerentes ao empreendimento, garantindo o adequado dimensionamento dos recursos humanos e materiais, a especificação dos insumos a serem empregados e a clara definição da forma de interação entre os diversos agentes envolvidos na execução do projeto.

A TABELA C, abaixo, detalha os critérios de pontuação que serão utilizados na avaliação das propostas:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

ITEM DE AVALIAÇÃO	DESCRIÇÃO DOS NÍVEIS E PONTUAÇÃO
1. COMPREENSÃO DO EMPREENDIMENTO, CONDICIONANTES E PONTOS CRÍTICOS	<ul style="list-style-type: none">• Omitido (0 pts): Nenhuma evidência apresentada ou documentação insuficiente.• Parcial (3 pts): Entendimento genérico, com identificação limitada dos pontos críticos.• Satisfatório (6 pts): Entendimento claro do empreendimento, identificação dos pontos críticos e proposição fundamentada de soluções.
2. PLANEJAMENTO DE RECURSOS, LOGÍSTICA E VIABILIDADE OPERACIONAL	<ul style="list-style-type: none">• Omitido (0 pts): Nenhuma evidência apresentada ou documentação insuficiente.• Parcial (3 pts): Entendimento genérico, com identificação limitada dos pontos críticos.• Satisfatório (6 pts): Entendimento claro do empreendimento, identificação dos pontos críticos e proposição fundamentada de soluções.
3. ADEQUAÇÃO TÉCNICA DAS SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS E MÉTODOS EXECUTIVOS	<ul style="list-style-type: none">• Omitido (0 pts): Não apresenta estrutura organizacional.• Parcial (1 pt): Estrutura apresentada de forma incompleta.• Satisfatório (2 pts): Estrutura organizacional compatível com o porte e complexidade do empreendimento.
4. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES LOCAIS, INTERFACE COM O ENTORNO E GESTÃO DE IMPACTOS	<ul style="list-style-type: none">• Omitido (0 pts): Nenhuma evidência apresentada ou documentação insuficiente.• Parcial (3 pts): Entendimento genérico, com identificação limitada dos pontos críticos.• Satisfatório (6 pts): Entendimento claro do empreendimento, identificação dos pontos críticos e proposição fundamentada de soluções.
5. ESTRUTURAÇÃO DO PLANEJAMENTO EXECUTIVO E SEQUENCIAMENTO DAS ATIVIDADES	<ul style="list-style-type: none">• Omitido (0 pts): Não apresenta estrutura organizacional.• Parcial (1 pt): Estrutura apresentada de forma incompleta.• Satisfatório (2 pts): Estrutura organizacional compatível com o porte e complexidade do empreendimento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

6. IDENTIFICAÇÃO, ANÁLISE E GERENCIAMENTO DE INTERFERÊNCIAS EXTERNAS	<ul style="list-style-type: none">• Omitido (0 pts): Não apresenta estrutura organizacional.• Parcial (1 pt): Estrutura apresentada de forma incompleta.• Satisfatório (2 pts): Estrutura organizacional compatível com o porte e complexidade do empreendimento.
7. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PLANEJAMENTO EXECUTIVO E CONSISTÊNCIA DO CRONOGRAMA	<ul style="list-style-type: none">• Omitido (0 pts): Não apresenta fluxogramas ou cronograma.• Parcial (1,5 pts): Representação gráfica ou cronograma apresentados de forma incompleta.• Satisfatório (3 pts): Fluxogramas e cronograma coerentes com a metodologia proposta.
8. ESTRATÉGIA EXECUTIVA, PLANEJAMENTO OPERACIONAL E PLANO DE ATAQUE	<ul style="list-style-type: none">• Omitido (0 pts): Nenhuma evidência apresentada ou documentação insuficiente.• Parcial (3 pts): Entendimento genérico, com identificação limitada dos pontos críticos.• Satisfatório (6 pts): Entendimento claro do empreendimento, identificação dos pontos críticos e proposição fundamentada de soluções.
9. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, ALOCAÇÃO DE RECURSOS E SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	<ul style="list-style-type: none">• Omitido (0 pts): Não apresenta estrutura organizacional.• Parcial (1 pt): Estrutura apresentada de forma incompleta.• Satisfatório (2 pts): Estrutura organizacional compatível com o porte e complexidade do empreendimento.
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL	35 PONTOS

o Documentação completa, apresentada em conformidade com os critérios do edital. As informações técnicas são claras, estruturadas e bem fundamentadas. As estratégias propostas demonstram domínio técnico e alinhamento com o objetivo do projeto, podendo apresentar sugestões de inovação compatíveis com os objetivos do empreendimento, gerando superioridade em termos de custos, qualidade, prazo e/ou facilidade de manutenção/operação.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA: 70%

A Nota da Proposta Técnica será calculada com base na soma das pontuações obtidas nos critérios acima, com um máximo de 100 pontos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

NOTA DA PROPOSTA DE PREÇO (NPP): 30%

A avaliação do preço será feita com base no custo total dos serviços, onde a proposta com o menor valor receberá a pontuação máxima. As demais propostas serão pontuadas proporcionalmente, utilizando a seguinte fórmula:

$$NP = 100 - \left(\frac{Po - Pm}{Ve - Pm} \right) \times 20$$

Onde:

NP = Nota de Preço obtida pela licitante;

Po = Preço ofertado pela licitante avaliada;

Pm = Menor preço ofertado entre todas as propostas válidas;

Ve = Valor estimado pela Secretaria Municipal de Educação de Maricá.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

A proposta que apresentar o menor preço (Pm) receberá a pontuação máxima de 100 pontos.

As demais propostas serão pontuadas de forma proporcional, conforme a diferença entre o preço ofertado e o menor preço, em relação ao valor estimado da contratação.

1.2. CLASSIFICAÇÃO DOS PROPONENTES

A classificação final dos proponentes será determinada pela soma ponderada das notas técnica e de preço, conforme a seguinte equação:

$$\text{Nota Final (NF)} = (0,7 \times \text{NPT} + 0,3 \times \text{NPP})$$

1.3. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Em caso de empate, a proposta com maior pontuação técnica será considerada vencedora. Persistindo o empate, será dada preferência à empresa com maior experiência comprovada em projetos similares.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

1.4. TRANSPARÊNCIA E CONFORMIDADE

Todo o processo de avaliação será documentado e estará disponível para auditoria, garantindo conformidade com as normas legais vigentes.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO XI - MODELO DE COMPOSIÇÃO DO BDI

COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS

CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES OU SIMILARES
NÃO DESONERADO

OBRA:
LOCAL

CEPT
ESPRAIADO, MARICÁ - RJ.

Grupo A	Despesas indiretas	
AC	Administração central	
S	Seguro	
R	Risco	
G	Garantia	
Total do grupo A		0,00
Grupo B	Bonificação	
DF	Despesas Financeiras	
Total do grupo B		0,00
Grupo C	Bonificação	
L	Lucro	
Total do grupo C		0,00
Grupo D	Impostos	
C.1	PIS	
C.2	COFINS	
C.3	ISSQN	
C.4	INSS	
Total do grupo D		0,00
Fórmula para o cálculo do B.D.I. (benefícios e despesas indiretas)		
$BDI = (((1+AC+S+R+G) * (1+DF) * (1+L)) / (1-I)) - 1$		0,00%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS		
SERVIÇOS COM CUSTOS ADMINISTRATIVOS MENORES NÃO DESONERADO		
OBRA: LOCAL	CEPT ESPRAIADO, MARICÁ - RJ.	
Grupo A	Despesas indiretas	
AC	Administração central	
S	Seguro	
R	Risco	
G	Garantia	
Total do grupo A		0,00
Grupo B	Bonificação	
DF	Despesas Financeiras	
Total do grupo B		0,00
Grupo C	Bonificação	
L	Lucro	
Total do grupo C		0,00
Grupo D	Impostos	
C.1	PIS	
C.2	COFINS	
C.3	ISSQN	
C.4	INSS	
Total do grupo D		0,00
Fórmula para o cálculo do B.D.I. (benefícios e despesas indiretas)		
$BDI = (((1+AC+S+R+G) * (1+DF) * (1+L)) / (1-I)) - 1$		0,00%

COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS		
---	--	--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS
NÃO DESONERADO

OBRA:
LOCAL

CEPT
ESPRAIADO, MARICÁ - RJ.

Grupo A	Despesas indiretas	
AC	Administração central	
S	Seguro	
R	Risco	
G	Garantia	
Total do grupo A		0,00
Grupo B	Bonificação	
DF	Despesas Financeiras	
Total do grupo B		0,00
Grupo C	Bonificação	
L	Lucro	
Total do grupo C		0,00
Grupo D	Impostos	
C.1	PIS	
C.2	COFINS	
C.3	ISSQN	
C.4	INSS	
Total do grupo D		0,00
Fórmula para o cálculo do B.D.I. (benefícios e despesas indiretas)		
$BDI = (((1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L))/(1-I))-1$		0,00%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

Anexo XII - Planilha de Quantidades

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	ÁREA (M²)
1	ADMINISTRAÇÃO	1	2.867,00
1.1	Área Coberta		2.867,00
2	BIBLIOTECA	1	615,76
2.1	Área Coberta		615,76
3	FUNDAMENTAL I E II	6	11.163,48
3.1	Área Coberta		11.163,48
4	REFEITÓRIO	2	6.966,32
4.1	Área Coberta		6.966,32
5	HORTA	1	1.453,86
5.1	Área Coberta		324,39
5.2	Área Descoberta		1.129,47
6	FAZENDINHA	1	2.020,57
6.1	Área Coberta		257,15
6.2	Área Descoberta		1.763,42



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO XIII – ORÇAMENTO ESTIMADO
(RESUMO)

OBRA:	CEPT
LOCAL:	Maricá-RJ
DATRA BASE:	jan.-26

ITEM	CÓD.	BANCO	DESCRIÇÃO	PREÇO TOTAL
OBRA CEPT - MARICÁ - FASE 01				257.685.567,98
1			ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	8.322.187,80
2			MOBILIZAÇÃO, CANTEIRO DE OBRAS E DESMOBILIZAÇÃO	20.593.340,09
3			VISTORIA CAUTELAR	67.200,00
4			PROJETOS	7.678.720,04
5			SONDAGENS COMPLEMENTARES	195.070,60
6			PRELIMINARES	17.138,61
7			GUARITA DE SEGURANÇA (3 Unidades)	106.143,08
8			TERRAPLENAGEM	16.909.721,04
8.1			LIMPEZA	1.671.205,18
8.2			TERRAPLENAGEM	15.238.515,86
9			PRÉDIO DE ADMINISTRAÇÃO	19.973.615,71
9.1			ESTACA	8.315.808,60



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

9.2		BLOCO FUNDAÇÃO	483.282,36
9.3		VIGA BALDRAME	238.121,82
9.4		LAJE PAVIMENTO TÉRREO - H=0,10m	445.891,13
9.5		PILAR	256.249,26
9.6		VIGA SUPERIOR	502.440,42
9.7		LAJE 1º PAVIMENTO H=0,10m	720.453,19
9.8		LAJE 2º PAVIMENTO H=0,10m	863.267,20
9.9		RAMPA DE ACESSO (viga superior + laje)	120.750,15
9.10		ACABAMENTO	3.430.506,40
9.10.1		FECHAMENTO EM ALVENARIA	547.166,61
9.10.2		FECHAMENTO DA FACHADA	1.367.411,56
9.10.3		DIVISÓRIA DOS SANITÁRIOS	73.863,06
9.10.4		REVESTIMENTO DAS PAREDES	901.433,78
9.10.5		REVESTIMENTO DO PISO	307.118,21
9.10.6		REVESTIMENTO DO FORRO	233.513,18
9.11		PORTAS	108.572,26
9.12		ESQUADRIAS	6.297,64
9.13		GUARDA CORPO	314.575,63
9.14		BANCADAS	61.390,53
9.15		LOUÇAS E METAIS	48.724,50



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

9.16			IMPERMEABILIZAÇÃO	512.238,98
9.16.1			PAVIMENTO TÉRREO (área molhada)	70.841,99
9.16.2			PAVIMENTO SUPERIOR (área molhada)	60.976,28
9.16.3			LAJE DE COBERTURA	376.208,88
9.16.4			POÇO DO ELEVADOR	4.211,83
9.17			COBERTURA	297.389,68
9.18			ELEVADOR	355.541,84
9.19			SISTEMAS	2.892.114,12
9.19.1			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	628.019,63
9.19.2			INSTALAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÃO	357.393,64
9.19.3			INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PROTEÇÃO A DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)	150.174,86
9.19.4			INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	100.826,63
9.19.4.1			ESGOTO	67.069,26
9.19.4.2			ÁGUA FRIA	33.757,37
9.19.5			INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO	1.552.430,18
9.19.6			INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE AO INCÊNDIO	103.269,18
10			BIBLIOTECA	4.863.027,75
10.1			ESTACA	1.719.302,20
10.2			BLOCO FUNDAÇÃO	102.112,28
10.3			VIGA BALDRAME	76.467,28



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

10.4			LAJE PAVIMENTO TÉRREO - H=0,10m	195.539,45
10.5			PILAR	45.264,45
10.6			VIGA SUPERIOR	170.181,56
10.7			LAJE 1º PAVIMENTO H=0,10m	476.944,65
10.8			ACABAMENTO	603.987,56
10.8.1			FECHAMENTO EM ALVENARIA	93.047,61
10.8.2			FECHAMENTO DA FACHADA	129.517,81
10.8.3			DIVISÓRIA DOS SANITÁRIOS	38.749,08
10.8.4			REVESTIMENTO DAS PAREDES	169.766,67
10.8.5			REVESTIMENTO DO PISO	77.048,05
10.8.6			REVESTIMENTO DO FORRO	95.858,34
10.9			PORTAS	26.715,07
10.10			ESQUADRIAS	15.437,76
10.11			BANCADAS	16.122,76
10.12			LOUÇAS E METAIS	13.712,88
10.13			IMPERMEABILIZAÇÃO	349.643,50
10.13.1			PAVIMENTO TÉRREO (área molhada)	46.025,15
10.13.2			LAJE DE COBERTURA	303.618,35
10.14			COBERTURA	15.801,48
10.15			CATRACA	17.295,36



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

10.16			SISTEMAS	1.016.337,86
10.16.1			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	159.635,64
10.16.2			INSTALAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÃO	44.447,21
10.16.3			INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PROTEÇÃO A DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)	94.127,93
10.16.4			INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIA	28.269,81
10.16.4.1			ESGOTO	14.575,83
10.16.4.2			ÁGUA FRIA	13.693,98
10.16.5			INSTALAÇÕES DE AR-CONDICIONADO	518.631,26
10.16.6			INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE AO INCÊNDIO	171.226,01
10.17			URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO (INTERNA)	2.161,65
11			ANEXOS FUNDAMENTAL I e II (06 Unidades)	75.516.108,55
11.1			ESTACA	20.842.153,20
11.2			BLOCO FUNDAÇÃO	1.213.855,67
11.3			VIGA BALDRAME	1.676.037,23
11.4			LAJE PAVIMENTO TÉRREO - H=0,10m	4.284.059,92
11.5			PILAR	481.258,59
11.6			VIGA SUPERIOR	1.522.292,81
11.7			LAJE 1º PAVIMENTO H=0,10m	6.020.633,58
11.8			ACABAMENTO	11.226.628,65
11.8.1			FECHAMENTO EM ALVENARIA	2.836.846,68



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

11.8.2			FECHAMENTO DA FACHADA	1.298.405,18
11.8.3			DIVISÓRIA DOS SANITÁRIOS	452.767,02
11.8.4			REVESTIMENTO DAS PAREDES	4.655.940,31
11.8.5			REVESTIMENTO DO PISO	1.350.582,56
11.8.6			REVESTIMENTO DO FORRO	632.086,90
11.9			PORTAS	480.433,78
11.10			ESQUADRIAS	955.132,22
11.11			BANCADAS	208.749,65
11.12			LOUÇAS E METAIS	161.629,20
11.13			IMPERMEABILIZAÇÃO	2.075.948,38
11.13.1			PAVIMENTO TÉRREO (área molhada)	179.292,72
11.13.2			LAJE TÉCNICA	208.496,19
11.13.3			LAJE DE COBERTURA	1.688.159,47
11.14			COBERTURA	7.176.711,92
11.15			SISTEMAS	17.164.381,99
11.15.1			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	1.882.911,13
11.15.2			INSTALAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÃO	268.477,42
11.15.3			INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PROTEÇÃO A DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)	918.789,44
11.15.4			INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	590.538,68
11.15.4.1			ESGOTO	386.974,72



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

11.15.4.2			ÁGUA FRIA	203.563,96
11.15.5			INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO	6.767.514,48
11.15.6			INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE AO INCÊNDIO	1.692.167,40
11.15.7			INSTALAÇÕES DE ENERGIA RENOVÁVEL	5.043.983,44
11.16			URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO (área interna)	26.201,76
12			REFEITÓRIO (02 Unidades)	58.656.188,33
12.1			ESTACA	21.473.733,60
12.2			BLOCO FUNDAÇÃO	1.296.669,19
12.3			VIGA BALDRAME	1.183.550,21
12.4			LAJE PAVIMENTO TÉRREO - H=0,10m	3.189.785,49
12.5			PILAR	456.193,04
12.6			VIGA SUPERIOR	1.204.724,73
12.7			LAJE DA MARQUISE H=0,20m	688.791,16
12.8			LAJE TÉCNICA H=0,10m	781.697,62
12.9			LAJE 1º PAVIMENTO H=0,10m	3.374.836,54
12.10			LAJE MEZANINO H=0,10m	115.858,22
12.11			ACABAMENTO	7.070.481,88
12.11.1			FECHAMENTO EM ALVENARIA	1.204.699,22
12.11.2			FECHAMENTO DA FACHADA	354.405,06
12.11.3			DIVISÓRIA DOS SANITÁRIOS	297.171,24



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

12.11.4			REVESTIMENTO DAS PAREDES	1.085.413,35
12.11.5			PAREDES EXTERNAS	1.619.874,81
12.11.6			REVESTIMENTO DO PISO	978.280,76
12.11.7			REVESTIMENTO DO FORRO	1.530.637,44
12.12			PORTAS	306.618,50
12.13			ESQUADRIAS	124.996,96
12.14			BANCADAS	268.544,14
12.15			LOUÇAS E METAIS	91.402,48
12.16			IMPERMEABILIZAÇÃO	2.834.471,64
12.16.1			PAVIMENTO TÉRREO (área molhada)	65.092,08
12.16.2			LAJE TÉCNICA	410.592,87
12.16.3			LAJE DE COBERTURA	2.266.892,69
12.16.4			LAJE DO MEZANINO	91.894,00
12.17			CÂMARA FRIA	217.703,52
12.18			SISTEMAS	13.976.129,41
12.18.1			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	1.236.013,93
12.18.2			INSTALAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÃO	274.071,18
12.18.3			INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PROTEÇÃO A DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)	356.692,13
12.18.4			INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	392.541,61
12.18.4.1			ESGOTO	247.994,31



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

12.18.4.2			ÁGUA FRIA	144.547,30
12.18.5			INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO	6.311.052,58
12.18.6			INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE AO INCÊNDIO	669.769,60
12.18.7			INSTALAÇÕES DE ENERGIA RENOVÁVEL	4.735.988,38
13			HORTA	3.971.814,21
13.1			ESTACA	2.736.848,40
13.2			BLOCO FUNDAÇÃO	65.761,40
13.3			VIGA BALDRAME	11.603,94
13.4			LAJE PAVIMENTO TÉRREO - H=0,10m	116.063,81
13.5			MURETA PARA APOIO DA BANCADA	15.845,73
13.6			JARDIM SUSPENSO INTERNO	42.955,54
13.7			FECHAMENTO EM PELE DE VIDRO	160.439,05
13.8			ESQUADRIAS - PORTAS	6.591,04
13.9			COBERTURA	533.535,06
13.10			JARDIM EXTERNO	11.095,96
13.11			JARDIM SUSPENSO INTERNO	72.500,65
13.12			ÁREA EXTERNA	144.935,51
13.13			SISTEMAS	53.638,12
13.13.1			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	7.088,09
13.13.2			INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PROTEÇÃO A DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)	39.498,30



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

13.13.3			INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	7.051,73
13.13.3.1			ÁGUA FRIA	7.051,73
14			FAZENDINHA	387.109,02
14.1			ÁREA DE ENSINO / APOIO COBERTO	67.690,12
14.1.1			BLOCO FUNDAÇÃO	12.498,86
14.1.2			VIGA BALDRAME	6.526,35
14.1.3			LAJE PAVIMENTO TÉRREO - H=0,10m	19.936,88
14.1.4			PILAR	4.861,60
14.1.5			VIGA SUPERIOR	2.740,65
14.1.6			ACABAMENTOS PAVIMENTO TÉRREO	4.177,84
14.1.7			COBERTURA	16.947,94
14.2			BEBEDOURO DE ANIMAIS	16.805,82
14.2.1			LAJE PAVIMENTO TÉRREO - H=0,10m	7.749,59
14.2.2			PAREDE EM CONCRETO Esp=0,09m	9.056,23
14.3			CURRAL	233.938,84
14.3.1			BLOCO FUNDAÇÃO	28.377,36
14.3.2			VIGA BALDRAME	19.205,70
14.3.3			LAJE PAVIMENTO TÉRREO - H=0,10m	72.573,11
14.3.4			PILAR	16.387,39
14.3.5			VIGA SUPERIOR	18.473,56



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

14.3.6			ACABAMENTOS PAVIMENTO TÉRREO	22.721,32
14.3.7			ESQUADRIAS - PORTAS	8.255,37
14.3.8			COBERTURA	47.945,03
14.4			GALINHEIRO	68.674,24
14.4.1			BLOCO FUNDAÇÃO	7.673,35
14.4.2			VIGA BALDRAME	7.118,63
14.4.3			LAJE PAVIMENTO TÉRREO - H=0,10m	11.689,83
14.4.4			PILAR	5.239,05
14.4.5			VIGA SUPERIOR	6.843,31
14.4.6			ACABAMENTOS PAVIMENTO TÉRREO	8.762,58
14.4.7			ESQUADRIAS - PORTAS	4.399,55
14.4.8			COBERTURA	16.947,94
15			ÁREA EXTERNA	67.796,48
15.1			ÁREA EXTERNA	55.499,93
15.5			SISTEMAS	12.296,55
15.5.1			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	9.773,42
15.5.2			INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	2.523,13
15.5.2.1			ÁGUA FRIA	2.523,13
16			ESTACIONAMENTO 01 (RODOVIA RJ-106)	3.077.720,05
16.1			ALÇA DE ACESSO RODOVIA AMARAL PEIXOTO (RJ-106)	1.607.934,37



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

16.1.1			ABERTURA DA CAIXA DE PAVIMENTAÇÃO	192.804,90
16.1.2			PAVIMENTAÇÃO	920.909,60
16.1.3			CALÇADA EXTERNA	276.411,18
16.1.4			SINALIZAÇÃO	37.016,69
16.1.5			ÁREA EXTERNA	180.792,00
16.2			ESTACIONAMENTO 01 (RODOVIA RJ-106)	1.469.785,68
16.2.1			ABERTURA DA CAIXA DE PAVIMENTAÇÃO	188.757,63
16.2.2			PAVIMENTAÇÃO	901.578,29
16.2.3			CALÇADA EXTERNA	84.324,94
16.2.4			SINALIZAÇÃO	33.980,82
16.2.5			ÁREA EXTERNA	261.144,00
17			ESTACIONAMENTO 02 (AV. CENTRAL)	793.994,30
17.1			ALÇA DE ACESSO AVENIDA CENTRAL	454.462,88
17.1.1			ABERTURA DA CAIXA DE PAVIMENTAÇÃO	31.015,80
17.1.2			PAVIMENTAÇÃO	148.143,25
17.1.3			CALÇADA EXTERNA	158.866,17
17.1.4			SINALIZAÇÃO	15.997,66
17.1.5			ÁREA EXTERNA	100.440,00
17.2			ESTACIONAMENTO 02 (AV. CENTRAL)	339.531,42
17.2.1			ABERTURA DA CAIXA DE PAVIMENTAÇÃO	47.383,22



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

17.2.2			PAVIMENTAÇÃO	226.320,25
17.2.3			CALÇADA EXTERNA	22.382,71
17.2.4			SINALIZAÇÃO	43.445,24
18			SUBESTAÇÃO SECUNDÁRIA 01 (ADMINISTRAÇÃO)	6.722.682,01
18.1			CABINE DO TRANSFORMADOR	6.722.682,01
18.1.1			BASE EM CONCRETO - H=0,15m	56.091,83
18.1.2			PILAR	5.239,05
18.1.3			VIGA SUPERIOR	6.843,31
18.1.4			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	6.654.507,82
19			SUBESTAÇÃO SECUNDÁRIA 02 (FAZENDINHA)	6.566.881,67
19.1			CABINE DO TRANSFORMADOR	6.566.881,67
19.1.1			BASE EM CONCRETO - H=0,15m	82.882,43
19.1.2			PILAR	5.239,05
19.1.3			VIGA SUPERIOR	6.843,31
19.1.4			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	6.471.916,88
20			CABINE DE ENTRADA	150.532,60
20.1			CABINE DO TRANSFORMADOR	150.532,60
20.1.1			LAJE PAVIMENTO TÉRREO - H=0,10m	39.778,04
20.1.2			LAJE SUPERIOR - H=0,10m	7.868,63



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

20.1.3		PILAR	5.239,05
20.1.4		VIGA SUPERIOR	6.843,31
20.1.5		FECHAMENTO	12.673,58
20.1.6		PORTÃO	4.754,30
20.1.7		COBERTURA	7.797,58
20.1.8		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	65.578,11
21		URBANIZAÇÃO EXTERNA	23.048.576,04
21.1		ABERTURA DA CAIXA DE PAVIMENTAÇÃO	219.057,65
21.2		PAVIMENTAÇÃO	1.046.302,74
21.3		CALÇADA EXTERNA	1.486.462,89
21.4		SINALIZAÇÃO	141.560,44
21.5		ÁREA EXTERNA	8.158.927,74
21.6		PONTE DE MADEIRA (comprimento: 37,80m por 3,00m de largura)	168.940,18
21.7		LAGO EXTERNO ORNAMENTAL (área de projeção: 583,97m²)	622.530,92
21.8		ÁREA ENTRE OS BL.03 FUNDAMENTAL (06 unidades)	7.384.474,83
21.9		PAISAGISMO	438.167,16
21.10		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	2.344.845,11
21.10.1		PONTOS ELÉTRICOS	1.041.076,52
21.10.2		ENCAMINHAMENTO	1.303.768,59
21.11		INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	1.037.306,38



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

21.11.1		ESGOTO	163.020,68
21.11.2		ÁGUA FRIA	33.136,01
21.11.3		DRENAGEM	841.149,69
TOTAL			257.685.567,98





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20929/2025
Data do Início	09/10/2025
Folha	
Rubrica	

ANEXO XIV – PLANTAS

(SERÁ DISPONIBILIZADO NO COMPRASGOV E NO SITE DA PREFEITURA)

